

“ *Eu queria*”, nunca fez nada!

“ *Eu tentarei*”, já fez algumas coisas!

“ *Eu quero!*”, faz milagres!

Provérbio Popular

*Aos meus pais, Alice e Constantino e à
minha irmã, Rita por sempre terem
acreditado que seria possível.*

AGRADECIMENTOS

À **Engenho & Obra**, à **Fundação Fé e Cooperação – FEC** e à **HELPO** todo o meu obrigada pela colaboração, disponibilidade e abertura com que participaram no projeto e se aventuram comigo, neste trabalho que só poderia ter esta riqueza, pela mais-valia que o vosso trabalho e visão têm no terreno.

Ao meu orientador, Professor Doutor Eduardo Vítor Rodrigues, pelos conselhos e indicações sábios e precisos no decorrer deste ano. Mas também não posso deixar de referir as suas aulas da unidade curricular de *Sociologia do Desenvolvimento* que me fizeram ficar fascinada e entusiasmada por este fenómeno com tanto de complexo, como de transversal. Que tanto, e tantas vezes, me foram úteis durante este ano.

Aos meus pais, Alice e Constantino, e à minha irmã, Rita obrigada. Muito obrigada. Pela paciência, dedicação, compreensão e alegria, com que acompanharam os momentos mais complicados. Pelo interesse e certeza de que tudo correria pelo melhor. Obrigada ainda mais por serem as raízes, bem seguras, que me permitem olhar e crescer para o céu.

À Sãozinha pela certeza de que este era e é o caminho o meu caminho.

Aos meus amigos agradeço as conversas e discussões. O decifrar a cor do céu; o ver nanotubos e a sua utilidade; o pensar que na senilidade está a razão; o ver para lá do olhar; e o estar a todo o custo. Aos nossos sábados à noite e aos lanches de domingo que tanta luz me trouxeram. Obrigada Ana, Diogo, João, Lúcia, Miguel, Olga, Paulo, Pedro e Rita.

À Cátia, ao Pedro e também à Tânia obrigada. Pelas conversas e gargalhadas, pelos almoços e jantares (para que não se percam). Podem acreditar que levo para a vida os telefonemas, os sinais de fumo, bem ao longe... comuns a quem partilha a vida e a amizade com distâncias que os quilómetros não hão de separar.

Ao grupo de formação LD pelo ano incrível. Pelo ver "*outside the box*". Pelo entusiasmo com que em cada sessão, me mostraram que é possível ir para lá das teorias e das fotografias. O desenvolvimento é possível e com "*o envolvimento de todos*". Obrigada à Ana, Ana Margarida, Margarida, Rita Q. e Rita R., Mário, João Pedro, Liliana, Patrícia, Raquel, Inês, Marta, Gisela, António e Carla. Vemo-nos com certeza numa conversa de jardim, numa oração, ou então, para os que mais longe (fisicamente) estiverem via *Skype*. Obrigada pelos desafios que me lançaram; pelas conversas e pela subtilidade dos silêncios, que tanto me ensinaram.

Um obrigado mais reverente, que a autoridade institucional e eclesiástica assim o obriga (*sorrisos*) ... ao Pe. Rui pelo acompanhamento, pela boa disposição e pela conversa sempre tão generosa e "*openminded*", e pelos abanões e alertas necessários. Ao Pe. Afonso, a conversa frontal e animada, pelos sorrisos e incómodos sentidos e tão partilhados. Obrigada pela frontalidade e exigência das suas palavras sempre que fala do desafio de sermos dignos de ser desafiados. Obrigada por ouvir e rebater com todo o entusiasmo e cuidado as minhas questões. Muito obrigada, por me permitir ousar crer que é possível e de sorriso no rosto.

Um obrigado a todos aqueles que direta e indiretamente se cruzaram comigo e tornaram este meu sonho possível, fazendo-me crer que é possível querer um mundo mais justo e igualitário, só porque somos seres humanos iguais, em direitos e deveres.

Obrigada. Muito obrigada!

RESUMO

As organizações não-governamentais para o desenvolvimento são organizações do terceiro setor e levam a cabo intervenções em três áreas principais: a cooperação para o desenvolvimento; a ajuda humanitária e de emergência e a educação para o desenvolvimento.

Estas são organizações marcadas pela heterogeneidade, tanto no tipo como na sua forma, sendo por isso, frequente assumir como único ponto comum entre todas, o facto de, se tratarem de organizações que atuam no âmbito da Economia Social. Dada a diversidade de organizações, a sua atividade encontra-se regulada pela Lei nº 66/98 de 14 de Outubro.

As ONGD têm imposto a sua presença, tanto a nível mundial e europeu, como no plano nacional. A sua visibilidade impõe-se tanto pelo número, cada vez mais significativo, mas também pela importância da sua atuação no mundo global.

Num contexto, em que a reestruturação destas organizações é evidente, é necessário que elas próprias pensem sobre si, sobre o seu papel, a sua forma de atuação e sobre os novos desafios que daí advêm, assumindo as suas mais-valias e avaliando as suas limitações.

Palavras-chave:

Organização não-governamental para o desenvolvimento (ONGD);
Cooperação para o Desenvolvimento; Sociologia do Desenvolvimento

ABSTRACT

The non-governmental organizations for development are nonprofit organizations and carry out interventions in three main areas: development cooperation, humanitarian aid and emergency and development education.

These organizations are marked by heterogeneity, both in kind and in its way, and therefore often assume sole common point of all, the fact that they refer to organizations working within the Social Economy. Given the diversity of organizations, their activity is regulated by Law No. 66/98 of 14 October.

NGOs have imposed their presence, both worldwide and European and national levels. Their visibility is binding by the number increasingly significantly, and also the importance of their role, in the global world.

In a context in which the restructuring of these organizations is evident, it is necessary that they themselves think about themselves, about their role, their way of acting and about the new challenges that arise from assuming their capital gains and evaluating their limitations.

Keywords:

Non-governmental development organization (NGDO), Development Cooperation, Development Sociology

RÉSUMÉ

Les organisations non gouvernementales pour le développement sont des organisations sans but lucratif et réalisent des interventions dans les trois domaines principaux: la coopération au développement, l'aide humanitaire d'urgence et l'éducation au développement.

Ces organisations sont marquées par une grande hétérogénéité, tant en nature comme en manière, dont c'est souvent fréquent d'assumer comme seul point commun de tous, le fait qu'ils se réfèrent à des organismes œuvrant au sein de l'économie sociale. Compte tenu de la diversité des organisations, leur activité est réglementée par la loi n ° 66/98 du 14 Octobre.

ONGD ont imposé leur présence, tant au niveau mondial comme au niveau européen et national. Leur visibilité s'impose sur le numéro que devient chaque fois plus importante et aussi l'importance de leur rôle dans le monde global.

Dans un contexte où la restructuration de ces organisations est évidente, il est nécessaire qu'elles se croient en elles-mêmes, sur leur rôle, leur manière d'agir et, par conséquence, sur les nouveaux défis qui advient, en assumant leurs gains en capital et en évaluant leurs limites.

Mots-clés:

Organisation non gouvernementale pour le développement (ONG), la coopération au développement, sociologie du développement

ABREVIATURAS

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CAD/OCDE – Comité de Ajuda para o Desenvolvimento da Organização da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico

CEE – Comunidade Económica Europeia

E&O – Engenho e Obra – Associação para o Desenvolvimento e Cooperação

FEC – Fundação Fé e Cooperação

FED – Fundo Europeu de desenvolvimento

FMI – Fundo Monetário Internacional

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

OCDE – Organização da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONG – Organização não-governamental

ONGD – Organização não-governamental para o Desenvolvimento

ONU – Organização das Nações Unidas

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PIB – Produto Interno Bruto

PNB – Produto Nacional Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PVD – Países em vias de desenvolvimento

RNB – Rendimento Nacional Bruto

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

UE – União Europeia

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	16
I. APRESENTAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	19
II. REVISÃO DO ESTADO DA ARTE	23
2.1 DESENVOLVIMENTO	23
2.1.1. Em torno de um conceito	23
2.1.2. Perspetivando as Teorias do Desenvolvimento	33
2.2. COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	45
2.2.1. Atores e relações de Cooperação e Desenvolvimento	49
2.2.2. Política Europeia de Cooperação	51
2.2.3. Política Portuguesa de Cooperação	53
2.2.4. Eficácia e Eficiência das políticas de Ajuda ao Desenvolvimento	55
2.3. ECONOMIA SOCIAL/ TERCEIRO SETOR	60
2.3.1. Noções fundamentais e especificidades da Economia Social	60
2.3.2. As especificidades do Terceiro Setor em Portugal	63
2.4. ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO	66
2.4.1. Em busca de uma definição	66
2.4.2. ONG na Europa	74
2.4.2.1. Um olhar sobre a história	74
2.4.2.2. Cooperação Europeia e ONG	76

2.4.2.3. Áreas de Intervenção, Relações e Desafios entre UE e ONG	77
2.4.3. ONGD em Portugal	79
2.4.3.1. Um olhar sobre a história	79
2.4.3.2. Regulamentação jurídica	80
2.4.3.3. Princípios, Valores e Áreas de Intervenção	82
2.5. PROJETO E PLANEAMENTO	85
2.5.1. Importância e Metodologia do Planeamento	87
2.5.2. Ciclo de Projeto	89
2.5.2.1. Concetualização	90
2.5.2.2. Identificação	91
2.5.2.3. Preparação	92
2.5.2.4. Financiamento	92
2.5.2.5. Implementação	93
2.5.2.6. Avaliação	94
2.6. A QUESTÃO DA TRANSPARÊNCIA	94
III. METODOLOGIA	97
3.1. ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO	97
3.2. AMOSTRA	103
3.2.1. Engenho e Obra	104
3.2.2. Fundação Fé e Cooperação	105
3.2.3. HELPO	107

IV. ANÁLISE DOS RESULTADOS	109
4.1. O QUE “DIZEM” OS DOCUMENTOS	109
4.2. O QUE DIZEM AS ENTREVISTAS	111
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
BIBLIOGRAFIA	138
ANEXOS	145
Anexo I – Estatuto das ONGD	146
Anexo II – Lei do Mecenato	154
Anexo III – Estatuto dos Cooperantes	162
Anexo IV – Guião de Entrevista	174
Anexo V – Grelha de Análise Documental	177
Anexo VI – Grelha de Análise de Conteúdo	179
Anexo VII – Estatutos da Engenho e Obra	180
Anexo VIII – Estatutos da Fundação Fé e Cooperação	196
Anexo IX – Quadro – síntese de Análise de Conteúdo	205

INTRODUÇÃO

“ The hope that ordinary people could, by invoking their right to a share in the full benefits of development, shake off the legacies of inequality and injustice has been a vital source of inspiration to the NGO movement worldwide” (Eade & Ligteringen, 2001:11)

Este projeto – ONGD no quadro maior do Desenvolvimento - foi desenvolvido no âmbito da dissertação para a obtenção do grau de mestre em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob a orientação do Professor Doutor Eduardo Vítor Rodrigues. Este trabalho tem como temática central o processo de desenvolvimento, com enfoque nas ONGD portuguesas. Esta análise tem um grande pendor teórico, dada a multidisciplinariedade de áreas e saberes que se articulam em torno do desenvolvimento, e as diferentes perspetivas em torno dos diversos conceitos a ele associados.

Num período onde palavras como cidadania, sociedade civil, terceiro sector, cooperação, desenvolvimento e financiamento surgem em muitos dos discursos quer políticos, quer civis, e num contexto nacional e internacional marcado pela crise económico-financeira, pela reestruturação de organismos públicos e pela reformulação social latente, onde o papel do Estado se altera e os cidadãos são chamados a tomar parte na resolução dos seus próprios problemas, surgem como resposta, mais ou menos organizada da sociedade civil, instituições que respondem aos problemas vividos por si e para os quais o sector público não dispõe de capacidade, competência ou recursos para resolver e que não se inserem no âmbito de atuação do sector privado. Neste espaço entre os sectores público e privado, surge um nicho designado de terceiro sector ou economia social, onde agentes privados desenvolvem atividades que visam solucionar problemas sociais, sem que esteja necessariamente associada a criação de lucro. É neste nicho da economia social que se inserem as ONGD.

As ONGD são, não raras vezes consideradas associações benfeitoras, que lutam pela justiça e de igualdade social, defendendo os mais pobres e excluídos, e que

normalmente atuam em contextos internacionais no âmbito da cooperação para o desenvolvimento. Contudo, desconhecem-se os contornos reais destas organizações. O que fazem? Como o fazem? Quem o faz? Quem beneficia com a sua intervenção? Por quê e para que o fazem? Assumem modelos semelhantes em todo o mundo? Quem financia a sua atividade? Desenvolvimento ou assistencialismo? Foram estas, algumas das questões que inicialmente me conduziram à escolha do tema; a curiosidade pessoal aafiava a imaginação sociológica.

Por outro lado, o início do trabalho exploratório permitiu perceber que em poucas situações a bibliografia disponível dizia respeito à dimensão prática do trabalho das ONGD como agentes de desenvolvimento. Era possível, porém encontrar materiais onde o debate se desenvolvia exclusivamente no plano teórico, bem como um manancial de documentos de instituições internacionais que enquadram o seu trabalho e definem os objetivos da sua atuação.

Este trabalho pretendeu, desde a sua génese, construir um retrato da realidade das ONGD em Portugal, a partir dos seus próprios relatos. Todavia, devido às restrições temporais e às limitações que um exercício académico deste carácter coloca, os contornos da investigação ajustaram-se às circunstâncias. Esta é uma investigação exploratória à realidade das ONGD nacionais, com base num estudo de caso que contou com a generosa participação de três ONGD – a Engenho & Obra, a Fundação Fé e Cooperação e a Helpo. Logo, as conclusões retiradas não poderão ser extrapoladas ou generalizadas a todas as ONGD nacionais, mas pretende retratar a sua ação no âmbito da cooperação para o desenvolvimento; compreender de que forma, são construídos os projetos de desenvolvimento, bem como, descobrir quais são os principais desafios que estas organizações encontram no decorrer da sua atividade.

No primeiro capítulo é feita a “Apresentação e justificação do objeto de estudo”, no qual são definidos os objetivos e apresentados quais os conceitos a mobilizar para os alcançar.

Na “Revisão do Estado da Arte” aprofundam-se as perspetivas teóricas sobre o conceito de desenvolvimento e das teorias que dele derivam. No ponto 2.2. é sujeita a escrutínio a cooperação para o desenvolvimento, as políticas de cooperação, quer europeia,

quer nacional, bem como a eficácia e a eficiência das políticas de ajuda ao desenvolvimento. No ponto 2.3. analisa-se o percurso da economia social ou terceiro setor, com uma tónica especial à realidade portuguesa. No seguinte inicia-se a discussão em torno das organizações não-governamentais para o desenvolvimento, primeiro em busca de uma definição e posteriormente uma análise à realidade das ONG na Europa, com um breve olhar sobre o seu percurso histórico, sobre a cooperação europeia e as ONG, as suas áreas de intervenção e as relações e desafios que se apresentam à União Europeia e as ONG. Segue-se uma análise à realidade portuguesa das ONGD, com especial enfoque à regulamentação jurídica que enquadra o seu funcionamento, bem como aos princípios, valores e áreas de intervenção. Sendo no ponto 2.5. revisto o projeto e o planeamento, com especial incidência sobre a importância e metodologia do planeamento, e o ciclo de projeto que é um instrumento fundamental e de uso generalizado pelas ONGD, estando por isso detalhados os seus passos. Por último no ponto 2.6. debate-se a importância da transparência na atividade das ONGD.

No capítulo III dedicado à “Metodologia” são apresentadas as estratégias e os instrumentos mobilizados nesta investigação, tal como a sua amostra, constituída por três ONGD – a Engenho e Obra, a Fundação Fé e Cooperação e a Helpo. A estratégia metodológica utilizada é marcada pela opção por uma investigação qualitativa, foram operacionalizadas entrevistas e uma intensiva análise documental, que posteriormente foram sujeitas a análise de conteúdo.

No capítulo IV da “Análise de Resultados” são apresentadas a análise proveniente das entrevistas e da análise documental. No ponto 4.1. apresenta-se “ O que «dizem» os documentos” e no ponto 4.2. - “ O que dizem as entrevistas” onde é possível cruzar os discursos dos entrevistados com as perspetivas teóricas analisadas anteriormente, em busca de conclusões.

Por último, no capítulo V dedicado às “Considerações Finais” serão elencadas as conclusões, a que esta investigação conseguiu chegar, como resposta aos objetivos traçados à partida. Neste ponto são também apresentadas algumas questões e inquietações a que esta investigação não conseguiu chegar.

I. APRESENTAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

“Mobilizador de vontades de mudança e de transformação das sociedades e dos indivíduos, tem servido também para analisar e classificar o seu nível de progresso e bem-estar” (Roque Amaro, 2003:37)

É impossível compreender uma parte se se desconhece o todo. Por essa razão é impossível compreender as organizações não-governamentais para o desenvolvimento (ONGD) e a sua realidade se se desconhece o contexto em que estão inseridas.

A escolha por este tema prende-se com o facto de frequentemente estarmos perante notícias ou manifestações que exaltam a mobilização da sociedade civil, em organizações que promovem o desenvolvimento, quer junto da população portuguesa, quer junto de países estrangeiros, e em particular, no caso português junto dos PALOP. Nos últimos anos foi possível assistir no nosso país a um aumento considerável do número de ONGD, que desenvolvem ações em diversos campos, desde a Educação para o Desenvolvimento, à Ajuda Humanitária e de Emergência, à Cooperação para o Desenvolvimento, ou à Advocacia Social, por exemplo. Contudo, os trabalhos que abordam esta temática continuam a privilegiar uma visão mais teórica sobre a sua ação.

A sociedade civil, definida por Anthony Giddens, como espaço de atividade situado entre o Estado e o Mercado, onde estão incluídas diversas instituições desde as famílias, às escolas, às associações comunitárias e organizações sem fins lucrativos (2004: 702). Assume-se enquanto terceiro sustentáculo da sociedade devido à sua capacidade reflexiva, mas também devido à sua capacidade de resposta, quando se mostra necessário intervir. É na sociedade civil que se apresenta a génese e o suporte, pelo menos moral e interventivo, das ONGD. Contudo, devo alertar para o facto de apesar de existirem diversas organizações com a sua génese na sociedade civil, elas podem apresentar diferenças significativas entre si.

Fruto do contexto atual de globalização, da ampla difusão das TIC, do esbatimento das noções espaço-temporais surge um novo impulso dinamizador da sociedade civil, tornando-a num agente em potencial para a intervenção.

Ao deter a noção de ONGD não convém entendê-la como um todo homogêneo e uno. Tratam-se de organizações altamente heterogêneas e diferentes, tanto em dimensão, tipo e filosofia de atuação, como nos objetivos, como na estrutura interna, ou nas formas de financiamento ou estratégias de sobrevivência ou sustentabilidade. Este trabalho pretende, por isso, perceber qual o papel das ONGD no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento tendo em conta as condicionantes que enformam o seu trabalho.

Caracterizam-se as ONGD como organizações voltadas para a superação de problemas e de necessidades, como a escassez de bens alimentares, ou de material de saúde e higiene; capazes de ultrapassar os determinismos das estruturas locais em que intervêm. Mas desconhecem-se os moldes da sua atuação, bem como o seu enquadramento político, motivações e necessidades, valores e recursos envolvidos. Entre a ação coletiva para a mudança com vista a uma sociedade mais equitativa e justa para viver, a uma melhor distribuição dos recursos, intervêm diversos fatores relacionados por exemplo, com capacidades, valores, interesses, próprios que mobilizados permitem ultrapassar o sistema e o determinismo da estrutura.

Parece-me, por isso, pertinente perceber de que forma atuam as ONGD portuguesas, de que forma articulam esforços desde a idealização, à conceção e implementação dos projetos de desenvolvimento.

Procurar o desenvolvimento, tendo por base a cooperação internacional implica, quebrar pré-noções existentes nos vários elementos interventores nesta cadeia, desde os Estados, às organizações transnacionais e nacionais, às ONGD, aos técnicos e aos diversos parceiros locais associados a este processo.

O desenvolvimento é um conceito amplamente difundido, surgindo por diversas vezes nos meios de comunicação, ou nos discursos políticos, porém não é um conceito facilmente definível. Muito pelo contrário. Estamos perante um conceito multidimensional, com forte conotação histórico-social. Assumindo atualmente vários laivos específicos que o vão clarificando. A não existência de um único conceito teórico e operacional com

contornos claros leva a que seja passível a sua interpretação de acordo com a ideologia, posição social de cada um, ou de cada organização.

Muitas vezes está presente a ideia de que o desenvolvimento é algo que pode ser facilmente induzido e reproduzido, segundo os cânones, já testados noutros espaços, tempos e contextos, como se de uma ação de *take-off* se tratasse. Todavia, no que toca ao desenvolvimento raras vezes um modelo quando reproduzido terá o mesmo impacto. Há que ter em consideração que os modelos devem ser pensados e criados de acordo com o contexto em que estão inseridos, não que tenham obrigatoriamente de ser diferentes e inovadores em todos os contextos, não sendo possível repetir medidas e/ou projetos. Devem sim, ser ajustados às *nuances* específicas de cada contexto.

Através deste projeto de investigação pretende conhecer-se a realidade das ONGD e a sua forma de atuação, desde a sua génese, isto é desde a formulação dos projetos até ao seu desenvolvimento.

Desta forma surgem como objetivos para esta investigação, os seguintes:

- 1) Compreender a ação das ONGD em Portugal e em que se baseia a sua noção de cooperação para o desenvolvimento.
- 2) Compreender de que forma é construída o projeto de intervenção e qual a sua finalidade.
- 3) Perceber quais os desafios e limitações colocados ao trabalho das ONGD.

Estes objetivos conduziram à formulação da pergunta de partida orientadora desta investigação. De que forma atuam as ONGD, no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento? E qual o seu papel?

Neste sentido serão operacionalizados ao longo desta investigação conceitos tão centrais, como os seguintes:

- *Desenvolvimento* que assume uma conotação histórica forte, pois associa-se a cada época adquirindo contornos específicos correspondendo às convicções, expectativas e possibilidades de cada contexto. Atualmente, apesar de se tratar

de um conceito multidimensional assume-me com maior relevância a sua índole social.

- *Cooperação para o Desenvolvimento*, cuja extensão é difícil de limitar, devido à multiplicidade de domínios abrangidos pelo desenvolvimento, não se tratando, por isso, de um conceito único, completo e permanentemente válido;
- *Organização não-governamental para o desenvolvimento* – Organização sem fins lucrativos, ativa no domínio da cooperação para o desenvolvimento, educação para o desenvolvimento e ajuda humanitária de emergência, que pode ser *nacional* (organismos religiosos, as sociedades cooperativas e os sindicatos ativos no domínio do desenvolvimento, cujos fundos de que dispõem provêm integral ou principalmente da economia do país doador) ou *internacional* (organismos ativos no domínio do desenvolvimento que possuem sede em um determinado país e uma ou várias associações congéneres noutros países) (IPAD, n. d.:93)
- *Política de Cooperação* “*princípios e prioridades de atuação, critérios de seleção das intervenções prioritárias, princípios de partilha de responsabilidades, poderes de tomada de decisões e das principais linhas de organização em matéria de cooperação*” (IPAD, n. d.:101).

II. REVISÃO DO ESTADO DA ARTE

2.1. DESENVOLVIMENTO

“Mais do que de «desenvolvimento» é de «mal desenvolvimento» que convém falar.” (Henri Bartoli, 2003: 17)

“Pode ser encarado como um processo de alargamento das liberdades reais de que uma pessoa goza.” (Amartya Sen, 2004: 19)

“ Não existe uma fórmula simples para garantir o êxito do desenvolvimento.” (ONU, 2010)

2.1.1. Em torno de um conceito

A discussão em torno do conceito de desenvolvimento tem cerca de 60 anos e com o passar do tempo tem-se tornado “mais complexo e menos linear” fruto da contribuição de várias áreas de saber e de várias formas de fazer.

A noção de desenvolvimento institui-se no final da II Guerra Mundial, tomando como referência as sociedades industriais europeias, fruto de um contexto muito específico marcado pela Revolução Industrial (no plano económico) e pela Revolução Francesa (no plano social, político e cultural).

Há mais de dois séculos atrás Adam Smith, na *Riqueza das Nações*, coloca a tónica no “progresso” e “desenvolvimento”, sendo este considerado o primeiro manual de Economia, está assim explicado o domínio das ciências económicas, nos domínios do desenvolvimento, apesar de só em meados do século XX se iniciar o debate sobre o desenvolvimento.

A assunção do conceito de desenvolvimento surge no após II Guerra Mundial como resultado de uma combinação de fatores, como a independência de um grande número de colónias europeias “efeito dos novos ventos democráticos” e da influência ideológica dos EUA e da URSS, associado à busca de um modelo de desenvolvimento e futuro próximo do dos colonizadores, ou seja, apresentando uma matriz de desenvolvimento linear.

A produção teórica em torno do desenvolvimento, dos anos 40 e 50, procurava “a evolução desses países pelo que apareceu sempre ligado à resolução dos chamados «problemas e vícios do subdesenvolvimento»” (Roque Amaro, 2003:40).

Outros dos fatores a ter em conta é a reconstrução europeia através do Plano Marshall aproximando a Europa do caminho “do progresso e riqueza” (Roque Amaro, 2003:40). Por outro lado, a Guerra Fria potenciou o progresso e a inovação apesar de marcar também polarização do contraste bélico, político e ideológico.

A afirmação do Keynesianismo tanto no plano científico, como no social e político, afirmou o papel regulador e interventor do Estado na economia; como forma de alcançar o progresso e o aumento do bem-estar das sociedades.

Estes fatores associados à afirmação dos ideais de paz e progresso resultantes do final da II Guerra Mundial e reafirmadas pela ONU e pelos líderes ocidentais, como os presidentes Roosevelt e Truman e o primeiro ministro britânico W. Churchill¹ lançaram a discussão do conceito.

Aqui é apresentada a génese do conceito e do debate teórico, em torno do desenvolvimento. Sendo também possível de compreender o porquê de segundo Roque Amaro de tratar de um “conceito euro centrado” (2003:42). Isto é, o caminho traçado pela Europa em busca de progresso, crescimento económico “deveria servir de guia dos novos países” (Roque Amaro, 2003:42).

Contudo convém salientar que o percurso europeu é resultado de uma série revoluções que provocaram alterações objetivas e materiais, mas também no campo da subjetividade e dos valores. “Os seus dois símbolos de síntese- a Resolução Industrial e a

¹ Tomemos como exemplo, os seguintes documentos:

1) “As quatro Liberdades” – Roosevelt (1941); 2) “A Carta Atlântica” – Roosevelt e Churchill (1941); 3) “O Ponto Quatro” – Truman (1949)

Revolução Francesa, a influenciarem decisivamente as sociedades industriais, marcaram o conceito de desenvolvimento que as tomou como referência” (Roque Amaro, 2003:46).

Segundo Roque Amaro (2003:46) a definição do conceito do desenvolvimento revestiu-se até aos anos 70 da influência de onze pontos: **1) *Economicismo*** - o crescimento basta ao desenvolvimento; **2) *Produtivismo***; **3) *Consumismo*** - desenvolver-se é consumir cada vez mais; **4) *Quantitativismo*** - valorização da quantidade em detrimento da qualidade; **5) *Industrialismo***- se foi através da industrialização que se desenvolveram os países europeus, também será assim com os novos países; **6) *Tecnologismo*** - progresso tecnológico como fator de incremento da produtividade e crescimento económico; **7) *Racionalismo*** - a ciência está ao serviço da eficiência; **8) *Urbanismo*** - utilização do urbano como símbolo do que é desenvolvido; **9) *Antropocentrismo*** - valorização de homem sob os outros seres vivos; **10) *Etnocentrismo*** - colocando a Europa como centro do modelo de desenvolvimento e **11) *Uniformismo*** - a existência de modelos únicos de desenvolvimento a imitar por todos. “Estes onze mitos mascaram fortemente o conceito, as práticas e as expectativas de desenvolvimento, traduzindo-se nomeadamente em «modelos» e «kits» propostos (ou impostos) aos que «vão mais atrás», como receitas seguras para os seus processos de desenvolvimento” (Roque Amaro, 2003: 47).

A aproximação entre os conceitos de desenvolvimento e de crescimento económico conduziu à utilização de indicadores do crescimento económico para aferir o nível de desenvolvimento das sociedades, bem como a considerar o crescimento económico como condição essencial para que as melhorias de outros níveis se atingissem. Porém, a confusão com os limites concetuais alastra-se a outros conceitos como o de industrialização e modernização. Por isso, é possível encontrar estes quatro conceitos associados ao de desenvolvimento. Correspondendo cada um destes três a uma etapa a cumprir caso um país queira abraçar o desenvolvimento (Roque Amaro, 2003:48).

Entre os anos 40 e 70, durante os designados “trinta gloriosos”, a humanidade assistiu a uma série de progressos como a melhoria das condições de vida, dos níveis de escolaridade, das condições de saúde, aumento de produtividade e do consumo, avanços científicos e tecnológicos. Porém, também persistiram uma série de privações dado que os progressos assinalados não se expandiram generalizadamente pelo mundo; permanecem as situações de pobreza extrema, surgem novas formas de mal-estar social; desumanizou-se o

trabalho, apareceram novas doenças (HIV/SIDA, por exemplo), aumento da intolerância entre outras (Roque Amaro, 2003:49-50). Contudo, este período de crescimento e progresso assinaláveis, não solucionou, por si só, “os problemas de desenvolvimento e de bem-estar das populações, como criaram novos «mal-estares» e impasses” (Roque Amaro, 2003:51).

Como resposta a esta constatação surgem respostas de autores da Economia como Ragnar Nurke que analisa «o círculo vicioso da pobreza»; Gunnar Myrdal que teorizou o conceito “causalidade cumulativa” e François Perroux que debateu a distinção entre progresso e progressos. É nesta senda, que se os técnicos da ONU apercebendo-se da insuficiência e inadequação dos modelos pré-estabelecidos que orientavam a sua ação baseados no paradigma da modernização, propuseram uma alternativa. “Uma metodologia pragmática de «Desenvolvimento Comunitário» baseada em três ideias fundamentais: 1) o diagnóstico de necessidades deve ser realizado com a participação da população; 2) a resposta a essas necessidades deve começar pela mobilização das capacidades da própria comunidade; 3) os problemas e soluções devem ser abordados de forma integrada, articulando vários conhecimentos disciplinares e sectores de intervenção” (Roque Amaro, 2003:52).

É o resultado da existência de um sentido cívico das sociedades, muito característica da tradição anglo-saxónica, tal como afirma Henri Bartoli. “Vimos no «desenvolvimento comunitário» um processo que visa a satisfação das necessidades fundamentais tais como a população as experimenta e com a sua participação ativa, pois apenas, pode dar resultados na medida em que, interessada e motivada se dispõe a aceitar os sacrifícios e os incómodos exigidos pela realização dos objetivos que ela própria e contribui para determinar (...) o desenvolvimento comunitário pode facilitar a execução de um «plano» já existente, completá-lo e adequá-lo, permitir uma melhor cobertura das necessidades locais graças a arranjos que tornam mais eficaz a utilização pelas populações das suas riquezas potenciais” (Bartoli, 2003: 121).

Os anos 60/70 desencadearam uma busca por novas conceptualizações do desenvolvimento, fruto de vivência das últimas décadas. Em primeiro lugar, os PVD estavam desagrados com o sucessivo falhanço das medidas e modelos que lhes “eram propostos ou impostos” (Roque Amaro, 2003: 53). Em segundo lugar os países

desenvolvidos encontravam-se a braços com algum mal-estar interno², resultado de novas formas de pobreza que levariam à instituição de um novo conceito, o de exclusão social. Em terceiro, o surgimento de uma consciência ambiental sobre os problemas do desenvolvimento. Em quarto lugar, a crise económica que colocava em causa o legado anterior que entendia que apenas o crescimento económico como caminho único para o desenvolvimento. E por último os indícios de crise económica, política e social nos países socialistas. É nesta fase de maior convulsão que as teorias em torno do desenvolvimento também assumem um tom mais crítico, que será abordado ao pormenor no próximo ponto de análise.

Desde meados dos anos 70 até ao século XXI, procura-se tal como refere Rogério Roque Amaro renovar o conceito de desenvolvimento, tendo surgido um número enorme de conceitos derivados deste. Contudo, nem todos têm fundamentação científica ou detêm reconhecimento institucional internacional, tal como refere o autor (Roque Amaro, 2003: 55).

Nas décadas de 70 e 80, a mudança do ritmo de crescimento económico fez alterar o foco analítico, da pobreza e das desigualdades para os problemas que impediam o crescimento. O debate orientou-se agora para os problemas estruturais de África e a Dívida Externa da América Latina. Neste âmbito que surge a resposta do FMI, através das Políticas de Ajustamento Económico (PAE). “O que o FMI visa através do ajustamento é uma influência sobre os países em vias de desenvolvimento que tem como consequência uma «normalização» das estruturas económicas e sociais, de maneira a «torná-las conformes aos imperativos de funcionamento da economia mundial», não se definindo o «normal» pela generalidade do caso, mas por aquilo que «deve ser» aos olhos da doutrina do FMI” (Bartoli, 2003: 58-59).

Seguindo uma vertente mais ambiental do conceito de desenvolvimento surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável. Em 1987, a Comissão Mundial sobre o Ambiente e Desenvolvimento apresentou a primeira noção de desenvolvimento sustentável. “Desenvolvimento que satisfaz as necessidades de presente sem comprometer

² Disso são exemplos, as revoltas estudantis de Maio de 68; a contestação hippie; a agitação social em torno do racismo e os protestos contra a guerra do Vietname nos anos 70, entre outras (Roque Amaro, 2003: 53)

a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (Rebola, 2004: 20).

Implica mais do que o respeito pelo ecossistema em que habitámos. Defende que seja também respeitada a capacidade de as pessoas participarem na escolha do seu desenvolvimento onde o ambiente, as organizações e os valores são tidos em conta em todo o processo. Isto é, passando o desenvolvimento a fazer o caminho inverso, do tentado até aqui, da base para o topo (*bottom-up*) (Rebola, 2004: 20). Assim sendo, dizer-se que o principal objetivo do desenvolvimento sustentável é a redução da pobreza através de vias “duradouras que não incrementem o esgotamento de recursos, a degradação ambiental, a instabilidade social e a rutura cultural” (Rebola, 2004: 20).

Este conceito implica compreender que o desenvolvimento exige uma estratégia “corrida de fundo” (Roque Amaro, 2003: 56), ou seja, é necessário ter em conta que o desenvolvimento sustentável exige um ritmo sustentado de equilíbrio. Equilíbrio, esse que só é conseguido através da solidariedade intergeracional, da integração dos recursos naturais na estratégia de desenvolvimento e na durabilidade dos processos de produção e de consumo (Roque Amaro, 2003: 56).

Outra das vertentes do desenvolvimento, desta vez mais orientada para as pessoas e as comunidades coloca a tónica na participação e cidadania. Estas são perspetivas herdeiras do Desenvolvimento Comunitário dos anos 60. Esta vertente é a que “melhor se adequa à filosofia e trabalho das ONG e dos grupos e associações da sociedade civil” (Roque Amaro, 2003: 58).

O Desenvolvimento Local entendido como “processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e seguindo uma perspetiva integrada dos problemas e respostas” (Roque Amaro, 2003: 57). Este conceito deriva da experiência dos seus autores, mas também do paradigma territorialista, que enforma o conceito.

O Desenvolvimento Participativo, por seu lado assenta na “adoção de uma metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida das populações, desde a conceção e decisão à avaliação, passando pela execução, direção e

acompanhamento, implicando a afirmação plena da cidadania, nos seus direitos e deveres”. (Roque Amaro, 2003: 57).

Esta definição foi adotada tanto por ONG, como pelo BM, como por diversos departamentos da ONU e está na base da utilização do “ciclo de projeto a que será dedicada mais atenção no ponto 3.5.2. A estes dois conceitos está associado o de *empowerment*, isto é, o processo de conquistar ou possuir controlo sobre si mesmo, sobre a ideologia e os recursos que determinam poder. Para o IPAD (n. d.: 24), trata-se da “concessão de um sentimento de auto- realização ou autoridade a um indivíduo, grupo de indivíduos ou organização; “sendo, simultaneamente, um pré- condição para a participação e o exercício da cidadania e num processo de formação e de aquisição de poder, que deles resulta em permanência (Roque Amaro, 2003: 58).

A terceira linha de derivação do conceito de desenvolvimento associa-se ao respeito pelos Direitos Humanos e pela dignidade humana. Dela surgem, nos anos 90 os conceitos de Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Social.

Em 1990, a PNUD apresentou o “ Relatório de Desenvolvimento Humano”, sendo aí apresentada pela primeira vez a noção de Desenvolvimento Humano, associado ao conceito surge também a apresentação de um novo indicador o IDH.

Ao colocar a tónica no crescimento económico e na redução da pobreza tanto por parte das organizações da sociedade civil, quer por parte das autoridades internacionais, como o BM; colocaram a nu as insuficiências dos indicadores de desenvolvimento até então utilizados, o PNB e o PIB por capita. Assim, no início dos anos 80 juntaram-se-lhes outros indicadores, para que a panorâmica sobre o desenvolvimento fosse mais completa. A análise passou a englobar indicadores como a população, a área do país ou região, o PNB por capita, a esperança média de vida, a taxa de analfabetismo e a taxa de inflação. Desta forma, o desenvolvimento apresenta-se e afirma-se no panorama internacional como um processo multidimensional.

Contudo, ainda atualmente assiste-se à valorização de unidades de medida como o PIB e o PNB no âmbito das análises do desenvolvimento; em detrimento do IDH proposto pelo PNUD nos anos 90.

O IDH é um indicador composto por três componentes: **1)** longevidade, captada através da esperança de vida; **2)** educação/conhecimento medido pela literacia dos adultos e **3)** padrão de vida, medido através do poder de compra ajustado ao custo de vida local e baseado no PNB. “Contudo permanece uma medida parcial do desenvolvimento, esforçando-se por exprimir uma realidade muito complexa a partir de dados imperfeitos” (Bartoli, 2003: 131). A criação deste indicador pelo PNUD destaca o desenvolvimento nas pessoas, dado serem estas as principais destinatárias e beneficiárias de todos os processos de desenvolvimento. “O seu objetivo principal deve ser a criação de um ambiente favorável e que permita às pessoas usufruir de uma vida longa, saudável e criativa, denotando, tanto o processo de alargamento das oportunidades da escolha, como nível de bem-estar alcançado” (Rebola, 2004: 19).

Tal como afirma Henri Bartoli (2003: 132) é graças a estes indicadores que é “possível divulgar as relações entre o desenvolvimento económico e o desenvolvimento humano e analisar, mesmo que seja de maneira imperfeita, as condições de transformação do crescimento económico em bem-estar humano”. Desta forma, é também perceptível uma nova compreensão do fenómeno “da pobreza de opções e oportunidades muito mais relevante do que a pobreza de rendimentos” (Rebola, 2004: 19). Pois coloca-nos perante as causas da pobreza, permitindo “determinar zonas de concentração de pobreza sobre as quais se devem focalizar os efeitos do desenvolvimento” (Bartoli, 2003: 132).

O Desenvolvimento Humano é entendido como, “o processo de aumento das escolhas das pessoas, que lhes permitam levar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno, enquanto os preservam para gerações futuras, proteger a segurança pessoal e alcançar a igualdade para todas as mulheres e homens” (PNUD, 2003). Esta é uma noção que adquiriu nas últimas duas décadas, uma força e dimensão institucional maiores, por força do peso institucional do PNUD. A “atribuição da qualidade «humana» ao desenvolvimento, a fim de significar claramente que o que se visa é o desenvolvimento dos seres humanos, mais do que a produção de riqueza” (Bartoli, 2003:15).

Outro conceito com a chancela da ONU é o Desenvolvimento Social apresentado na conferência de Copenhaga em 1995 e pretendia garantir os níveis mínimos de bem-estar social. “É entendido como o processo de garantia de condições sociais mínimas, bem como

de promoção da dimensão social do bem-estar, por parte dos mais” (Roque Amaro, 2003: 59).

Por último, há o conceito de Desenvolvimento Integrado que é “transversal” aos anteriores. Este “é o processo que conjuga as diferentes dimensões da vida e dos seus percursos de mudança e de melhoria, implicando, por exemplo: a articulação entre o económico, o social, o cultural, o político e o ambiental; a quantidade e a qualidade; as várias gerações; a tradição e a modernidade; o endógeno e o exógeno; o local e o global; os vários parceiros e instituições envolvidas; a investigação e a ação; o ser, o estar, o fazer, o criar, o saber e o ter (as dimensões existenciais do desenvolvimento) ” (Roque Amaro, 2003: 59).

Através destas noções teóricas é possível aceder à diversidade de perspetivas sobre o desenvolvimento. Elas são criativas e inovadoras marcando a rutura com a tradição uniformista e massificadora do desenvolvimento. Têm um carácter “multidimensional” procurando articular diversas perspetivas científicas interdisciplinares. Assumem como enfoque principal a realização das capacidades dos indivíduos, sendo fruto desta alteração a importância dada à cidadania e à participação da população, promovendo as lógicas de *empowerment*. Existem vários atores a dialogar e a participar nos processos de desenvolvimento. Destaca-se a relação com a Natureza e promovem-se as lógicas de associação entre global e o local - o glocal.

No início do século XXI, a ONU durante a Conferência do Milénio (2000) toma como sua a responsabilidade da defesa da dignidade humana, da equidade e igualdade social, no plano global. Para isso, lança os “Objetivos do Milénio” como meta para o desenvolvimento e a erradicação da pobreza.

Os objetivos do Milénio são os seguintes: **1)** Erradicação da pobreza extrema e da fome; **2)** Educação primária universal; **3)** Promoção da igualdade entre os sexos e o reforço do papel da mulher; **4)** Redução da mortalidade infantil; **5)** Melhoria da saúde materna; **6)** Combate do HIV/SIDA, malária e outras doenças; **7)** Assegurar a sustentabilidade ambiental e **8)** Desenvolver uma parceria global para o Desenvolvimento. Estes objetivos foram traçados tendo como meta o ano de 2015.

Segundo os dados mais recentes do PNUD (2012) a execução dos objetivos do Milénio diminuiu para metade o número de pessoas em situação de pobreza extrema.

Contudo, segundo Roque Amaro (2003) o século XXI acarreta cinco desafios. **1)** O desafio da Competitividade – “profundas reestruturações nos sistemas de produção e consumo, nos perfis do emprego e na distribuição do rendimento. Tem agravado as assimetrias entre os grupos sociais e entre os mais ricos e os mais pobres”. **2)** O desafio da Coesão Social ou Solidariedade – “persistência das velhas formas de pobreza (...) novas formas de pobreza e de exclusão social (...) agravamento das desigualdades sociais. **3)** O desafio da Sustentabilidade – “a não adoção de compromissos e medidas claras e determinadas, pode inviabilizar o futuro”. **4)** O desafio da Diversidade – o desafio do diálogo cultural que pretende a lógica uniformista e massificadora que predominou nas últimas décadas. A estes quatro desafios acrescento um quinto que permite a articulação com os restantes. **5)** O desafio da Governância – “da regulação integrada e da vontade política à escala mundial, mas também nas outras escalas (nacional e local)” (Roque Amaro, 2003: 61-62).

É neste contexto de transformação e atualização que o conceito de desenvolvimento se reformula, procurando assumir uma visão integrada e complexa do fenómeno. Aceitando a influência de dimensões subjetivas, como a emoção e a sua importância no domínio relacional; a necessidade de programas flexíveis e adaptáveis, às diversas realidades e circunstâncias e na aceitação da prática, como elemento gerador de teoria e não exclusivamente o contrário.

No envolvimento dos diversos atores do desenvolvimento na ciência reside a democratização da própria produção científica. “Os novos paradigmas científicos «confortam» os novos conceitos de desenvolvimento e abrem perspetivas interessantes para encontrar soluções para os grandes desafios atuais” (Roque Amaro, 2003: 64).

As formulações mais recentes renovam “o interesse científico e a eficácia para a ação” (Roque Amaro, 2003: 65) relegando as ideias do “pós-desenvolvimento” que assentia que “a solução para os países do Sul e as populações desfavorecidas não é o desenvolvimento, mas o «fim do desenvolvimento»” (Roque Amaro, 2003: 65).

Para Rogério Roque Amaro (2003: 65-66) o desenvolvimento é resultado do valor endógeno, da sua própria força, potencialidades, autonomia e participação, embora possa ser “ajudado”. É da sua própria experiência que brota o desenvolvimento.

Visto estarmos perante um fenómeno complexo e de grande interesse e relevância para as sociedades humanas, a organização e produção conceptual tende a ser “transdisciplinar” afirmando o desafio e exigência exigidos às Ciências do Desenvolvimento. Por outro lado, mais recentes atualizações em torno do desenvolvimento é o resultado da experiência prática sendo, por isso, determinante nestes domínios aproximar o investigador e o ator, que tal como ressalva Roque Amaro conduzirá a uma profunda análise e debate dos critérios de cientificidade dominante na ciência.

2.1.2. Perspetivando as teorias do Desenvolvimento

Se tal como foi possível verificar no ponto anterior o debate em torno do conceito de desenvolvimento, não é claro, também no que diz respeito às perspetivas teóricas não há consenso. São fruto de contextos históricos e tradições teóricas diferentes e tendo dado início a também conceções bastante díspares do ponto de vista prático.

As teorias sobre o desenvolvimento derivam de três escolas. **1)** A Escola da Modernização que nasceu nos anos 50 do século XX nos EUA e com grande sustentação prática na implementação do Plano Marshall na Europa. **2)** A Escola da Dependência emerge no final dos anos 60 do século passado na América Latina, como resposta à falência dos programas de desenvolvimento, lá aplicados. **3)** A Escola do Sistema – mundo pretende no final dos anos 70 procurar uma resposta para o que a Teoria da dependência não tinha conseguido responder, como a industrialização do leste asiático. Fazem ainda parte desta perspetiva sobre as teorias do desenvolvimento, a Teoria do Desenvolvimento Endógeno do final do século passado, que coloca em discussão as especificidades locais de cada território, que passam despercebidas às teorias globalizadas. Por fim, a teoria de Amartya Sen que apresenta o desenvolvimento como liberdade, do início deste século.

A teoria da modernização fundamenta-se teoricamente junto dos pressupostos teóricos do evolucionismo e da transição evolutiva das sociedades, do tradicional ao moderno. É na senda, desta premissa que esta teoria vê o desenvolvimento; como um processo evolutivo e unidirecional, pelo qual todas as sociedades, num momento da sua história irão alcançar. “Social Chang is unidirectional. Progressive and gradual, irreversibly moving societies from primitive stage to an advanced stage, and making more like one another as they proceed along the path of evolution” (So, 1990: 33).

Assim sendo, os novos países deveriam seguir uma via de desenvolvimento que os tornasse em tudo semelhantes ao percurso feito quer pela Europa quer pelos EUA; assumindo que, para além de se encontrarem em diferentes estádios de desenvolvimento, a Europa e os EUA como sociedades avançadas exemplo de modernidade; e os países em desenvolvimento marcados pelo atraso devido às suas sociedades primitivas. Em função desta premissa, tal como afirma Alvin So (1990: 34) a democracia e a industrialização são uma marca das sociedades ocidentais, logo, também elas se tornaram fatores essenciais para a teoria da modernização.

Para os autores da Escola da Modernização, o processo de modernização uma vez começado é irreversível podendo variar no tempo e no impacto. Contudo, a direção (rumo a um estágio mais avançado de desenvolvimento) não será alterada. Esta perspetiva advém da influência funcionalista, de que para que se alcance a modernidade, os valores e estruturas tradicionais teriam de ser abandonados.

O facto de a teoria da modernização ter a sua origem no Ocidente enfatiza os obstáculos ao desenvolvimento que são apresentados, por diversos autores como Rostow, McClelland, Lipset e Levy, por exemplo. De entre eles os obstáculos referidos destacam-se, por exemplo, a falta de investimento produtivo, a sobrepopulação, a não existência de motivação para o sucesso, a ausência de estruturas democráticas, o domínio dos valores tradicionais.

Contudo, há uma mais-valia implícita neste processo; sendo o desenvolvimento um processo unilinear e unidirecional, os países subdesenvolvidos conhecem a direção a seguir (o modelo ocidental de desenvolvimento é o padrão, a seguir) logo podem agilizar respostas às suas necessidades, sem ser necessário procurar respostas inovadoras. Pois,

outros países já fizeram o mesmo percurso, não sendo agora necessário inventar estratégias de desenvolvimento, como defende Levy (So, 1990: 26). Para Rostow o apoio ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos deve ser feito ao nível do capital, da tecnologia e do *know-how* dos especialistas, uma vez que a maior dificuldade está na falha do investimento produtivo (Enriquez, 2010: 30).

W. Rostow, um dos principais economistas e responsáveis teóricos da escola da modernização, defende ser “possível classificar todas as sociedades, a partir de seus aspetos económicos”, (Enriquez, 2010: 28). Desta forma, as sociedades podem inserir-se numa das cinco etapas, rumo ao desenvolvimento. Porém, alerta que “elas têm a sua própria lógica interna e continuidade” (Enriquez, 2010: 29).

A primeira etapa – sociedade tradicional – caracteriza-se pelo baixo PIB *per capita*, que “resulta da impossibilidade de expansão das potencialidades económicas latentes, por causa das deficiências no sistema de ciência e tecnologia (...) o resultado disso é a baixa produtividade” (Enriquez, 2010: 29).

A segunda etapa – condições para a descolagem (take-off) – nesta fase os países preparam-se para avançar rumo ao desenvolvimento fazendo uso da ciência e da tecnologia para combater os baixos níveis de produtividade. Estas condições para o desenvolvimento não são próprias a cada país, são fruto da “intromissão” como traduz Maria Amélia Enriquez (2010: 30) dos países desenvolvidos. Este período encerra transformações quer económicas (novas formas de fazer), como sociais (disposição para assumir riscos por conta do desenvolvimento), mas essencialmente, políticas visto ser necessário um Estado nacional forte e coeso.

A terceira etapa é o take-off, isto é, a de descolagem. Os limites ao desenvolvimento estão por fim solucionados e assiste-se à introdução da tecnologia nas atividades produtivas, aumenta a produtividade, aumenta o volume de poupança e investimento; surgem novas ideias empreendedoras que põe a tónica na utilização de novos recursos e métodos de produção.

Na quarta etapa – rumo à maturidade – é um “longo intervalo de progresso sustentado” (Enriquez, 2010: 31) desmoronam-se as indústrias tradicionais e estas

economias encontram um espaço no plano internacional “Rostow estima que somente 60 anos após a decolagem se pode afirmar que a economia está madura” (Enriquez, 2010: 31).

A última etapa – consumo de massas é o traço característico das sociedades desenvolvidas. As teorias da modernização entendem o desenvolvimento como crescimento económico e industrialização, sendo por esse motivo as ajudas financeiras aos países em desenvolvimento destinada à construção de infraestruturas e de desenvolvimento dos sectores transformadores e de apoio técnico.

Contudo, esta perspetiva reúne algumas críticas, como por exemplo de teóricos neomarxista, como Frank, Bunker e Hirschman, que apontam como principais críticas o facto de não tomarem em atenção das dinâmicas externas aos países não desenvolvidos, como o colonialismo, o controlo dos mercados pelas empresas ocidentais e as desigualdades que persistem nas trocas comerciais. Outro dos pontos de discussão é a unidirecionalidade do desenvolvimento.

No final dos anos 60, a Teoria da Dependência, coloca a questão do desenvolvimento e subdesenvolvimento como faces do mesmo processo, sendo amplamente aceite a ideia que o colonialismo afetou o processo de desenvolvimento de uns em detrimento de outros e que as relações económicas internacionais favorecem os países desenvolvidos.

A Teoria da Dependência alterou o foco analítico do estudo do desenvolvimento, contudo é acusada de falta de soluções para os problemas do desenvolvimento. Os teóricos da dependência fazem uma análise histórica do capitalismo, em que se divulga a ideia “de que desenvolvimento e subdesenvolvimento são, na realidade, «resultado histórico do desenvolvimento do capitalismo» ” (Enriquez, 2010: 46). Segundo Maria Enriquez (2010: 47) a Escola da Dependência não formou um “bloco homogéneo”, isto é, há na sua génese quatro correntes; a crítica que Celso Furtado é um dos representantes; a neomarxista representada por Theotônio dos Santos; a marxista ortodoxa, que entende o desenvolvimento como forma elemento positivo, não sendo, contudo, o socialismo necessário para o alcançar como defende Fernando Henrique Cardoso, e por último a corrente da teoria da dependência sem tradição marxista representada por André Gunder-Frank (Enriquez, 2010: 47).

Apesar das diferentes correntes todos afirmam que o desenvolvimento e subdesenvolvimento é resultado do sistema capitalista; e criticam a noção que a industrialização traria consigo as condições necessárias à democracia, ou seja, o poder económico continuaria a dominar os centros de poder.

Esta escola de pensamento assume um forte carácter marxista, acentuando a importância da dominação capitalista em que os países do Centro (Europa e EUA) detêm mais poder económico, face aos países da periferia (África, Ásia e América Latina) fomentando as relações desiguais de poder económico. Esta situação promove o agudizar da polarização entre os países do centro (desenvolvidos) e os países da periferia (não desenvolvidos).

Se para alguns dos teóricos da dependência, mais pessimistas, o desenvolvimento é quase impossível, propõe que se redefina o conceito; desligando-o do carácter vinculativo da industrialização e do crescimento da produtividade, voltando a atenção para a qualidade de vida da população “more than just more industry, more output, and raising productivity. Instead, it should be defined in terms of improving living standard for all people in periphery” (So, 1990: 105).

A proposta da Escola da Dependência para os problemas do subdesenvolvimento passam por “instead of relying upon foreign aid and foreign technology, peripheral countries should adopt a self-reliance model-relying upon their own resources and planning their own paths of development so as to achieve independence and autonomous national development” (So, 1990: 105).

Há também para estes autores que questionar as políticas de ajuda externa ao desenvolvimento que se baseiam no crescimento económico, nas transferências de capital, ou de tecnologia, que são formas de prolongar as situações de domínio e dependência, retirando a autonomia nacional face à influência externa. Por outro lado, há a considerar que as «velhas elites» dos países em desenvolvimento são «clientes» dos agentes económicos desenvolvidos; sendo por isso necessário uma Revolução Socialista, que levasse à reconversão das «velhas elites» em «novas elites».

Durante os anos 60 e 70, esta nova abordagem teve influência na abordagem da Ajuda, promovendo o fortalecimento das instituições existentes para que melhorem a sua

atuação. Ao mesmo tempo, assiste-se ao reconhecimento das capacidades endógenas dos países da periferia que culminou com a utilização e institucionalização do conceito de parceria e alterou a relação até então vigente entre doadores e beneficiários. Uma relação de parceria pressupõe que “um acordo [é] mutuamente benéfico (...) com responsabilidades aos mais diversos níveis” (IPAD, n. d.: 98).

A teoria da Dependência trás à discussão sobre o desenvolvimento, para além da sua dimensão económica, a dimensão social, política e cultural. Passando também estas a ser entendidas como valores para o desenvolvimento. Esta é a génese da cooperação para o desenvolvimento envolvendo e permitindo a participação da população. Logo, rompe com o pressuposto tradicional que os países subdesenvolvidos são incapazes de sair desse estado.

As críticas à teoria da dependência surgem nos anos 70 associados ao aparecimento da Escola Sistema – Mundo de Imanuel Wallerstein.

A teoria do Sistema – Mundo pretende dar resposta ao que a Escola da Dependência não conseguiu explicar, como por exemplo, a industrialização do leste asiático; a estagnação económica e a progressiva abertura ao capitalismo dos países socialistas, bem como a crise capitalista no mundo ocidental, resultada da crise petrolífera da década de 70.

Para esta escola, o sistema – mundo é a unidade de análise; sendo este um sistema dinâmico e trímico – Centro, Periferia e Semiperiferia. Se o centro engloba os países desenvolvidos, e a Periferia os países subdesenvolvidos; a Semiperiferia caracteriza-se pela proximidade aos dois polos anteriores, ou seja, assume características dos dois extremos.

Para esta escola, o desenvolvimento assume-se como um processo dinâmico e cíclico, podendo estar em transformação ora o centro, ora a periferia, ora a semiperiferia. “This tree-tiered model allows Wallerstein to entertain the possibilities of upward mobility (periphery moving in the semiperiphery or a semiperiphery moving into the core) as well as (a core moving into the semiperiphery or a semiperiphery moving into periphery)” (So, 1990: 198). O facto de o desenvolvimento ser entendido como dinâmico e determinado por um contexto espaço-temporal, admitindo períodos de progresso ou de estagnação é marca da influência da Escola de Annales de Fernand Braudel na teorização de Wallerstein.

Segundo Wallerstein, o mundo está ligado por uma rede de relações e trocas comerciais complexas – o sistema-mundo; sendo que as dicotomias e conflitos não dizem só respeito às relações entre Estados-nação, mas no interior do próprio Estado-nação.

A característica distintiva entre teoria do Sistema-mundo e a teoria da Dependência está patente mobilidade ascendente ou descendente que cada país pode atravessar em diferentes momentos.

Nos anos 80 e 90, a produção teórica em torno do desenvolvimento mostrou-se “letárgica” (Enriquez, 2010: 143) procurando colocar em prática as teorias das últimas quatro décadas completando-as com a prática da Ajuda ao Desenvolvimento. Disto é exemplo o conceito de “capacity development”, definindo-se como a capacidade da sociedade, no seu todo, gerir e administrar os seus negócios e projetos de forma bem-sucedida.

As teorias apresentadas até este ponto tentaram assumir uma perspetiva global, perdendo a especificidade das perspetivas locais. E um modelo excessivamente global corre o risco de se tornar num modelo redutor, porque é incapaz de ultrapassar o raciocínio fechado e determinista das relações económicas mundiais. A globalização não consegue explicar as controvérsias por si própria criadas, apontando como único caminho a integração das pequenas regiões na economia nacional, e consequentemente na economia global.

À custa desta realidade emergem alguns movimentos sociais antiglobalização, sem grande poder reivindicativo. Contudo, estes movimentos não dispuseram de uma âncora política suficientemente forte, capaz de os legitimar, nem de mecanismos capazes de ultrapassar a realidade da economia capitalista, não tendo, por isso, grande impacto sobre a opinião pública.

Esta situação permite o perpetuar de um vazio no plano local. Há regiões que permanecem intocadas pela lógica de desenvolvimento da globalização. Abriu-se assim margem a modelos explicativos alternativos que ousaram a territorialização em espaços micro, com a implementação de projetos de desenvolvimento alternativos; que não são antiglobalização, nem pretendem interpor-se à economia mundial, simplesmente procuram

ultrapassar os determinismos da globalização, esta é a vontade da Teoria do Desenvolvimento Endógeno.

A Teoria do Desenvolvimento Endógeno enforma-se no início dos anos 80, quando se assistiu à recessão económica no Ocidente e se verifica que a mundialização da economia não repercutiu efeitos de forma generalizada, nem responde aos problemas que cria. Há a forte convicção de que a solução para o desenvolvimento está para lá da economia global.

O seu surgimento gerou múltiplas desconfianças, essencialmente devido à incapacidade de resposta objetiva quando questionados sobre a possibilidade de numa economia globalizada existir respostas de âmbito local; bem como pelo contraditório de afirmar o local, num momento em que o local está a perder importância, face ao global. A par disto, esta teoria surge com pouca afirmação teórica e muita conotação política.

O modelo teórico e político da teoria do desenvolvimento endógeno afirma que os contextos locais têm potencialidades de desenvolvimento, ou seja, mesmo os territórios mais excluídos do processo de globalização têm possibilidade de entrar na rota do desenvolvimento; afirmando as potencialidades dos contextos locais assumirem a existência de tantos modelos de desenvolvimento quanto os contextos locais³. Este facto leva a que se afirme como um modelo de desenvolvimento, mais do que como um verdadeiro modelo teórico.

No entanto, a sua afirmação concretiza-se pelo potenciar das virtualidades de cada contexto local, nomeadamente daquelas que a globalização parece desprezar, como o artesanato, ao turismo rural, a agricultura biológica, entre outras. Estas atividades só existem e têm razão de ser em função de critérios de proximidade e do localismo.

Esta teoria questiona a organização social vigente definindo como eixo prioritário de intervenção a reformulação institucional, isto é, questiona criticamente as instituições vigentes, os seus modelos de funcionamento e intervenção. Propõe novos modelos organizativos, de base local que obedecem a um princípio fundamental de reforço da cidadania, como produto de uma democracia participativa ativa e cívica. Este modelo

³ O que do ponto de vista epistemológico é considerado uma fragilidade.

teórico assegura que o desenvolvimento para lá da sua componente económica, tem também uma componente social.

À inovação desta teoria acresce ainda a dimensão central do conceito território, a que se junta a dimensão iniciativa, ou seja, há uma heterogeneidade de possibilidades de desenvolvimento assentes na diferente distribuição de recursos pelos sujeitos. Há o reconhecimento da capacidade de iniciativa das potencialidades locais rompendo com os determinismos do processo de globalização. Esta situação permite a edificação de um novo conceito que une o global e o local criando um domínio designado por glocal, isto é, “refletir a nova relação simbiótica entre o espaço global, onde se reproduz o sistema económico em tempo real, e os âmbitos locais, onde se situam os nós produtivos dinâmicos que ingressam nas redes globais a partir de processos de retroalimentação entre os níveis sociais, institucionais e económicos que operam no âmbito interterritorial” (Dallabrida, Siedenberg & Fernández, 2004: 46).

A teoria do desenvolvimento endógeno reconhece a diversidade de potenciais processos de desenvolvimento, uma diversidade que resulta do próprio reconhecimento da diversidade de características dos territórios; reconhece a existência de zonas industriais degradadas e sem grande produtividade, o que obriga os indivíduos a desenvolverem múltiplas atividades que garantam o orçamento familiar. Os ganhos não salariais complementares são exemplo da efetiva diversificação de instrumentos produtores de desenvolvimento a partir da diversidade territorial. Isto envolve a mobilização de importantes grupos da população e/ ou de *stocks*, quer de forma sazonal como permanente.

Afirma assim o potencial de produção social, em rutura com o defendido anteriormente. Há a valorização de associações locais, do dinamismo cívico e familiar capaz de gerar atividades complementares às dinâmicas económicas, sendo este um dos fatores de corte com os determinismos económicos globais. Assim, surgem os espaços produtivos não entendido apenas como território, mas como fator multidimensional, não uniforme, complementar entre si e ativo no processo de desenvolvimento.

O polo de emergência e fortalecimento das ideias da teoria de desenvolvimento endógeno são as cidades médias, entendidas como centros de (relativa) baixa densidade populacional, especializadas economicamente e com tradição económica local, que

preservam traços enraizados da cultura local. As cidades médias são os territórios por excelência de um conjunto de políticas locais passíveis de reorganizar as estruturas institucionais locais, como as cooperativas que apesar de não serem fruto desta época conheceram aqui um novo fôlego. Outras das instituições que adquiriram nova importância são as IPSS, as associações mutualistas e as próprias ONG.

Estes não são instrumentos recentes, pré-existem à teoria do desenvolvimento endógeno, mas são atualizadas pelo seu modelo teórico, a partir do seu reconhecimento para o arranque do desenvolvimento. Não visa apenas responder à debilidade da população, mas também dar uma resposta de sociedade-providência. Os instrumentos mobilizados por esta teoria são instrumentos que se situam dentro do sistema capitalista, mas com rutura com as dinâmicas socioeconómicas do capitalismo, no sentido da valorização do local, das suas potencialidades e do seu potencial de mudança.

A tónica distintiva é dada pela inovação, que advém da economia, e que nesta teoria é entendida como potencial de mudança nas organizações com consequências na revitalização do sistema. Quanto maior for o potencial de inovação mais fortes serão as redes sistémicas de um determinado território. As próprias parcerias são fruto da inovação. Isto faz sentido à luz de que os agentes sociais são o potencial de mudança, logo, as linhas de processo de desenvolvimento são estabelecidas pela participação ativa e democrática dos agentes e não apenas pelos interesses económicos.

Conscientes de que o processo de desenvolvimento poderia conduzir à atomização dos indivíduos, Pierre Rosanvallon alerta para a necessidade de um novo contrato social assumindo um compromisso ativo entre três parceiros: o Estado, o mercado e a sociedade civil. Pretende ultrapassar a velha dicotomia entre estes três agentes, porque dificultavam a integração social dos indivíduos no campo político com repercussões na participação democrática, excluindo os cidadãos da organização política e económica da sociedade. O novo contrato social é local, valorizador das potencialidades locais, logo é diverso e plural, não é um contrato uniforme e único, mas um contrato legitimado pelas dinâmicas sociais e locais, sendo a diversidade a riqueza do processo de desenvolvimento.

A participação e a cidadania percorrem de forma transversal todo o processo da teoria de desenvolvimento endógeno, fazendo a cooperação ganhar posição face à

atomização social. Este novo contrato social exige aos atores, um novo papel. Ao estado um papel integrador e descentralizador. Do mercado espera-se um papel integrador e justo do ponto de vista social e redistributivo. À sociedade civil um papel ativo e facilitador de coesão em torno das práticas participativas e democráticas. Os princípios teóricos materializaram-se no início da década de 90 do século XX, com a criação da Agenda 21. Assumindo a importância do envolvimento de todos os atores sociais no processo desenvolvimentista de cada região.

A teoria do desenvolvimento endógeno apela à participação da sociedade civil; à democratização; à inovação como fator modificador; à diversidade endógena como fator de desenvolvimento; à economia social como resposta aos tradicionais modelos de industrialização, como caminho uniforme para o desenvolvimento e à sustentabilidade.

Durante a primeira década, deste século parece estar a assistir-se ao aparecimento de mais do que uma nova “grande teoria”, tal como afirma Maria Enriquez, que exige uma abordagem multidisciplinar que compreenda os caminhos do desenvolvimento. Enquadra-se nesta nova teorização, os contributos de Amartya Sen que “é considerada uma das grandes contribuições para o restabelecimento da dimensão ética na discussão dos problemas económicos” (Enriquez, 2010: 143). A teoria de Sen entende o “Desenvolvimento como Liberdade” (2003), tal como se chama o seu livro.

Para Amartya Sen, o desenvolvimento pode ser compreendido de duas formas: um processo feroz que exige sacrifícios e afronta os direitos e o bem-estar da sociedade; ou como um processo amigável, fruto de uma relação mutuamente benéfica (Enriquez, 2010: 144); sendo que a visão do autor aproxima-se da segunda conceção.

Sen encara o desenvolvimento, como muito mais do que o crescimento económico, tendo como principal propósito “reduzir as privações, ou ampliar as escolhas” (Enriquez, 2010: 144). A noção de privação é mais ampla que a de pobreza, é a “incapacidade de perseguir o bem-estar” (Enriquez, 2010: 145). As privações podem ser remediadas com o crescimento económico, como a fome e o desemprego porém não soluciona a insegurança, o desrespeito pelos direitos sociais e políticos, etc. que também impedem o desenvolvimento.

Segundo Amartya Sen (2003: 50), o desenvolvimento é “um processo de expansão de liberdades reais que as pessoas gozam (sendo este) (...), (1) o fim primeiro e (2) o principal meio de desenvolvimento”. A liberdade tem desta forma dois papéis, um *constitutivo* que está relacionado com as liberdades substantivas, como ter condições básicas para evitar a subnutrição e a morbidez, por exemplo; e outro *instrumental* que conduz ao desenvolvimento e se agrupam a cinco tipos: as liberdades políticas, dispositivos económicos, oportunidades sociais, garantias de transparência e por último a previdência social (Sen, 2003: 52-54).

Estas liberdades não são estanques, relacionam-se e interagem, sendo por essa razão importante “apreender as conexões que existem entre elas (...) para deliberar sobre políticas de desenvolvimento” (Enriquez, 2010: 146). As combinações entre as liberdades instrumentais são múltiplas e geram correlações diferentes; sendo que o crescimento económico, visível com o crescimento do PIB, nem sempre traduz um maior investimento social (educação ou saúde, por exemplo). É esta constatação que leva Sen a considerar que um país “não precisa ficar rico para iniciar a tarefa de realizar investimentos nas áreas-chave que permitam ampliar as interligações entre as liberdades instrumentais e, assim, potencializar os efeitos sobre o desenvolvimento” (Enríquez, 2010: 147).

Colocar a liberdade, como fim e meio do desenvolvimento exige que as pessoas sejam colocadas no centro de todo o processo e envolvidas na sua construção. Esta perspetiva coloca a tónica no investimento público na educação e na saúde, por exemplo. Contudo, ressalva que a “qualidade do gasto público é de fundamental importância para potencializar o desenvolvimento” (Enriquez, 2010: 148).

2.2. COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

“ Não há certeza, portanto, de que a cooperação para o desenvolvimento possa produzir desenvolvimento. O certo é que, em certas áreas do mundo, a cooperação para o desenvolvimento não conseguiu produzir desenvolvimento. (...) Entretanto, a cooperação para o desenvolvimento continua – mesmo sem desenvolvimento.”
(João Milando, 2005:14)

Num qualquer dicionário da língua portuguesa é possível encontrar o significado de cooperação ” s. f. Ato de cooperar. Cooperar v. intr. 1. Prestar cooperação. 2. Operar simultânea ou coletivamente; colaborar” (Priberam, 2012). Segundo Jesus e Tiriba (2009: 80) “ indica a ação coletiva de indivíduos com o intuito de partilhar, de forma espontânea ou planejada, o trabalho necessário para a produção da vida social.”. A cooperação é um processo que envolve pessoas, grupo, instituições e países. Por isso, extrapolam os limites e fronteiras nacionais, combinando objetivos comuns, enformando-se assim o princípio da cooperação internacional.

A cooperação internacional visando o desenvolvimento é uma preocupação antiga e global. Esta inquietação tornou-se mais visível logo após a II Guerra Mundial, com metade do mundo a reconstruir-se do caos provocado pela guerra, com o recurso ao Plano Marshall. Este programa desencadeou a cooperação internacional promovendo a reestruturação física, social e económica. É considerado um ponto marcante nas relações para a cooperação e desenvolvimento.

De acordo, com o *Dicionário Internacional da Outra Economia* (2009:86) a cooperação internacional diz respeito ao “conjunto de ações de carácter bilateral ou multilateral desenvolvidas por organizações públicas internacionais, como as Nações Unidas, ou por organizações não-governamentais e da sociedade civil com vista a colaborar num objetivo de reconhecido interesse para um determinado país e relacionado com o seu desenvolvimento.” Ou seja, visa promover o desenvolvimento de regiões marcadas pela pobreza, pelos poucos recursos económicos e pela desigualdade. As questões

do desenvolvimento são transversais a todas as sociedades, independentemente do seu grau de riqueza, de desenvolvimento individual, técnico ou económico. A busca de melhores condições económicas e de bem-estar orienta esta procura. Contudo, apesar dos esforços feitos em prol do desenvolvimento não estamos a assistir a uma distribuição equitativa dos níveis de desenvolvimento alcançados. Existindo por isso, três níveis de desenvolvimento definidos pelo PNUD, alto, médio e baixo desenvolvimento. Porém, é necessário alertar para o facto de no interior da mesma sociedade ser possível encontrar diversos matizes dos três níveis de desenvolvimento.

As políticas públicas de desenvolvimento, ou de apoio ao desenvolvimento são poucas ou mesmo inexistentes. Por esse motivo, aumenta a complexidade dos projetos de cooperação que tentam ultrapassar as diferentes limitações, quer no contexto de partida, quer no contexto de chegada, através do auxílio dos diversos agentes locais.

Apesar do ponto de partida da cooperação internacional poder parecer claro e perceptível, os avanços e retrocessos dos anos de experiência advinda deste campo foram fundamentais para a atual estruturação da cooperação e do desenvolvimento das ONGD, que como veremos em seguida, muito foram influenciadas por este percurso.

Por cooperação para o desenvolvimento deve entender-se a ajuda que visa gradualmente permitir a autossuficiência e autonomia das populações em necessidade estão excluídos, por isso, desta lógica, as ajudas de carácter assistencialista. As práticas de cooperação para o desenvolvimento envolvem diversos atores, desde os governos, às instituições intergovernamentais, movimentos da sociedade civil, instituições locais e nacionais, ou até mundiais.

Os fluxos de cooperação assumem dois sentidos, Norte-Sul (dos países do centro para a periferia) e Sul-Sul (onde a cooperação é realizada entre os próprios países periféricos, ou países emergente). Existe ainda outro tipo de cooperação, que poderia designar-se de Norte-Norte, isto é, cooperação que provem e destina-se aos países do centro, via OCDE, por exemplo ou por via mais informais sob influência na direcção económica e política das medidas a tomar (Jaientilal, 2009: 86).

Fazem parte dos fluxos de cooperação internacional para o desenvolvimento, a Ajuda Pública ao Desenvolvimento, a designada APD. De acordo com o IPAD, a APD é

entendida como um “conjunto dos fluxos destinados aos países em desenvolvimento e a instituições multilaterais vindos de organismos públicos, incluindo o Estado e as autoridades locais, ou das suas agências executoras, e cuja operação responda aos seguintes critérios: a) ter por objetivo principal a promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar dos países em desenvolvimento; b) ter um carácter concecional e compreender um elemento de dádiva de pelo menos 25%.” (IPAD, n. d.: 8). Não são considerados no processo de cooperação os fluxos de investimento estrangeiros e o financiamento privado ajustado de forma direta entre os países envolvidos.

A cooperação pode ser bilateral, ou multilateral distinguindo-se pelo meio de difusão da ajuda, ou de forma direta ou indireta.

A cooperação bilateral segundo o IPAD (n. d.: 38) consiste na “cooperação em que os governos doadores canalizam os seus fundos de Ajuda diretamente para os recetores, sejam estes governos ou outras organizações”.

Por seu turno, a cooperação multilateral é definida pelo IPAD (n. d.: 39) como a “cooperação em que os governos enviam os fundos de Ajuda para organizações multilaterais para que estas os utilizem no financiamento das suas próprias atividades.” Isto é, as doações seguem dos doadores para as agências multilaterais que são responsáveis pela gestão e distribuição dos fundos aos países recetores.

Nos anos 50/60 fruto do paradigma desenvolvimentista vigente, a APD fornecia os recursos económicos necessários para colmatar as limitações existentes e que permitiriam o “take-off” da economia; negligenciando outros aspetos importantes como a dimensão política e social, bem como a cooperação técnica e a vertente de desenvolvimento humano.

Nos anos 70 constatou-se o fracasso do modelo anterior, com a não correlação entre a APD e o crescimento e apoiado no domínio teórico da teoria da Dependência, a APD é aplicada nos domínios da luta contra a pobreza, através de ações diretas sob as áreas mais afetadas.

Nos anos 80, a crise petrolífera dos anos 70, a subida das taxas de juro e a recessão exigiram uma reformulação da APD, conduzindo à racionalização e coordenação internacional dos meios disponibilizados. A preocupação principal é a estabilidade

económica dos países em desenvolvimento, visível através dos PAE, já referidos no ponto 2.1.1. Esta é considerada a década perdida do desenvolvimento, mas que evidenciou a capacidade de resposta das ONG, como organizações capazes de solucionar problemas e efetivar respostas de forma mais rápida, comparativamente com as agências bilaterais. (Rebola, 2004: 22).

Os anos 90 assumem uma dupla face da cooperação, na primeira metade assiste-se perpetuar das lógicas de estabilidade e ajustamento. Contudo, as alterações ocorridas na Europa de Leste transformam países até aqui doadores, em países também eles em vias de desenvolvimento. Neste período o desenvolvimento centra-se no Homem, e também a cooperação se reveste de novas áreas de intervenção, como os refugiados, a manutenção de paz, prevenção de conflitos e reabilitação pós conflito. (Rebola, 2004:22) Na segunda metade da década, aos condicionalismos financeiros vindos dos anos 80 juntam-se os condicionalismos internos do desenvolvimento, isto é, a estabilidade política, a democracia, o multipartidarismo, como elementos fundamentais para o processo desenvolvimentista. A reestruturação da cooperação advém da nova realidade mundial, onde os doadores diminuíram e estão a travessar um período de recessão, o número de recetores aumentou, obrigando a que a APD seja cada vez melhor canalizada e de forma mais eficiente (Rebola, 2004:23).

A dinâmica de ajuda é “ como um complemento dos recursos internos públicos e privados (...) indispensáveis para o desenvolvimento a longo prazo, destinando-se a infraestruturas e serviços sociais de base (...) diminuindo nos sectores produtivos, a par do reforço da cooperação técnica” (Rebola, 2004: 23).

Nesta primeira década do século XXI, a tónica das relações de cooperação está na transferência de liderança nas estratégias de desenvolvimento, isto é, prevê-se que os “países ajudados exerçam liderança no delineamento e implementação das estratégias de desenvolvimento” (Jaiantilal, 2009:90) segundo a Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento (2005). Esta alteração é também ela, fruto da perceção da cooperação como direito e dever, quer dos indivíduos, quer dos estados. Logo, cada um deve ser responsabilizado pelo seu espaço de atuação. Este será provavelmente, o ponto fundamental da Cooperação para o Desenvolvimento, a mobilização de indivíduos através do *empowerment*. Todavia, “apesar de alguns progressos verificados, ainda se está longe do

abandono das condicionalidades, da consideração plena das condições locais para o desenvolvimento e da priorização dos programas identificados pelos próprios beneficiários” (Jaiantilal, 2009:90).

2.2.1. Atores e Relações na Cooperação e Desenvolvimento

São vários os atores que promovem a cooperação e o desenvolvimento como os Estados, as instituições internacionais, os municípios, as empresas e as ONGD. Rebola citando a Plataforma Portuguesa das ONGD que os atores da cooperação são “ entidades que se dedicam à promoção do Desenvolvimento, em sentido lato, definimos como as entidades que podem influenciar, financiar e implementar as políticas de cooperação que visem o desenvolvimento socioeconómico dos países, regiões e comunidades com maiores dificuldades, num contexto de desequilíbrio da repartição de recursos e oportunidades ao nível mundial e que são decisores em matéria de desenvolvimento” (Rebola, 2004: 24).

Os atores da cooperação e desenvolvimento são diversos. Possuem estruturas legais e organizativas, formas e áreas de atuação e objetivos diversificados. Porém, não atuam de forma separada, o sistema de instrumentos de que dispõem torna-os numa rede de interdependente, que promove o desenvolvimento.

A noção de cooperação para o desenvolvimento apresenta os Estados como principais financiadores e promotores da cooperação, sendo que a sua participação é realizada via a APD. Destes há um conjunto de países identificados como doadores, pertencentes ao CAD – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE que reúne os países industrializados e foi criado em 1961.

São importantes atores da cooperação e desenvolvimento não só os países doadores, mas também os PVD, ou seja, os países com índices de desenvolvimento mais baixos comparativamente aos do mundo ocidental. É de extrema importância o papel dos PVD no desenvolvimento, quer na relação de cooperação Norte-Sul, ou mesmo Sul-Sul; mas também enquanto garante da eficácia da ajuda e da distribuição equitativa dos ganhos do desenvolvimento pela população, pelos processos de democratização e transparência dos processos e meios e parcerias com a sociedade civil. Os PVD podem ser divididos em

diferentes níveis, como por exemplo: **1) Países Menos Desenvolvidos**⁴ – Enfrentam a marginalização da economia mundial e por isso, dispõem de medida e instrumentos específicos para os combater. **2) Países Pobre Altamente Endividados**⁵ – Pretende evitar que os países pobres tenham de enfrentar uma dívida pública que não têm capacidade de gerir e comprometeria o seu processo de desenvolvimento.

Outro dos atores fulcrais para a cooperação e desenvolvimento são as Organizações Internacionais.

Destas fazem parte, por exemplo o CAD-OCDE que reúne vinte e três países doadores e pretende “coordenar esforços e recursos internacionais a favor dos países recetores de ajuda” (Rebola, 2004:26). As suas principais funções prendem-se com a formulação política e técnica de orientações para a cooperação e desenvolvimento; analisar e compilar os dados de cada país-membro sobre a APD e os fluxos e encaminhados para os PVD.

Fazem também parte deste grupo, os organismos financeiros internacionais, como o FMI, o BM e os Bancos Regionais de Desenvolvimento. Estas são instituições multilaterais que mediam os processos de desenvolvimento entre os Estados, concessionam projetos e programas de investimento, sendo estes financiados pelos seus estados-membros (Rebola, 2004:26). O BM e o FMI argumentam o crescimento económico como fator fundamental do desenvolvimento, procurando-o como referência aos países do Norte, contudo não se resolvem problemas sociais nem se promove uma justa participação dos PVD no comércio mundial devido às suas lógicas desajustadas. Os Bancos de Desenvolvimento Regional característicos das décadas de 60 e 70 nos países da América Latina, Ásia e África pretendiam fomentar o desenvolvimento e a autossuficiência destas regiões.

Constituem também parte das organizações internacionais, as Organizações Técnicas Multilaterais, como a ONU, que através das suas diversas agências e programas

⁴ Para pertencerem ao grupo dos Países Menos Desenvolvidos, estes têm de ter um PNB inferior a 900 USD, a população estar numa situação de vulnerabilidade e situar-se abaixo dos 75 milhões de habitantes.

⁵ Este grupo iniciou-se em 1996 por iniciativa do BM e do FMI

pretende colocar o ser humano no centro do desenvolvimento. Posição que a coloca em oposição ao BM em algumas situações.

Por último, podemos acrescentar a esta lista, a UE que é responsável quer por um volume considerável de ajuda através da APD, quer como parceiro comercial. “A política de desenvolvimento da UE defende um desenvolvimento social e humano sustentável, igualitário e participativo, cujo principal objetivo é reduzir e eventualmente, erradicar a pobreza” (Rebola, 2004: 28).

Também os municípios são atores do desenvolvimento, promovendo a designada Cooperação Descentralizada, isto é, “trata-se de uma nova abordagem da cooperação caracterizada pela descentralização das iniciativas e da relação com os países em desenvolvimento, pela inclusão de uma grande variedade de novos atores da sociedade civil e por uma verdadeira participação dos atores dos países beneficiários no seu próprio desenvolvimento” (IPAD, n. d.: 38).

As empresas podem ser também atores do desenvolvimento, desde que promovam o desenvolvimento com sustentabilidade e de forma continuada. Podem fazê-lo de forma direta através de programas de incentivo técnico, por exemplo, ou indireta através de parcerias e patrocínios a ONGD, por exemplo.

Falta referir, que também as ONGD são atores do desenvolvimento, surgindo como resposta da participação da sociedade civil. Estas são organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos que apresentam características próprias e que atuam nos espaços entre o sector público e o lucrativo.

2.2.2. Política Europeia de Cooperação

A política europeia de cooperação enforma o carácter fundamental do relacionamento externo da UE, tendo em via o desenvolvimento social, económico e sustentável dos PVD. Tal como referido anteriormente, a importância da política de cooperação da UE constata-se ao verificar que é um dos maiores parceiros dos PVD, tanto no que diz respeito à ajuda, como nas trocas comerciais e investimento direto.

A política de cooperação europeia estabelece-se através de dois regimes: **1)** regimes específicos por região geográfica e **2)** por instrumentos horizontais generalizados a todos os PVD.

Os regimes específicos por região geográfica são acordos de cooperação privilegiados entre a UE e estas regiões. De entre as regiões que beneficiam de regimes específicos de cooperação destacam-se os países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP) que representam cerca de 74 países; os países da Europa de Central e Oriental e os ex-estados soviéticos; os PVD da América Latina e Ásia e os países do Mediterrâneo.

A relação entre a UE e os países da ACP assentam num conjunto de características apresentadas de seguida, que a tornam num “verdadeiro símbolo da política comunitária” (Rebola, 2004: 44): **1)** contem os direitos e deveres das partes intervenientes; **2)** assenta no princípio da parceria; **3)** combina arranjos políticos, financeiros e comerciais e **4)** numa perspetiva de longo prazo.

Esta relação instituiu-se nas Conferências de Lomé e sofreram alterações a cada 5 anos, à exceção de Lomé IV que vigorou por 10 anos. Atualmente vigora o acordo de Cotonou assinado em 2000, que depois de ratificado por todos os estados-membros da UE, entrou em vigor em 2003. Este preconiza o modelo de relação Norte-Sul assente na cooperação para o desenvolvimento, nas trocas comerciais e no diálogo político com base na eficácia da ajuda através da racionalização de instrumentos (Rebola, 2004: 44).

A abertura do diálogo permitiu envolver outros atores não-estatais, reconhecendo o seu papel e contributo no processo de desenvolvimento. Este acordo envolve as entidades públicas, privadas e a sociedade civil e outros parceiros no processo de informação e consulta das estratégias de desenvolvimento, permite-lhe o acesso a uma parte dos recursos financeiros, bem como na execução dos projetos e no apoio do reforço das suas capacidades. Este acordo tem a duração de 20 anos, estando sujeito a revisões a cada 5 (Rebola, 2004:44).

Os regimes específicos com o Mediterrâneo assumem como temas centrais as questões do diálogo política, da segurança e da imigração. Com os PVD da América Latina e Ásia a cooperação beneficiam de assistência técnica e financeira contudo sem que estejamos perante uma figura contratual, isto é, depende dos recursos disponíveis para o

efeito em cada momento. No caso dos países da Europa Central e Oriental e dos ex-países soviéticos beneficiam de medidas de reestruturação financeira e de entrada no mercado económico (Rebola, 2004:45).

Por seu turno, os instrumentos horizontais de apoio universal aos PVD podem apresentar-se de diversas formas através de um sistema de preferências generalizado na cooperação económica nos setores com maior potencial de crescimento; no cofinanciamento de ONG; na Ajuda Humanitária e de Emergência; nas linhas de financiamento a programas de Democratização e/ou Proteção de Direitos Humanos; na assistência técnica; entre outros.

A política de cooperação europeia assume a influência da cooperação financeira, ou seja, das “transferências concedidas para financiar atividades orientadas para o desenvolvimento do país recetor, canalizadas sob a forma de recursos financeiros, ou seja, créditos ou donativos” (IPAD, n. d.:39), quer bilateral quer multilateral através da Comissão Europeia. Também, da cooperação económica e social que associa o comércio ao desenvolvimento através do acesso privilegiado dos produtos dos PVD ao mercado europeu. Por último, mas não menos importante está também patente a dimensão política assente no respeito pelos Direitos Humanos, bem como a preocupação em gerir e prevenir as situações de conflito e violência (Rebola, 2004: 46-47).

2.2.3. Política Portuguesa de Cooperação

No caso português, a política de cooperação está desde 2003 sob a tutela do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, o IPAD. Entidade que coordena, supervisiona as políticas concretizadas no domínio da cooperação. Esta é a instituição responsável pela gestão dos apoios financeiros destinados à cooperação portuguesa para o desenvolvimento. O IPAD resulta da fusão de dois institutos públicos que até aí exerciam funções na área da cooperação e desenvolvimento. Atualmente, por força das exigências de reestruturação do setor público a que o acordo entre Portugal e o FMI obriga, está a estudar-se a redefinição institucional deste organismo tutelado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Contudo, desconhece-se qual o seu futuro.

A importância atribuída às questões da Cooperação para o Desenvolvimento, pelo Estado português evidenciou-se através da apresentação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 196/2005 – *Visão estratégica para Cooperação Portuguesa*. Nesta resolução estabelecem-se os princípios orientadores da política de cooperação portuguesa, onde são reafirmadas as orientações de estreitamento das relações com a comunidade de países de língua portuguesa, e são estes: **1)** Contribuir para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio; **2)** Contribuir para o reforço da segurança humana; **3)** Apoiar a lusofonia, enquanto instrumento de escolaridade e formação; **4)** Apoiar o desenvolvimento económico, numa ótica de sustentabilidade social e ambiental; **5)** Participar mais ativamente nos debates internacionais, em apoio ao princípio de convergência internacional em torno de objetivos comuns e **6)** Aumentar os recursos em matéria da APD.

A política de apoio ao desenvolvimento é parte integrante da política externa portuguesa, visando a promoção do desenvolvimento económico, social e cultural dos PALOP que são uma área de influência privilegiada, por força das circunstâncias históricas e da proximidade cultural.

São competências do IPAD, a supervisão e direção da política de cooperação e APD; planeamento, programação, acompanhamento do processo de execução e avaliação dos projetos de cooperação e da APD; verificação do enquadramento de programas ou projetos a promover por outras organizações em pareceres prévio (com carácter vinculativo); participar e representar o Estado português em atividades de organismos internacionais; articular com centralizar a informação disponível nos restantes organismos públicos e privados sobre projetos de desenvolvimento (Decreto-Lei n.º 120/2007 de 27 de Abril).

A política de cooperação portuguesa contava com três programas, em meados da década passada: o Programa de Cooperação Portuguesa no Estrangeiro, o Programa Anual de Cooperação e o Programa Indicativo de Cooperação (PIC); sendo que destes, os primeiros dois foram extintos. Os PIC são programas de cooperação plurianual, que privilegia como áreas de intervenção a Educação, Saúde, Boa Governação, Género, Desenvolvimento Rural, alinhadas com a estratégia de redução da pobreza, cabendo

sempre que possível ao país recetor coordenador e executar a implementação dos projetos (IPAD, 2006:5).

O IPAD desempenha as suas funções em articulação com os gabinetes interministeriais, que coordena no âmbito da cooperação portuguesa junto das organizações internacionais, como a UE ou o CAD-OCDE. Não se pode por isso, afirmar que estamos perante uma estrutura de cooperação descentralizada, sendo que, tal como afirma Rebola (2004: 63) “o financiamento público do desenvolvimento é assegurado pelas estruturas centrais dos Estado”.

A APD portuguesa é distribuída tanto via cooperação bilateral, como multilateral. De acordo com os dados fornecidos pelo IPAD⁶ no seu sítio na internet, a APD em 2010 ascendeu aos 490 milhões de euros, o que conferiu um aumento significativo face aos valores registados anteriormente. Contudo, é de salientar que apesar do acréscimo, o rácio entre PNB e RNB ficou-se pelo 0.29% valor inferior ao acordado pelo Estado português e que deveria ter sido atingido em 2006, 0.33%.

A APD bilateral representou 61% da APD portuguesa. As regiões beneficiárias continuam a ser África (devido à localização de 5 dos PALOP) e a Ásia (Timor-Leste). A APD multilateral destina-se à UE para o FED (cerca de 75%) que financia a os programas e projetos de desenvolvimento promovidos por estas entidades; as restantes contribuições são canalizadas para a ONU, o CAD-OCDE, ou Bancos Regionais de Investimento.

2.2.4. Eficácia e Eficiência das Políticas de Ajuda ao Desenvolvimento

Desde as últimas décadas do século XX, a cooperação para o desenvolvimento procurou apresentar programas e projetos que fossem verdadeiramente eficientes e eficazes. Como forma de maximizar e racionalizar recursos, quer económicos, quer

⁶ Dados disponíveis em

<http://www.ipad.mne.gov.pt/CooperacaoDesenvolvimento/AjudaPublicaDesenvolvimento/Paginas/default.aspx> [consultado pela última vez a 25 de Julho de 2012]

humanos e procurar traduzir esse esforço em desenvolvimento. Assim sendo, a coordenação e complementaridade entre os agentes do desenvolvimento assume um sentido fulcral.

A discussão em torno da eficácia da ajuda começa ainda antes da discussão do conteúdo do conceito. O primeiro debate surge em volta da tradução do termo *effectiveness*, que é traduzido no plano institucional como eficácia, que pode gerar um entendimento voltado para a obtenção de resultados imediatos independentemente do programa ou projeto em causa. É por isso, necessário alertar para o fato de a noção de *effectiveness* estar mais próxima da ideia de efetividade.

Segundo o IPAD (n. d.: 55) a eficácia é a “ medida segundo a qual os objetivos da intervenção de desenvolvimento foram atingidos, ou se espera serem alcançados, tendo em consideração a sua importância relativa. Também é utilizado como sistema de medida global (ou como apreciação) do mérito e do valor de uma atividade; medida segundo a qual uma intervenção atingiu, ou se espera que atinja, os seus principais objetivos pertinentes, de forma eficaz e sustentável, e com impacto positivo em termos de desenvolvimento institucional”. Por seu turno a eficiência é entendida como a “ medida segundo a qual os recursos (fundos, peritos, tempo, etc.) são convertidos em resultados de forma mais económica” (IPAD, n.d.: 56).

A discussão em torno destas questões remonta à última década do século passado. Em 1996, já o CAD-OCDE⁷ iniciou o debate em torno da eficácia da ajuda ao desenvolvimento. Neste relatório enfatizou a importância das parcerias e da cooperação, da efetividade da ajuda e da aproximação de políticas em prol do desenvolvimento.

A *Cimeira do Milénio* (2000) instituiu nos *Objetivos do Milénio* quais as metas para o desenvolvimento no novo século, e entre eles vigora um que visa a criação de uma parceria global para o desenvolvimento. Os PVD principiam esforços no sentido da boa governação e transparência e implementam medidas políticas visando o cumprimento dos Objetivos do Milénio. Por seu turno, os países desenvolvidos assumem a reestruturação da APD e das suas políticas comerciais, procurando auxiliar os PVD no seu percursos rumo ao cumprimento do acordado na Cimeira.

⁷ No relatório “*Shaping the 21st Century: The Role of Development Cooperation*” disponível em: www.oecd.org/dac/2508761.pdf

Na primeira década do século XXI, seguiram-se diversas conferências internacionais, onde se debateram estas questões. Em 2002, na cidade de Monterrey⁸ no México debateram-se as questões do financiamento do desenvolvimento e a forma de tornar a ajuda mais eficaz. Em 2003, a cidade de Roma recebe o 1º Fórum de Alto Nível sobre a Harmonização do desenvolvimento⁹, sendo aí assinada a Declaração de Roma.

Em 2005, realiza-se em Paris, o 2º Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda¹⁰, onde a tónica é colocada na parceria, sendo apresentados 54 compromissos, na Declaração de Paris assinada por todos os participantes na conferência, sendo o seu cumprimento apontado para 2010.

Desta declaração derivam cinco pressupostos fundamentais para melhorar a qualidade da ajuda:

1) *Apropriação* ou *Ownership* - O país parceiro (até aqui apresentado como país recetor ou beneficiário) define a sua própria estratégia de desenvolvimento devendo orientar também as atividades dos países doadores.

2) *Alinhamento* – Visa a articulação dos programas de cooperação dos países doadores com as prioridades e estratégias de desenvolvimento levadas a cabo pelos países parceiros.

3) *Harmonização* – Pretende uniformizar e simplificar o processo de concessão de APD, transferindo alguma das decisões para as delegações dos países doadores nos países parceiros de forma a diminuir os custos que decorrem da concessão de ajuda.

4) *Gestão centrada nos resultados* – Gerir e aplicar a ajuda de acordo com os resultados desejados, de acordo com as estratégias de desenvolvimento. Sempre que possível os sistemas de avaliação e monitorização devem ser instituídos pelos países parceiros.

⁸ Relatório do Consenso de Monterrey disponível em:
www.un.org/esa/ffd/monterrey/MonterreyConsensus.pdf

⁹ Relatório da Declaração de Roma disponível em: www.oecd.org/dataoecd/54/50/31451637.pdf

¹⁰ Relatório da Declaração de Paris disponível em: www.oecd.org/dataoecd/59/28/41807824.pdf

5) Responsabilidade Mútua – Quer países parceiros, quer países doadores são responsáveis pelos resultados dos programas de cooperação, bem como pela manutenção da transparência durante todo o processo.

Em 2008, no 3º Fórum de Alto Nível de Acra no Gana, a discussão em torno da eficácia da ajuda voltou-se para a ação prioritária, tendo sido produzida a Agenda de Ação de Acra¹¹ onde se reiterou a importância dos princípios presentes na Declaração de Paris. A Agenda de Ação de Acra assumiu ainda, três novos compromissos, que permitissem alcançar os objetivos traçados em 2005. O primeiro, visa fortalecer o controlo do desenvolvimento pelos países parceiros através da capacitação e da capacidade de gestão. Em segundo lugar, a promoção das parcerias mais eficazes e inclusivas, assumindo a importância das organizações da sociedade civil. Por último, pretende alcançar os objetivos de desenvolvimento prestando contas do processo, de forma a melhorar a transparência e rebater os obstáculos a uma apropriação do processo de desenvolvimento, por parte dos países parceiros.

Em 2011 realizou-se 4º Fórum de Alto Nível¹² sobre a eficácia da ajuda no Busan na Coreia permitiu discutir os progressos realizados no âmbito da Declaração de Paris e de Acra, por a forma a alcançar a redução da pobreza e o cumprimento dos *Objetivos do Milénio*. Foram também reiterados os princípios que advinham das duas conferências anteriores, como a apropriação, o foco nos resultados, as parcerias inclusivas para o desenvolvimento, a transparência e a responsabilização.

Estas conferências internacionais dizem respeito à cooperação Norte-Sul. Mas também na cooperação Sul-Sul se tem vindo a verificar uma preocupação com as questões da eficácia e eficiência da ajuda ao desenvolvimento, sendo disso exemplo, as declarações de Bogotá e de Dili, onde mais do que a qualidade e quantidade de ajuda se discutiu também, a construção e manutenção da paz e a construção dos Estados.

Apesar do amplo debate da eficácia e eficiência da ajuda ao desenvolvimento nestas conferências internacionais foram excluídas as organizações da sociedade civil, de entre as quais estão as ONG, como atores relevantes em todo o processo de desenvolvimento.

¹¹ A Agenda de Ação de Acra está disponível em: www.oecd.org/development/aideffectiveness/41202060.pdf

¹² Relatório do 4º Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda no Busan disponível em: www.fao.org/fileadmin/user_upload/capacity_building/Busan_Effective_Development_EN.pdf

Sendo o debate alargado a estas organizações em Acra. Esta abertura conduziu à criação da *Plataforma BetterAid*, que reúne cerca de 700 organizações da sociedade civil. Estas organizações defendem o cumprimento efetivo dos princípios defendidos nestas reuniões, argumentando esta necessidade com o conhecimento real das realidades dos países parceiros. As organizações da sociedade civil advogam que é necessário passar dos princípios e acordos teóricos e formular efetivamente instrumentos capazes de os concretizar (Oliveira & Proença, 2011: 70).

O alargamento da discussão à sociedade civil exigiu a que também no seu seio a eficácia da ajuda fosse debatida, tendo sido criado para o efeito o *Open Forum for CSO Development Effectiveness*, na qual organizações da sociedade civil de todo o mundo refletem sobre a visão conjunta sobre a eficácia da ajuda e da cooperação para o desenvolvimento. Nesse sentido foram desenvolvidos uma série de princípios, designados por Princípios de Istambul, que servem de linhas orientadoras do trabalho destas organizações: **1)** Respeitar e promover os Direitos Humanos e a Justiça Social. **2)** Incorporar a igualdade e equidade de género. **3)** Centra-se no *empowerment* das pessoas, na apropriação e na participação democráticas. **4)** Promover a sustentabilidade ambiental. **5)** Praticar a transparência e a prestação de contas. **6)** Estabelecer alianças equitativas e solidárias. **7)** Criar e partilhar conhecimento comprometendo-se com a aprendizagem mútua. **8)** Comprometer-se com a criação de uma mudança sustentável e positiva. (Open Forum for CSO Development Effectiveness, n. d.).

O debate público tem contribuído para a apropriação dos processos de desenvolvimento e para a capacitação dos diversos atores envolvidos no processo. Porém, tal como afirmam Oliveira e Proença (2011: 79) a discussão em Portugal permanece fechada no domínio técnico, ou no setor público no plano das políticas de cooperação e ajuda ao desenvolvimento. Por esse motivo, algumas organizações da sociedade civil como a Plataforma Portuguesa das ONGD disponibilizam documentação e informações sobre o que acontece neste domínios, procurando alargar o círculo de debate.

2.3. ECONOMIA SOCIAL/ TERCEIRO SETOR

“ Terceiro setor, o todo é maior do que a soma das partes ”

(Sílvia Ferreira, 2009: 322)

2.3.1. Noções fundamentais e especificidades da Economia Social

Segundo o Dicionário Internacional da Outra Economia, a Economia Social remete para um conjunto de “ atividades económicas concernindo à sociedade de pessoas que busquem democracia económica associada à utilidade social (...) pode agregar-se o conceito de solidariedade e, concretamente, a hibridização de recursos mercantis, não-mercantis e não-monetários (...) feita entre o setor privado (que objetiva o lucro) e o setor público (que visa o interesse geral) ” (2009: 156). No mesmo sentido surgem também diversas referências ao Terceiro Setor, que segundo o mesmo dicionário pode ser entendido como “ um conjunto de relações sociais diferentes das do Estado e do mercado ” (2009: 322).

Como é possível verificar não há unanimidade na terminologia utilizada, surgindo diversas vezes, associadas à noção de terceiro setor ou economia social, outras nomenclaturas, como economia solidária, setor não lucrativo, setor voluntário, economia comunitária, entre outras. Tal como afirma Raquel Franco (2005:2) estamos perante uma multiplicidade de termos, a que lhes é atribuído significado idêntico, isto é, tende a definir “o que não é estado nem Mercado” (Rebola, 2004:30). A apropriação de denominações diferentes deriva do percurso histórico, político e social de cada sociedade.

Englobam-se neste domínio organizações, como Associações, Cooperativas, Mutualidades, IPSS, Misericórdias, empresas sociais entre outras.

A característica distintiva das organizações do terceiro setor é o não-lucro, situação que não invalida a procura da obtenção do lucro pelas mesmas. “Nevertheless, the term’s use is not always accompanied by awareness that these organizations can perform profitable activities as long as those profits are reinvested in activities instrumental to

attaining the organization's mission" (Franco, 2005:2). Ou seja, apesar destas instituições não visarem a obtenção de lucro, necessitam de gerar riqueza de forma a garantirem a sua sustentabilidade e a continuidade dos seus projetos. As atividades desenvolvidas pelas organizações do terceiro setor são centradas nas pessoas, não tendo por isso, os bens e serviços prestados um valor comercial associado. Situação que pode colocar a rentabilidade da instituição e consequentemente a sua sustentabilidade e em último caso a sua sobrevivência.

Estas organizações são entidades privadas que promovem atividades com uma finalidade pública. Isto é, a sua finalidade é próxima da do setor público, contudo tem uma natureza privada, apesar de não visar o lucro, partindo dos intentos dos cidadãos. Reside no terceiro setor o espaço de participação da sociedade civil.

A teorização em torno da sociedade assenta nos três pilares, que foram já trespassando a discussão em momentos anteriores, o Estado, o setor privado e a sociedade civil. Cada um tem características próprias e assume um papel distinto. Porém, relacionam-se criando relações de interdependência e influência mais ou menos perceptíveis, podendo no entanto a sua ação ser independente, equivalente ou até em alguns momentos de sobreposição.

A lógica de atuação de cada um dos setores de atividade relaciona e condiciona a ação do outro. Tomemos como exemplo, o financiamento do Estado às organizações do terceiro setor. Ao subvencionar, o Estado está a reafirmar a necessidade da sua existência, uma vez que são estas que colmatam algumas das valências sociais que o setor público deveria à partida garantir. Apesar, disso o financiamento público acentua a expressão da dependência do terceiro setor, em relação ao Estado, de forma a assegurar a sua sustentabilidade. Este ponto pode levar-nos a questionar a independência para discordar das posições dos outros setores, se são esses que garantem a sobrevivência do terceiro setor, todavia este não se afigura o espaço apropriado para tal.

Do debate em torno do terceiro setor fruto da sua diversidade de características (estatutos legais, propósitos, origem do financiamento, etc.), segundo Raquel Campos Franco (2005: 23 - 24 e 2008: 6) chegou-se a uma conclusão no palco internacional que as organizações da sociedade civil podem ser caracterizadas através de cinco características:

1) *Organizadas* - “têm alguma estrutura e regularidade nas suas operações, o que se reflete através de reuniões regulares, existência de membros, e alguma estrutura de procedimentos de tomada de decisões que os participantes reconhecem como legítimas, quer sejam ou não formalmente constituídas ou legalmente registadas. Isto significa que a nossa definição tanto abarca grupos informais como grupos formalmente registados” (Franco, 2008: 6).

2) *Privadas* – Não têm uma relação com o Estado, embora possam ser financiadas por ele. “Meaning that nonprofit organizations are neither part of the governmental apparatus nor controlled by the government” (Franco, 2005: 23).

3) *Não distribuidoras de lucro* – O lucro resultante da sua atividade, não se destinada ao enriquecimento dos seus colaboradores, mas a assegurar a continuidade das atividades. “As organizações da sociedade civil podem gerar “lucros” no decurso das suas operações, mas esses excedentes têm que ser reinvestidos nos seus objetivos. Este critério serve como uma aproximação ao critério “benefício público” utilizado nalgumas definições de sociedade civil, mas fá-lo sem ter que especificar à partida, e para todos os países, o que são “benefícios públicos” válidos. Em vez disso, deixa essas decisões a cargo das pessoas envolvidas, seguindo a teoria de que se existem pessoas num país que apoiam voluntariamente uma organização sem esperança de receber desta qualquer parte dos lucros por ela gerada, isto é uma prova forte de que devem ver algum benefício público nesta organização” (Franco, 2008: 6).

4) *Autónomas* – Dispõe de meios para controlar a gestão da organização, isto é “têm os seus próprios mecanismos de governação interna, estão aptas a cessar a sua atividade e a controlar todas as suas operações” (Franco, 2008: 6).

5) *Voluntárias* – A adesão dos seus colaboradores é livre, colocando a sua disponibilidade na procura do bem público. “Ser membro, participar ou contribuir em tempo ou dinheiro não é exigido por lei, nem uma condição de cidadania, determinada por nascença, ou de outra forma coagida. (...) Permite aos cidadãos de cada país definir, por eles próprios, o que consideram ser um propósito público válido por virtude da sua decisão de tomar parte, por sua iniciativa, nas organizações em questão” (Franco, 2008:6).

Estas características pretendem auxiliar a delimitação do terceiro setor, no entanto, convém reter que nas organizações do terceiro setor estão inserem-se organizações muito diversas, umas formais, outras informais; umas religiosas e outras seculares, sendo, por isso, necessária uma formulação abrangente o suficiente para todas, mas que seja também capaz de definir de forma concreta o que são.

2.3.2. As especificidades do Terceiro Setor em Portugal

As organizações do terceiro setor assumem características distintivas das restantes organizações presentes na sociedade como a transparência na ação, essencialmente no plano económico-financeiro; na gestão autónoma face ao Estado; no empresariado coletivo, isto é, são uma propriedade institucional; na sua finalidade é o serviço à comunidade e aos seus membros; no pendor não-lucrativo da sua atividade, não querendo isso significar que não possam ser rentáveis; na gestão democrática e participativa; no predomínio do fator de produção, trabalho e na procura do bem-estar e do equilíbrio social (Rebola, 2004:32).

O setor não-lucrativo em Portugal associa-se em grande medida à presença da Igreja Católica e da tradição do mutualismo. É uma sociedade civil organizada em torno das populações carenciadas, sendo uma característica nacional desde o século XII, na qual se destaca um modelo de assistência informal e distinto. Por altura, predominavam instituições como as Mercearias, Hospedarias, Hospícios, Casas dos Pobres, Hospitais de Meninos e Colégios Universitários, entre outros (Franco, 2005:5).

A partir do período dos Descobrimentos (século XV) surgem novas instituições e modelos de proteção, como resultado da saída dos homens, da emigração, entre outros. Exigiram-se respostas públicas aos problemas, mas também respostas provenientes de outros movimentos não-religiosos, como é o caso das confrarias e da Misericórdias, por exemplo (Franco, 2005: 6).

Com a tardia Revolução Industrial em Portugal, as características tradicionais do setor não-lucrativo deste período, também se desenvolveram mais tardiamente. Contudo,

as mudanças socioeconómicas conduziram a novas organizações de ajuda mútua, como as associações de socorros mútuos e humanitárias por exemplo. “However, many of these new associations lacked the resources necessary to ensure the economic viability of their activities. This fact, in conjunction with the lack of a legal framework and state support, led to the failure of many of these initiatives” (Franco, 2005: 9).

“ Contudo, as organizações da sociedade civil operaram sempre dentro dos constrangimentos de um regime paternalista, característico de uma aliança estreita entre a Igreja, o Estado e as elites rurais” (Franco, 2008: 3), o que confinou as atividades da sociedade civil ao assistencialismo.

Com o Estado Novo e a limitação das atividades associativas encaminharam para o declínio a importância das organizações não lucrativas. Todavia, com o 25 de Abril de 1974 e a instituição de um regime democrático ressurgiu o impulso às organizações da sociedade civil. “This led to an explosion of associative movements concerned with every aspect of social life, such as the improvement of housing conditions through resident associations, the preservation of employment, improvement of working conditions, parent associations, and services to help children” (Franco, 2005: 12).

Portugal enquanto Estado democrático assume como essencial a existência do Estado-Providência, porém o domínio do neoliberalismo no plano económico, bem como a globalização conduzem à coação, tanto nas políticas económicas, como sociais, colocando em causa a prossecução da função primeira do Estado-Providência, ou seja, a proteção de todos os cidadãos. A sociedade civil consciente das necessidades sociais existentes e da incapacidade de resposta do Estado assume um papel pró-ativo na resposta às mesmas.

Segundo Raquel Campos Franco (2008) hoje o peso do terceiro setor em Portugal é significativo, inclusive a nível económico. As despesas deste setor equivalem a 5,4 milhões de euros.

Envolve o trabalho de 250 mil pessoas, sendo que destes 70% são trabalhadores remunerados, os restantes 30% são trabalhadores voluntários. Contudo, “ existe em Portugal a perceção de que há ainda muito a fazer em termos de voluntariado”, pois nestes 30% incluem as “direções obrigatoriamente voluntárias” (Andrade & Franco, 2007: 31). Em termos comparativos os 4% da população ativa íntegra no terceiro setor, é ainda

inferior à média europeia; é equivalente à taxa italiana e espanhola, mas superior à dos países do Leste europeu. Nas organizações do terceiro setor a mão-de-obra prevalece nos serviços (60%) e nestes 48% estão destacados na prestação de serviços de carácter social (Andrade & Franco, 2007: 32).

No que diz respeito ao financiamento destas instituições, 48% dos seus fundos provem de receitas próprias, sendo outros 40% garantidos pelo Estado e os restantes pela filantropia (Andrade & Franco, 2007: 32).

Tal como já referi noutros momentos, as organizações do terceiro setor tomam corpo sob a forma de diversas figuras jurídicas e institucionais. Fazem parte deste setor, tal como refere Franco (2005 e 2008: 8) e Andrade e Franco (2007: 26-30) os seguintes tipos de organização: **1) Associações; 2) Associações Mutualistas; 3) Cooperativas**, à exceção das que estão autorizadas a distribuir os lucros pelo seus membros; **4) Fundações; 5) IPSS; 6) Misericórdias; 7) Organizações de Desenvolvimento Local; 8) ONGD e 9) Federações, Uniões e Confederações.**

As ONGD são organizações que “ levam a cabo programas sociais, culturais, ambientais, cívicos ou económicos que beneficiam países em desenvolvimento (ex. cooperação para o desenvolvimento, assistência humanitária, ajuda em situações de emergência e proteção e promoção dos direitos humanos), embora muitas delas operem também em Portugal” (Franco, 2008: 9). As ONGD dedicam-se na generalidade a três tipos de atividades: **1) Assistência ao desenvolvimento; 2) Assistência internacional a situações de desastre e 3) Promoção dos Direitos Humanos e da Paz.**

Sendo elas o elemento central do debate teórico desta dissertação, ser-lhes-á dedicado o próximo capítulo em exclusivo.

2.4. ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO

“Though the presence of NGOs seems to be everywhere, the challenge of understanding the phenomenon of NGOs remains a surprisingly difficult one” (Lewis & Kanji, 2009:2)

2.4.1. Em busca de uma definição

Procurar a definição de ONGD pode avizinhar-se uma tarefa difícil, sendo possível, no entanto, encontrar rastros de complementaridade e semelhança entre elas.

Segundo a Plataforma Portuguesa das ONGD¹³, “as organizações não-governamentais são associações da sociedade civil, sem fins lucrativos, que acolhem no seu interior especificidades que as diferenciam do Estado e de outras organizações e/ou instituições privadas (...) têm como áreas fundamentais de intervenção: a Cooperação para o Desenvolvimento, a Educação para o Desenvolvimento e a Ajuda Humanitária e de Emergência. (...) acreditam na importância de uma ação solidária, orientada para os objetivos das comunidades com as quais e para as quais trabalham, em conformidade com as prioridades identificadas em comum [e] colocam em primeiro lugar as necessidades dos seus parceiros do Sul e o reforço das suas capacidades. (...) regem-se de acordo com todos os princípios de respeito pelos Direitos Humanos e promovem a participação da sociedade civil na Cooperação para o Desenvolvimento.”

Por outro lado o IPAD, no *Glossário da Cooperação* define-a como, uma “organização sem fins lucrativos, ativa no domínio da cooperação para o desenvolvimento, educação para o desenvolvimento e ajuda humanitária de emergência. Inclui duas categorias: **1) ONGD nacionais** – são organizações sem fins lucrativos, incluindo os organismos religiosos, as sociedades cooperativas e os sindicatos ativos no domínio do desenvolvimento, cujos fundos de que dispõem provêm integral ou principalmente da

¹³ Informação disponibilizada no seu sítio na Internet <http://plataformaongd.pt/ongd.aspx>

economia do país doador. Os organismos *ad hoc* criados para recolher fundos para um objetivo específico (por exemplo, ajuda em caso de catástrofe ou fome) e que poderão desaparecer uma vez cumprido o objetivo, são também incluídos. **2) ONGD internacionais** – são organismos ativos no domínio do desenvolvimento que possuem sede em um determinado país e uma ou várias associações congêneres noutros países” (n. d.: 93).

Sendo este um campo onde a aceção de ONGD varia consoante o organismo ou entidade em questão, e mais do que isso; sendo este um terreno onde a heterogeneidade é rainha, tanto no campo do tipo de organizações, como nos objetivos, estruturas e motivações, a definição do que é uma organização não-governamental passa invariavelmente pela definição de base jurídica. Por exemplo analisemos o caso de Portugal e da nossa vizinha Espanha onde existem as figuras jurídicas das ONGD, no que toca a organizações não-governamentais voltadas para a cooperação e desenvolvimento, ou das organizações não-governamentais para o Ambiente - ONGA, nas que dedicam o seu trabalho às questões ambientais. Contudo, a figura vigente internacionalmente é a da ONG, independentemente da sua área de intervenção. Estas noções são semelhantes uma à outra e tidas como sinónimos, na documentação de divulgação internacional.

A noção de ONG surge no final da II Guerra Mundial, no entanto o seu aumento exponencial dá-se a partir do final dos anos 60 do século passado. A explicação deste aumento é dada por diversos autores e sistematizada por Kim Reimann, no seu artigo “*A view from the top: International Politics, Norms, and the Worldwide Growth of NGO's*”. Os elementos explicativos mais citados prendem-se com o declínio do Estado, a difusão e implementação das tecnologias da informação e comunicação - TIC, a proliferação da democracia enquanto sistema político preferencial, o crescimento e desenvolvimento económico, a influência da globalização, o aumento da escolaridade da população, bem como o desvanecer da ideia de limite e de fronteira decorrentes das lógicas da globalização e da prevalência cada vez maior das TIC (2006: 45).

Prevalece de forma transversal na sociedade a ideia de que as ONG surgem como uma resposta da sociedade civil. Contudo, a sua criação está também dependente de uma vontade institucional. “Rather than simply emerging as the result of bottom-up sociological and technological forces, INGOs and NGOs have also emerged and grown in large part

because of top-down processes of political globalization, i.e., the globalization of political structures, institutions, and Western liberal democratic values” (Reimann, 2006: 46).

As ONG apresentam-se enquanto produto de diversas direções, uma de caráter mais institucional que conta com o apoio dos Estados, das instituições intergovernamentais, mas também das plataformas internacionais de agregação das ONG. De outro lado, o impulso advém também das próprias ONG e das suas próprias lógicas de financiamento e de espaço político.

Há um novo espaço de participação tanto para os movimentos sociais, como para as organizações civis, devido à capacidade que detêm de mobilizar recursos legais e, ou geradores de riqueza ou o acesso a atores políticos e institucionais influentes.

Este espaço de influência concedido às ONG fruto da sua importância no plano nacional, mas também pela aquisição de importantes espaços na negociação internacional, devido aos movimentos transnacionais em que se inserem; torna-as como um novo elemento da ação política internacional. O que lhes confere a par da visibilidade e reconhecimento, também legitimidade às suas ações e participações. A expansão e visibilidade internacional é fonte, mas também fruto da cultura global mundial, tal como destaca Kim Reimann (2006: 46).

Não há espaço na dinâmica desenvolvida pelas ONG para um único elo dinamizador. As ONG surgem da relação dinâmica e simbiótica entre Estado, organizações intergovernamentais e a sociedade. As próprias ONG através da sua ação criam espaço e necessidade da sua existência, aumentando assim a sua força. Estas dinâmicas complexificam os novos sistemas de governação no contexto internacional. Porém, tal como conclui Reimann, os Estados tal como as organizações intergovernamentais beneficiam com as políticas e ações levadas a cabo pelas ONG, visto que há uma nova solução à vista para os problemas numa escala global (Reimann, 2006: 63).

A relação simbiótica entre ambas as partes deve-se em grande medida à prossecução de objetivos similares, como a procura de uma solução transnacional para os problemas globais. “Following a functional logic similar to neoliberal institutional theories on international cooperation, NGOs offer one attractive solution for solving problems of

cooperation, especially as the number of international regimes has grown and problems themselves have become more complex” (Reimann, 2006: 63-64).

As funções desempenhadas pelas ONG colmatam vazios de respostas institucionais e permitem o prosseguimento dos objetivos estatais traçados pelos governos. Ao mesmo tempo, as ONG apresentam-se enquanto entidade isentas e capazes de gerir fundos destinados aos países em desenvolvimento, sem cair nas lógicas corruptivas dos seus sistemas burocráticos, tal como alerta Antoni Albareda (2004: 140).

Cabe também às ONG, tal como diversos autores aludem, captar apoios fundamentais à cooperação internacional. Apesar da sua influência no panorama internacional, as tomadas de decisão continuam sob jugo dos Estados, não podendo as organizações intervir nos patamares legislativo e governativo.

As limitações político-legislativas são um dos elementos limitadores de ação das ONG, pois a ausência de políticas públicas de desenvolvimento ou a sua não aplicação levam ao abrandamento e ao condicionamento da ação da ONG. “ La condición básica es que haya una política pública que se proponga el desarrollo” (Albareda, 2004: 140). As políticas de desenvolvimento pretendem ser capazes de romper com o ciclo vicioso do assistencialismo, bem como a corrupção, fruto de ações paliativas não estruturadas. A solução está em aceder em cada local a intervir, aos agentes e a organizações credíveis e com um papel ativo na ação para o desenvolvimento, traçando claramente quais os seus objetivos ao longo do tempo, ou seja, a curto, médio e longo prazo.

As ONG, enquanto organizações sem fins lucrativos, dependem dos financiamentos que lhes são atribuídos para desenvolverem as suas atividades. Os seus financiamentos advêm de duas vias. O financiamento privado provém de campanhas de angariação de fundos, por via das quotas pagas pelos sócios, ou através de doações. O financiamento público provém das transferências quer do governo, quer através dos diversos institutos ou fundações nacionais ou internacionais, através de processos de candidatura a financiamentos de projetos ou ações específicas. A questão do financiamento não está porém isenta de críticas, isto é, são diversos os autores que encaram o financiamento público como uma atitude paternalista dos países de Norte face aos países do Sul, prolongando as lógicas desigualitárias vigentes.

Dos fundos destinados ao apoio ao desenvolvimento só uma minoria é gerida pelas ONGD. A grande fatia destes é transferida diretamente para os Estados, através de medidas de cooperação bilateral. A transferência direta dos fundos incorre, não raras vezes, num problema, a perpetuação da dependência dos canais de assistencialismo e a da corrupção.

O apoio e financiamento não são constantes, o que condiciona a ação destas organizações e as torna dependentes do mediatismo atribuído em situações de catástrofe natural, ou de campanhas especializadas de captação de fundos, como a que se verificou no período imediato ao 11 de setembro. Estes períodos de captação de fundos mais intensos e com maior visibilidade mediática destinam-se a ações de ajuda humanitária em períodos de crise social mais intensa e que necessitam de uma resposta imediata de forma a garantir a sobrevivência das populações em causa. A ajuda humanitária responde a necessidades imediatas, não conseguindo por si só ser um elemento gerador de desenvolvimento, tal como defende Albareda (2004) e Izquieta Etulian e Callejo González (2004). Contudo, os autores não desvalorizam a sua importância pois um povo que vive numa situação de pobreza extrema, é um povo incapaz de se rever no futuro e por isso, também incapaz de construir o desenvolvimento.

Os apoios ao desenvolvimento são parcos, num contexto de crescimento lento e também produto de relações comerciais injustas e penalizadoras para os países afastados das grandes rotas económicas. Os efeitos destas dinâmicas levam a um aprofundar das desigualdades previamente existentes, levando-as a atingir novos limites.

É neste contexto que as ONGD desenvolvem o seu trabalho fazendo prevalecer uma lógica de intervenção, relegando para segundo plano a reflexão acerca do seu papel, função ou ação. As intervenções levadas a cabo são preparadas de forma exaustiva, sendo conhecidos e divulgados os seus objetivos, junto quer dos intervenientes, quer dos seus beneficiários, porém não raras vezes omitem um ponto crucial, a avaliação (Albareda, 2004 e Nelson, 2000). As auditorias externas requisitadas pelas entidades financiadoras avaliam as dimensões formais dos projetos de intervenção, relegando a avaliação das dimensões sociais.

“The charges that NGOs are not sufficiently reflective and self-critical in assessing the significance and impact of their advocacy have come mostly from sympathetic

observers, and should prompt NGOs to a more deliberate and consistent assessment of advocacy projects. Results are difficult to discern, but candid self-assessment is important both to promote effectiveness and to practice transparency” (Nelson, 2000: 486). Porém, fruto das lógicas de *gestão do ciclo de projeto* aplicadas, a avaliação faz cada vez mais parte da realidade das ONG quer à partida, quer durante ou no final da sua ação pontual, ou projeto de intervenção.

Izquieta Etulain e Callejo González referem que as ONGD são iguais a todas as outras organizações na forma, no número, nas estruturas de relação, contudo têm presente sentido de compromisso e missão, para com a causa que defendem e que se transportam para a sua ação e para o planeamento das suas intervenções.

As ONG dedicam-se genericamente a dois tipos de atividade: **1)** a prestação de serviços sociais e **2)** *Advocacy*, isto é, “defesa de uma política, causa ou ideia” (IPAD, n. d.: 116).

É possível traçar uma tipologia de três gerações de organizações, de acordo com o domínio de um tipo de atividade. A *1ª Geração* caracteriza-se pelo domínio das atividades de ajuda e assistência, como resposta às necessidades básicas e imediatas das populações. Estas atividades prolongar-se-ão enquanto persistirem camadas da população que não conseguem dar resposta a estas necessidades, ou um Estado capaz de as auxiliar na sua erradicação. Contudo, é fundamental que o trabalho desenvolvido pelas ONG não colida com o desenvolvimento das respostas do setor público. Esta é, no entanto, uma estratégia de desenvolvimento limitada, geradora de cuidados paliativos para o subdesenvolvimento. A *2ª Geração* enquadra atividades de desenvolvimento comunitário que promovem autonomização dos indivíduos (a criação de cooperativas agrícolas), para lá da duração da ação ou projeto de desenvolvimento. Porém, se estas iniciativas não estiverem enquadradas do ponto de vista político e económico. Para que se consigam manter, o esforço de concretização e participação desvanecerá no tempo. A *3ª Geração* promove atividades de desenvolvimento sustentável. Exige a adoção de uma atitude facilitadora e financiadora, mais do que executora, pois essa função pertence à comunidade e à estratégia de desenvolvimento que pretende para si. Cabe, contudo, às ONG mobilizar e

aproveitar os recursos existentes canalizando-os para as pessoas, que são a verdadeira riqueza das nações¹⁴.

Para David Lewis (2009:2) as ONG assumem três tipos de papéis:

1) *Implementer role* – responsável pela mobilização de recursos para as carências básicas da população, são disto exemplo as atividades de ajuda humanitária e de emergência, o microcrédito ou os cuidados de saúde.

2) *Catalyst role* – responsável pela promoção e incitamento da transformação social. “NGO’s ability to inspire, facilitate or contribute to improved thinking and action to promote social transformation.” (Lewis, 2009:2). Através de ações de *empowerment*, de inovação e de *advocacy*.

3) *Partner role* – a relação entre ONG e os outros setores de atividade (setor público e privado) que podem passar por parcerias empresariais ou de colaboração nos projetos. Esta é uma relação que se apresenta como benéfica para ambas as partes envolvidas.

É de salientar que as ONG dos nossos dias têm objetivos e missões bastante diferentes das do século passado.

Embora se assuma o surgimento das ONG ao após II Guerra Mundial é possível encontrar vestígios de organizações de características semelhantes, desde o século XVIII, nos movimentos em prol da abolição da escravatura, por exemplo. Já no século XX, fruto da conjugação de fatores apresentados no início deste ponto ganharam novo ímpeto e reconhecimento através do seu trabalho e envolvimento à ONU, tendo sido fulcral, a sua ação entre as Conferências de Estocolmo em 72 e do Rio em 92 (Lewis, 2009:2).

Até ao início dos anos 80 do século XX, as ONG eram vistas como a solução para os problemas duradouros, como a ineficiência governativa ou desestruturação dos projetos de desenvolvimento. Eram entendidas como o suporte do Estado e da liberalização da economia, eram a alternativa aos serviços prestados pelo setor público. No final dessa década assiste-se ao surgir da noção de que o desenvolvimento advém de uma relação saudável entre Estado, setor privado e terceiro setor. Há um aumento da ajuda, o que

¹⁴ Mote dos relatórios anuais do PNUD, desde 1990.

conduz a uma mudança de escala, no trabalho realizado pelas ONG, permitindo o desenvolvimento de novas ideias e atividades, como é o caso do *empowerment*, da participação e da redução do risco de pobreza através da ação dos próprios beneficiários. “NGOs embodied «a philosophy that recognizes the centrality of people in development policies», and that this along with some other factors gave them «comparative advantages» over government. But too much was expected of NGOs, which came to be seen in some quarters as a «quick fix» for development problems” (Cernea, 1988 cit in Lewis, 2009:3).

Durante os anos 90, as ONG são perspetivadas como organizações que tenderam a viver acima das suas possibilidades e expectativas tendo, por isso, sido implementados novos modelos de financiamento mais penalizadores que passaram a utilizar “ «*budget support*» and «*sector-wide approaches*» ” (Lewis, 2009:3).

Nestes primeiros anos do século XXI tem-se assistido a uma readaptação da realidade das ONG no mundo, fruto da experiência de anos de debate e de trabalho no terreno, aos novos constrangimentos ao financiamento, ao reajustamento das políticas de cooperação e desenvolvimento e à intervenção e participação de todos nas estratégias de desenvolvimento, numa realidade global.

Pode parecer que por estarmos perante organizações não-governamentais cuja ação se vincula à equidade e justiça social e ao desenvolvimento que estaríamos perante um grupo isento de críticas. Contudo, são-lhe atribuídas algumas críticas, como apresentadas a seguir: **1)** Através da sua atuação eliminam os vestígios das políticas e atividades neoliberais, que motivam a prevalência das situações de carência e pobreza. **2)** Fraca ligação à *accountability*, isto é, à responsabilidade de mostrar contas/ transparência “a obrigação de demonstrar que o trabalho foi conduzido de acordo com as regras e as normas estabelecidas, ou obrigação de demonstrar de forma clara e imparcial os resultados e o desempenho face ao estipulado e/ou aos objetivos fixados” (IPAD, n. d.: 114). Desenvolvem um grande leque de atividades, sem que haja dados relativos à performance e efetividade. **3)** Tornam-se atores com as suas próprias agendas e defensores dos seus próprios interesses, relegando para segundo plano os interesses daqueles por que agem. “Some NGOs represent the end points of “domesticated” social movements that have lost their political edge” (Lewis, 2009: 4). **4)** A falta de coordenação entre ONG e outras organizações, em situações de catástrofes naturais, que agudizaram as necessidades das

populações, por exemplo, significaram ou a falta de resposta, ou a um duplicar de esforços numa região em detrimento de outra. 5) Entendimento limitado da realidade local, fruto do desconhecimento das causas de conflito ou instabilidade (Lewis, 2009: 4).

Existem imensas ONG em funções ou em constituição em todo o mundo. Elas apesar de se enquadrarem na mesma designação encerram em si um grande número de diferenças. Segundo David Lewis (2009:2), estamos perante um grupo muito diverso de organizações, das que têm um carácter mais informal às agências de desenvolvimento; que dificulta as generalizações. Assumem papéis e formas diversas e integram diferentes sociedades. Este é um domínio complexo, onde se mostra também um desafio definir fronteiras. “Some NGOs are well-resourced and affluent, while others lead a fragile “hand to mouth” existence, struggling to survive from 1 year to the next. There are NGOs with highly professionalized staff, while others rely heavily on volunteers and supporters. NGOs are driven by a range of motivations and values. There are both secular and “faithbased” organizations. Some NGOs may be charitable and paternalistic, while others seek to pursue radical or “empowerment”-based approaches. Some NGOs aim to meet only people’s immediate needs, while others take a longer-term view and seek to develop alternative ideas and approaches to problems. A single NGO might combine several of these different elements at any one time” (Lewis, 2009:2).

2.4.2. ONG na Europa

2.4.2.1. Um olhar sobre a história

Em momentos anteriores referi a existência de indícios de organizações do terceiro setor desde século XIX, na Europa. Este movimento associativo deriva do carácter liberal e pluralista das sociedades europeias, num período de forte industrialização e de agravamento das frágeis condições sociais em que muitos europeus viviam. Estas instituições pretendiam lutar contra a pobreza e a desigualdade social e oferecer assistência em situações de calamidade, fome e epidemias.

O seu desenvolvimento está ligado às respostas em situações de fragilidade decorrentes do processo de industrialização, o que o torna conseqüentemente mais visível em países como, França, Inglaterra e Alemanha onde estes processos foram mais evidentes. Fruto da cultura social destes países a independência face ao Estado foi incentivada, reforçando o papel da sociedade civil (Rebola, 2004: 41).

Permaneceram em atividade as instituições religiosas que haviam nascido anteriormente e que associavam as ações de caráter caritativo e humanitário e a “missão de evangelização dos povos” (Rebola, 2004: 42).

Este era ainda um tempo de colonização, ou seja, os países europeus estendiam os seus domínios para lá do continente europeu, através das colónias em África, Ásia e América. Desta forma, a assistência prestada por estas organizações estendeu-se além-fronteiras, essencialmente os organismos de inspiração cristã. Disso são exemplo, organizações que ainda hoje podemos encontrar em atividade, como o *Exército de Salvação* (1855), a *Cruz Vermelha* (1863) e a *Cáritas* (1897). “Estas instituições, de cariz social e com objetivos humanitários representaram, de forma embrionária, as primeiras ONG” (Rebola, 2004: 42).

No século XX na sequência da II Guerra Mundial, o período de reconstrução europeia permitiu a criação de ONG europeias, que se tornariam parceiros do desenvolvimento e da reestruturação da Europa. Surgem organizações que levam a cabo ações de apoio aos refugiados de guerra, à pacificação e à recuperação europeia como a *Oxfam* (1942), por exemplo. Numa primeira fase, o seu trabalho desenvolveu-se em exclusivo na Europa, mas não tardou a alargar o seu raio de ação.

Segundo Rebola (2004: 43) o reforço da importância das ONG deve-se às “raízes na tradição democrática e associativa” dos países europeus, contribuindo para a autonomização dos cidadãos face ao Estado.

A partir de meados do século XX, as organizações não-governamentais assumem uma posição de destaque na Europa, Canadá e EUA. Sendo depois alargado o seu espectro de ação ao hemisfério Sul, “Estimulada por uma experiência de cooperação com as ONG do Norte” (Rebola, 2004: 43).

2.4.2.2. *Cooperação Europeia e ONG*

ONG e UE mantêm uma relação de parceria devido à partilha de preocupações, princípios e prioridades. As parcerias concretizam-se através da participação no Parlamento Europeu e nos Conselhos de Ministros de delegações de representação das ONG. O estreitar da relação entre estes organismos deve-se ao aumento da responsabilidade por parte da UE e por outro lado, ao reconhecimento do trabalho e do número (cada vez maior) de ONG. Contudo, “apesar da atual prática da Comissão comprovar a sua vontade de manter e reforçar a sua parceira com as ONG, as estruturas e os procedimentos não acompanharam esta evolução” (Rebola, 2004: 48).

A Comissão Europeia financia diversos projetos, em áreas tão diversas, como a Cooperação para o Desenvolvimento, os Direitos Humanos, a Ajuda Humanitária, ações de manutenção de Paz e Democracia, Educação, Serviços Sociais Ambiente, entre outros. As áreas de intervenção priorizadas em cada período de financiamento, bem como os países em que se desenvolverão dependem da prioridade que a UE definiu para o espaço de tempo em causa. A candidatura aos fundos atribuídos às ONG através de candidaturas, não está aberta exclusivamente a ONGD europeias (Comissão Europeia: 2000).

A abertura de canais de financiamento e as estratégias de cooperação e desenvolvimento dependem das opções políticas dos Estados. Porém, cada vez mais as opções políticas são tomadas no plano internacional, neste caso via UE. Logo, se as políticas que influenciam direta ou indiretamente a atividade das ONG são tomadas no plano europeu, é compreensível que haja uma presença e participação, mais intensa nos organismos decisores.

Para a Comissão Europeia (2000: 4 – 6), a relação de cooperação com as ONG deve-se a:

1) *Reforço da Democracia Participativa* – Este é um ponto importante, quer no interior da Europa quer junto dos PVD, pois se as ONG emanam da sociedade civil através de processos democráticos, também elas participam no desenvolvimento das políticas e

tomadas de posição; permitindo a consolidação democrática junto das comunidades onde atuam.

2) Representar as posições de grupos específicos de cidadãos junto das instituições europeias – Pela sua capacidade de atingir faixas da população mais fragilizadas e que dificilmente conseguem fazer ouvir a sua voz, nos circuitos de tomada de decisão, as ONG representam-nos, permitindo que estes cidadãos consigam ver a sua voz ser ouvida. As ONG desempenham um papel de mediação entre as populações e os decisores políticos.

3) Contribuir para a definição de políticas – Devido ao reconhecimento da sua atividade nos diferentes palcos locais, nacionais e/ou internacionais, transmitem uma perspetiva eminentemente prática sobre as limitações e mais-valias das políticas levadas a cabo, para que a UE perceba e debata as potencialidades e fragilidades das políticas que pretendem implementar.

4) Contribuir para a gestão de projetos – As ONG contribuem para a gestão, supervisão e avaliação dos projetos financiados pela UE.

5) Contribuir para a integração europeia – Participam na informação da opinião pública europeia, o que fomenta o sentimento de integração para que seja possível uma verdadeira instituição da política europeia.

Estes são organismos que apesar de diferentes estrutural e morfologicamente, perseguem objetivos comuns e que saem beneficiados pela interação entre si, sendo que o seu objetivo principal é para com a sociedade civil.

2.4.2.3. Áreas de intervenção, Relações e Desafios entre UE e ONG

Segundo o Documento de Reflexão da Comissão Europeia (2000: 6-7), também citado por Elisabete Rebola (2004:50) a relação entre a Comissão Europeia e as ONG visam: **1)** Promover o diálogo e o reforço da sociedade civil na Europa. **2)** Dialogar com os representantes das ONG no contexto da discussão de políticas com base na sua experiência e saber-fazer. **3)** As ONG funcionam como canal de comunicação das políticas e ações da

UE a um leque maior de pessoas. **4)** Financiar projetos propostos pelas ONG tanto na Europa como noutras regiões do globo. **5)** Desenvolver relações de parceria com as ONG, enquanto atores de execução de projetos de desenvolvimento, fruto da sua experiência prática.

A UE suporta três tipos de operações pelas ONG. As *operações no terreno* que têm como principal objetivo “a luta contra a pobreza e a melhoria da qualidade de vida e da capacidade de desenvolvimento das populações locais” (Rebola, 2004: 51). Estes projetos são financiados através de programas multilaterais. A *consciencialização nos Estados-membros da UE*, através do reforço do impacto positivo da ação das ONG nos PVD, como “construtora de pontes” de ligação entre doadores e beneficiários. Por último suporta também, *operações de fortalecimento da cooperação*, que se destinam ao fortalecimento da relação institucional entre Estados-membros e as ONG de forma a se coordenarem sinergias.

Apesar de quer ONG, quer a Comissão assentirem que a sua relação se baseia numa parceria existem alguns entraves à cooperação entre ambas. Uma vez, que a cooperação entre a UE e as ONG é organizada sectorial existem diferenças no tipo de relação estabelecida, no que diz respeito ao acesso à informação e disponibilidade de financiamentos, por exemplo.

As ONG consideram que a informação respeitante aos financiamentos e aos procedimentos para o seu acesso é insuficiente. Ao mesmo tempo, sendo as ONG um setor altamente dinâmico é difícil aos organismos europeus acompanharem permanente evolução. Os procedimentos da Comissão Europeia são rigorosos e complexos no que toca aos critérios financeiros, o que pode causar sobrecarga às ONG e limitá-las nas exigências do processo de candidatura. Para as ONG a Comissão poderia ser mais transparente, o que lhes facilitaria os momentos de informação, comunicação e estabelecer “uma verdadeira parceria” (Rebola, 2004: 52).

Estas situações traduzem-se em atrasos na comunicação, na aplicação de processos morosos e desadequados procedimentos que culminam com os atrasos nos pedidos de financiamento. Situação que pode pôr em causa o financiamento de projetos de menos envergadura.

2.4.3. ONGD em Portugal

2.4.3.1. Um olhar sobre a história

As organizações do terceiro setor estão presentes em Portugal desde o século XII revestindo-se a sua presença de diversas formas e tipos de instituições, até ao momento presente. A sua ação intensificou-se e atualizou-se permanecendo, porém participação da sociedade civil muito ativa.

Se na Europa as ONG surgiram no após II Guerra Mundial, em Portugal até meados da década de 70 existiam apenas três organizações não-governamentais: a Cáritas, a Cruz Vermelha e Fundação Calouste Gulbenkian, que desenvolviam atividades muito diversas (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2012: 25).

Após o 25 de Abril de 74 surge em Portugal a primeira ONGD. O CIDAC¹⁵ – Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral foi a primeira ONGD portuguesa, constituída na sequência da independência das ex-colónias no final da Guerra Colonial findada com a Revolução dos Cravos. No período que antecedeu a constituição do CIDAC, o grupo de militantes políticos que esteve na sua génese promovia ações de esclarecimento sobre a injustiça da ocupação e da guerra colonial e para a urgência do derrube da ditadura. Com a saída da clandestinidade, as finalidades do CIDAC alargaram-se e procuraram também responder às necessidades de cooperação e educação para o desenvolvimento. O CIDAC permanece, ainda hoje as suas atividades em prol do desenvolvimento.

Com entrada de Portugal na CEE em 1986 intensificaram-se as ONGD através da nova dinâmica que influenciava o país, orientadas pela vontade de “ integrar e impulsionar a ação das instâncias internacionais que proclamavam que o auxílio aos Países em Desenvolvimento era um dever essencial de todos “ (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2012: 26). Já imbuída pelo espírito de abertura e diversidade no seio das ONGD surgiu em

¹⁵ Mais informações no sítio do CIDAC na Internet em: <http://www.cidac.pt/>

Março de 1985, a Plataforma Portuguesa das ONGD¹⁶ que tem como missão “contribuir para melhorar e potenciar o trabalho, a nível político, legislativo e social, promovendo as boas práticas, das ONGD Portuguesas, que trabalham para um mundo mais justo e equitativo junto dos Países em Desenvolvimento”.

Associou-se também a temática da participação e intervenção cívicas e do alargamento das questões sobre as quais podem opinar. Como é o caso do ambiente, da segurança, das políticas públicas, da saúde e do desenvolvimento nacional ou internacional, por exemplo.

Desde o início do novo século tem-se discutido o aumento da importância das ONGD enquanto atores do desenvolvimento, tendo sido reconhecido o seu papel em 2005, no documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa” emanado do Conselho de Ministros, onde é reconhecida a sua intervenção no âmbito das políticas públicas de cooperação portuguesa (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2012: 30).

Em relação aos desafios que atualmente as ONGD portuguesas têm de responder a Plataforma Portuguesa das ONGD (2012: 32) assente que “ao dinamismo de incerteza, que caracteriza a atual evolução histórica do mundo, as ONGD saberão, certamente, responder com a sua capacidade de adaptação. Continuarão a defender os seus valores universais de luta pela solidariedade, diálogo, justiça social e o direito a um desenvolvimento sustentado de todos os países e povos do mundo”.

2.4.3.2. *Regulamentação jurídica*

Em 1998, a Assembleia da República Portuguesa publicava, a *Lei das ONGD*, em Diário da República a Lei n.º66/98 de 14 de Outubro, onde aprova o estatuto das organizações não-governamentais de cooperação para o desenvolvimento (ONGD). De acordo com a lei uma ONGD é uma organização sem fins lucrativos, políticos ou sindicais,

¹⁶ Informação disponível no sítio da Plataforma Portuguesa das ONGD na Internet em: <http://www.plataformaongd.pt/site.aspx?info=plataforma/oquefazemos>

religiosos e militares, constituída por pessoas singulares ou coletivas, com sede em Portugal.

O reconhecimento destas organizações é feito junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sendo válido o reconhecimento por um período de 2 anos, após a apresentação e análise de uma série de documentos, de entre eles destacam-se os meios de financiamento e o plano de atividades para o ano em curso.

A ação das ONGD organiza-se em torno de quatro objetivos também lá expressos, **1)** “conceção, a execução e o apoio a programas e projetos de cariz social, cultural, ambiental, cívico e económico, designadamente através de ações nos países em vias de desenvolvimento: a) De cooperação para o desenvolvimento; b) De assistência humanitária; c) De ajuda de emergência; d) De proteção e promoção dos direitos humanos” (Lei n.º 66/98, 14 de Outubro). **2)** Sensibilização da opinião pública, de maneira a promover um relacionamento com os países em vias de desenvolvimento. **3)** Promoção da educação, enquanto elemento fulcral tanto para o desenvolvimento, como para a paz. **4)** Respeito pela Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Como se pode verificar através deste breve inventário à legislação portuguesa, as funções, ações e áreas de intervenção são variadas, podendo incluir ou excluir diversos domínios, como a saúde, a educação, o desenvolvimento, o trabalho e o emprego, a capacitação da sociedade civil, a proteção ambiental, entre outros.

Estas são organizações de utilidade pública de acordo com o consignado no Artigo 12, logo é possível beneficiarem dos benefícios fiscais presentes no quadro 9, linha 902, do Anexo H do modelo 3 da Declaração de Rendimentos das Pessoas Singulares, presentes na Lei n.º 16/2001 de 22 de Junho. Esta lei estabelece a possibilidade de atribuir 0,5% do imposto para benefício de instituições de utilidade pública.

Para além da Lei das ONGD analisada até aqui, existem ainda outras duas que se mostram elementos essenciais para o prosseguimento de atividade – o *Estatuto do Mecenato* definido pelo Decreto-Lei nº 74/99 de 16 de Março e o *Estatuto do Agente de Cooperação* pela Lei n.º 13/2004 de 14 de Abril.

As ONGD estão enquadradas pela lei geral do mecenato, contudo estas defendem um estatuto que lhes seja mais benéfico e adequado às atividades que promovem. O Decreto-Lei n.º 74/99 de 16 de Março enquadra os termos fiscais em que decorrem as doações em dinheiro e em espécie.

O Estatuto do Agente de Cooperação define o estatuto legal e jurídico dos agentes de cooperação em Portugal, contudo apresenta-se como um processo burocrático e moroso dificultando o acesso das ONGD a este estatuto. O que impossibilita uma ação coordenada mas temporalmente mais rápida por parte das ONGD. O acesso ao estatuto de agente de cooperação definido pela Lei n.º 13/2004 de 14 de Abril permite não só o acesso ao financiamento advindo da através da Cooperação Portuguesa, mas permitiria também o acesso a canais de financiamento internacionais, como os da Comissão Europeia, por exemplo.

Segundo Rebola (2004: 66), “esta deficiente valorização materializa-se na publicação da legislação para voluntários e cooperantes (muito recente e não satisfatória para as ONGD), na inexistência de legislação do Mecenato para a Cooperação, na manutenção de uma quota de 1 a 2%, na parte da APD portuguesa disponibilizada para projetos das ONGD, inferior ao que se verifica na UE”.

2.4.3.3. Princípios, Valores e Áreas de Intervenção

As ONGD são enquadradas por uma série de princípios orientadores que enformam a sua ação, como o facto de o desenvolvimento ser um processo global e de longo prazo que exige estratégias estruturadas e duradouras; sendo que deve ser ele próprio produto da vontade e obra do próprio povo dos PVD para que a transformação seja real e vingue no tempo. Ao mesmo tempo, os projetos de cooperação para o desenvolvimento levados a cabo por parceiros exteriores não devem estar sujeito a nenhum tipo de expectativa de retorno (Rebola, 2004: 67).

As ONGD pretendem: **1)** Contribuir para o desenvolvimento sustentável e responsável dos países do Sul através de projetos de cooperação que utilizem métodos de

participativos e de apropriação que conduzam à capacitação e *empowerment* dos beneficiários. **2)** Promover a cooperação entre sociedades civis, sendo as ONGD atores capazes de promover o diálogo e a concertação entre estruturas. **3)** Promover ações de *lobbying* que possibilitem a alteração de políticas que impeçam o desenvolvimento. **4)** Desenvolver atividades de educação para o desenvolvimento que possibilitem a tomada de consciência e possam desencadear desejo de atuar em prol da justiça e equidade social (Rebola, 2004: 67).

Os valores que regem as ONGD estão presentes na Carta Europeia das ONGD onde cerca de 800 organizações não-governamentais de toda a Europa afirmam a sua orientação por valores como: a justiça social, a igualdade e o respeito pelos Direitos Humanos; a participação das populações beneficiárias em todo o projeto de desenvolvimento, desde a conceção, à implementação e avaliação; o envolvimento da sociedade civil na construção das políticas de cooperação e no serviço aos países do Sul (Comité de Liaison ONGD-UE, n. d.: 2).

No seguimento dos princípios, objetivos e valores enunciados as ONGD entendem que a sua abordagem deve: **1)** *Seguir uma abordagem profissional* - “As ONGD acreditam na definição de uma estratégia, que se baseia em métodos comprovados, que incluem monitorização, avaliação e estudos *a posteriori* da implementação das suas operações” **2)** *Capacitar os parceiros* - “através do reforço das estruturas, conhecimentos e técnicas locais já existentes” **3)** *Procurar o empowerment dos grupos mais vulneráveis* - “Devem ajudar homens e mulheres a criarem condições que promovam as suas capacidades” **4)** *Reduzir as desigualdades de género.* **5)** *Utilização de métodos de angariação de fundos apropriados.* **6)** *Assegurar a sustentabilidade da sua atividade.* **7)** *Promover a educação para o desenvolvimento, a sensibilização e a advocacy no Norte.* **8)** *Estabelecer sinergias para ligar diferentes sectores da sociedade* (Comité de Liaison ONGD-UE, n. d.: 3).

As áreas de intervenção das ONGD portuguesas desenvolvem-se em três grandes temas: a Cooperação para o Desenvolvimento, a Ajuda Humanitária e de Emergência e a Educação para o Desenvolvimento.

A *Cooperação para o Desenvolvimento*, segundo a Plataforma Portuguesa das ONGD (2012: 12) “visa apoiar regiões, países e comunidades em dificuldades e que estão

inseridos num contexto marcado por um desequilíbrio na repartição dos recursos e das oportunidades a nível mundial. Consiste no esforço levado a cabo conjuntamente por países desenvolvidos e países em desenvolvimento, com a finalidade de combater as dificuldades económicas e sociais de forma sustentável e duradoura“.

Assim sendo, este é um “espaço aberto à partilha de bens e valores” (Rebola, 2004: 73), que implica envolver a população na definição, conceção e criação do seu desenvolvimento num contexto de globalização e interdependência. As lógicas associadas a esta área de intervenção são de longo prazo exigindo, por isso, como condição fundamental o envolvimento da população desde o primeiro momento. Para que não desistam a meio do processo, visto que muitos dos resultados não poderão ser visíveis no momento.

Todo o processo deve ser acompanhado por momentos de avaliação que permitem não só garantir a transparência das atividades desenvolvidas pelas ONGD, mas também como documentação do processo em si, para que através dos avanços e recuos típicos de cada ação, se possa retirar algum tipo de aprendizagem para o futuro.

A Ajuda Humanitária e de Emergência tem como principal objetivo “ aliviar o sofrimento humano procurando soluções rápidas e eficazes para situações excecionais que ponham em causa a vida das populações, é possível intervir rapidamente para minorar o sofrimento e a miséria das vítimas da fome, das guerras, das injustiças e de catástrofes naturais e/ou desastres provocados pelo homem” (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2012: 19).

Estas são ações pontuais e de curta duração, nunca superiores a 6 meses. A sua planificação e execução são realizadas num breve espaço de tempo face ao acontecimento que despoletou o agudizar da situação humanitária. Levam a cabo atividades de ajuda alimentar através da distribuição de alimentos e a ajuda aos refugiados, no apoio às populações deslocadas do seu contexto de origem. Estas não pretendem gerar desenvolvimento, mas criar condições para que o processo de desenvolvimento se inicie.

A Educação para o Desenvolvimento é a outra área de intervenção das ONGD portuguesas. Contudo, por se tratar um processo contínuo e extremamente dinâmico e sob a influência de direta e indireta de diversas organizações dificulta o delimitar de fronteiras

e consequentemente a sua definição. Este é um processo que agrega três dimensões, a *dimensão pedagógica*, visto este tratar-se de um processo de aprendizagem; a *dimensão ética* presente nos princípios que orientam a sua ação, como a solidariedade, a justiça, a inclusão e a equidade; e a *dimensão política* dada a sua ação vocacionada para a transformação social “ assente numa autorreflexividade crítica permanente, capaz de desmontar as relações de poder e de hegemonia que se vão insinuando em todas as escalas” (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2012: 18).

A Educação para o Desenvolvimento não passa apenas pela educação formal, mas é importante que as preocupações em torno do desenvolvimento integrem os currículos escolares, para que se promova o seu objetivo principal “ a criação de cidadãos atentos, exigentes e participativos na vida e na solidariedade globais “ (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2012: 17). A educação para o desenvolvimento concretiza-se de diversas maneiras, podendo ser de material lúdico, à informação e comunicação em meios de comunicação, a congressos ou seminários.

2.5. PROJETO E PLANEAMENTO

“Serão necessárias soluções mundiais para resolver os problemas mundiais e, atendendo à interdependência desses problemas, as respostas políticas terão de ser muito coerentes. (...) Devido à complexidade dos desafios mundiais, não será fácil encontrar essas soluções” (ONU, 2010)

A ação das ONGD concretiza-se através de projetos de desenvolvimento que são um “ conjunto de operações articuladas para produzir um determinado produto, que visam alcançar um objetivo, num horizonte temporal delimitado” (IPAD, n. d.: 108). São a resposta a uma situação a que se pretende responder, onde se reúnem finalidade, objetivos e missão através de cenários provisórios que orientam a sua execução, visando a “rendibilidade social” (Rebola, 2004: 68).

Tal como refere Elisabete Rebola (2004: 68), “nos projetos de desenvolvimento, mais importante que os meios é a capacidade para os reunir e dar origem a um valor acrescentado, em função dos objetivos de desenvolvimento previamente delineados”. Isto é, a capacidade de organizar estratégias inovadoras e alternativas que consigam combinar de forma mais rentável, os recursos disponíveis (financeiros, humanos e de infraestruturas, por exemplo) com os objetivos e a duração das atividades do projeto em causa. A prossecução de um projeto de desenvolvimento, fruto da limitação de recursos com que se deparam as ONGD, exige que ao nível dos recursos humanos haja a combinação equitativa entre qualidade e quantidade, para que o projeto decorra sem limitações ou excessos. No plano financeiro são fundamentais, o orçamento instrumento que determina e discrimina os custos do projeto, e por outro lado, o financiamento, que visa assegurar o cobrimento das despesas previstas pelo orçamento e que asseguram o cumprimento do projeto.

Há a ter em consideração a articulação do projeto com outras questões tão importantes para a sua execução como: **1)** o *financiamento* - que deve assegurar a sustentação do processo e a produção de resultados; **2)** os *objetivos gerais e específicos* - que avaliaram o programa através dos objetivos previstos e os alcançados; **3)** a *exequibilidade* – boa identificação de metas que parte de um bom conhecimento o terreno, e as tornam acessíveis; **4)** a *participação*; **5)** a *organização* – que consiste no acompanhamento do projeto desde o seu início até à avaliação; **6)** as *parcerias* – que se diversificam fruto do aumento do número de instituições e da diversidade das áreas de atuação, permitindo a mútua responsabilidade e o envolvimento de todos; e **7)** a *sustentabilidade* (Rebola, 2004: 71-72).

No âmbito do desenvolvimento, os objetivos gerais estão traçados à partida indexados aos objetivos do próprio processo de desenvolvimento. **1)** *Capacidade para a satisfação das necessidades básicas* – erradicação da pobreza, distribuição equitativa de riqueza. **2)** *Capacidade de autoestima* – reconhecimento e respeito pela identidade dos países parceiros, mobilizando-os na construção do seu desenvolvimento. **3)** *Capacidade de escolha* - possibilidade de escolher livremente, segundo a sua liberdade e valores.

O planeamento é fundamental para a estruturação de respostas das ONGD nos diferentes países e comunidades em que implementam projetos. Este é um processo contínuo, dinâmico e de carácter multidisciplinar. Assente na relação de causalidade entre as

atividades desenvolvidas e no consequente efeito que provocarão, rumo ao alcançar dos objetivos definidos no projeto. Prevê a mudança e transformação sociais não ignorando a influência do futuro, ou seja, das variáveis que não é possível controlar, apesar de ser feito um esforço suplementar para que se possam salvaguardar o maior número de cenários possíveis.

O planeamento reveste-se de diferentes de enfoques, que funcionam como um todo articulado no tempo, no espaço, mas também nos objetivos traçados. No *planeamento estratégico* é definido um plano macro, isto é, são definidas finalidades, prioridades na intervenção, perspetivas estratégicas complementares e suplementares que serão concretizadas através dos planos seguintes. Este é um plano a longo prazo. O *planeamento tático* traça os objetivos gerais e específicos, bem como a definição de atividades e a gestão de recursos de cada atividade, com base numa escolha racional. Esta é a etapa intermédia, sendo este um plano a médio prazo. O *planeamento operacional* é a resposta de curto prazo caracterizada pelo cumprimento de metas e tarefas. Colocando a tónica na maximização de resultados e na gestão de recursos voltada para a eficiência (Tavares, 1990).

“Uma intervenção eficiente e eficaz implica não dispersar: concentrar meios, dar passos e, uma vez consolidados, avançar para outras ações; não pulverizar (o que não significa o não descentralizar geograficamente): investimentos direcionais, com um objetivo concreto que, uma vez cumprido se deve replicar, avançando para outros terrenos, aplicando os exemplos de boas práticas” (Rebola, 2004:72).

2.5.1. Importância e Metodologia do Planeamento

O planeamento não melhora a realidade, mas melhora a ação que podemos ter sobre ela, o que poderá sim melhora-la ou modificá-la. A existência de planos bem estruturados e definidos permitem uma resposta articulada e capaz de equipas multidisciplinares. Esta lógica pretende contrariar a duplicação, triplicação ou multiplicação de esforços, num mesmo setor ou comunidade, que revela uma má canalização de recursos e que poderá

implicar a reestruturação das atividades ou num cenário menos animador o não cumprimento dos objetivos traçados.

O cumprimento do projeto é crucial. Em nome da agilização de respostas, ou da intervenção rápida, se se atalha o projeto traçado à partida, corre-se o risco de colocar em causa, todo o planeamento feito. O plano traçado é a resposta da ONGD ao diagnóstico de necessidades, feito em conjunto com a comunidade numa lógica de parceria. Logo, não cumprir uma etapa definida no projeto pode significar a inviabilização do restante, por diversos motivos.

Se o planeamento é fundamental para o processo de desenvolvimento há que perceber de que forma se planeia a intervenção das ONGD no terreno.

A metodologia de planeamento de projetos promove a eficiência das organizações, ao centrar a sua energia nas necessidades concretas de uma população. O foco nas necessidades concretas leva as ONGD a maximizar a sua eficiência na resposta à necessidade apresentada.

Segundo Isabel Guerra (2000) é possível definir três tipos de modelos de planificação: **1) *Modelo racional*** – o foco da planificação está no custo/ eficácia do projeto, não exigindo a participação dos parceiros; **2) *Modelo interacionista*** – há o reconhecimento das capacidades dos parceiros, contudo não estamos perante uma parceria; **3) *Modelo partenariado*** – resulta da parceria efetiva dos parceiros de forma transversal ao longo de todo o projeto. O incentivo à mudança não se limita ao período de execução do projeto, pelo contrário a mudança inicia-se na mobilização dos parceiros e na sua participação na conceção do projeto. Trata-se de mobilizar a população para o diagnóstico de necessidades, mas também para a sua resolução.

A planificação independentemente do modelo ou metodologia de planeamento utilizado respeita um conjunto de momentos, como o diagnóstico de necessidades, o definir de prioridades, o fixar de objetivos, a escolha de estratégias, a preparação operacional e a avaliação.

A Metodologia de Planeamento de Projetos ou o *Enquadramento Lógico* surgiu na década de 60 e 70 do século passado. Esta é uma proposta metodológica para uma

população em concreto, partindo da análise do contexto, em articulação com a visão técnica e a visão cultural. O projeto implica a resposta aos objetivos definidos através de ações realistas e pertinentes, que são muitas vezes designadas de metas.

A *Metodologia Participativa* implica o envolvimento de todos os participantes no processo de desenvolvimento. Esta não é uma questão apenas de cariz democrático, mas também de garantia de efetivo desenvolvimento que tem como construtores e não destinatários, a população. Isto implica maior envolvimento, participação, responsabilização e apropriação de todo o processo de desenvolvimento. Esta metodologia surgiu nos anos 70 e é bastante utilizada no domínio da cooperação para o desenvolvimento, potenciado ao mesmo tempo o processo de *empowerment* dos parceiros (Guerra, 2000).

Esta forma de planear é hoje transversal às organizações próximas do desenvolvimento, sendo utilizada tanto por ONGD, como por agências internacionais, por exemplo.

Entre as metodologias bastante utilizadas merecem destaque a *Análise de Cenários* e a *Análise SWOT*. Fazendo esta última já parte do vocabulário de muitos, nos mais diversos domínios, devido à sua ampla utilização. A análise de cenários consiste na integração da análise prospetiva na planificação a longo ou curto prazo. Isto é, perante um conjunto de variáveis em análise e tendo em vista os objetivos a alcançar pretendem auxiliar na escolha de uma estratégia para os alcançar (Guerra, 2000).

2.5.2. Ciclo de Projeto

As ONGD desenvolvem projetos de acordo com o ciclo de projeto, isto é, de acordo com o conjunto de fases que o projeto passa desde a sua conceptualização até à avaliação final (IPAD, n. d.: 25), porque passam todos os projetos. Fruto do contacto e das parcerias entre os diversos setores exigiu-se às organizações não-governamentais que levassem a cabo uma gestão profissional que lhes permitisse execuções mais eficientes. Assim, a gestão de ciclo de projetos, passou a fazer parte da realidade das organizações do

terceiro setor para “assegurara que um projeto usa de forma eficiente e eficaz os seus recursos, de forma a alcançar os objetivos pretendidos” (Abrignani, Gomes & Vilder, 2000:40).

O ciclo de projeto incorpora seis fases – programação, identificação do problema, planificação, o financiamento, a execução e a avaliação, para que se possa apreender com o que se fez no passado, evitando falhas e procurando seguir as boas práticas. A gestão do ciclo de projeto deriva da proposta metodológica apresentada no ponto anterior, o Enquadramento Lógico (Comissão Europeia, 2004:1).

“Project cycle management is a complex and creative process – as much art as science – involving the negotiation of decisions acceptable to key stakeholder groups. Teamwork, negotiation and communication skills are thus central to effective PCM, as is an appreciation of the political context within which decisions are being made.”(Comissão Europeia, 2004: 3). A gestão de ciclo do projeto permite assegurar-nos de que estamos perante um projeto relevante para os parceiros e se enquadra no seu plano estratégico. Procurando ser fiéis à formulação de objetivos alcançáveis e que os resultados gerados são sustentáveis pela população (Comissão Europeia, 2004: 17)

De seguida aprofundaremos o conhecimento sobre cada uma das seis fases da gestão do ciclo de projeto.

2.5.2.1. Conceptualização

Nesta primeira fase de vida de um projeto é necessário levar a cabo o diagnóstico é um instrumento fundamental para que o projeto seja bem-sucedido. Nele consta a caracterização da comunidade ou área a intervir, e tal como indica a própria designação, as necessidades. A participação e envolvimento dos parceiros são essenciais para que o impacto e os resultados do projeto sejam uma resposta concreta às necessidades detetadas.

Esta é uma fase caracterizada pela identificação e compreensão dos problemas, podendo à apreensão de uma ou outra relação de causalidade entre os problemas detetados,

ou na sua génese (Guerra, 2000). O diagnóstico recorre frequentemente a análises SWOT, isto é, uma análise das potencialidades, vulnerabilidades, oportunidades e ameaças. Este é um instrumento que permanece ao longo do projeto, sendo um recurso importante ao longo das fases seguintes. Este é o momento em que se define a estratégia e intenção gerais de intervenção.

2.5.2.2. Identificação

A partir da estratégia geral apresentada na fase anterior, definem-se propostas de acordo com o plano metodológico adotado.

Aprofundam e identificam-se as necessidades da população ou área de intervenção em causa, através da recolha de informação detalhada e intensa. Tal como referem Abrignani, Gomes & Vilder (2000: 46) “uma análise de necessidades lembra-nos que, independentemente do quão espetacular a nossa (ideia) pode ser, ou do quão importante e crucial o nosso papel parece ser, nada faz sentido se não houver necessidade”. Qualquer projeto que não conhece a realidade e ao qual não é reconhecida necessidade está condenado ao fracasso, desde o primeiro momento. É do diagnóstico de necessidades que emanam os problemas e é nele que se encontra a pertinência do projeto (Tavares, 1990). Devem constar no diagnóstico de necessidades uma apresentação dos problemas identificados de forma clara e sucinta, dadas as contingências próprias do planeamento; bem como a descrição da situação com recurso a dados quantitativos preferencialmente; os nexos de causalidade detetados, bem como qual a sua evolução e a perspectivas existentes (Tavares, 1990).

2.5.2.3. Preparação

Esta fase assegura a viabilidade do projeto desde o seu delineamento. O plano desenhado deve ser flexível, aberto, descentralizado, participado, autogestionário e

interdisciplinar (Serrano, 2008) e vigorará durante um período de tempo variável (longo, médio ou curto prazo), mas determinado no projeto. Desse documento devem constar quais os objetivos gerais e específicos, metas, meios disponíveis e a utilizar e procedimentos a seguir no projeto.

A definição dos objetivos é um dos momentos fulcrais no projeto, visto que é a partir deles, do alcançar ou não cada objetivo definido à partida que depende a avaliação (Guerra, 2000). A especificação das atividades, é outra das tarefas a definir nesta fase do projeto. As atividades planeadas devem constituir a resposta aos objetivos operacionais e determinar: o quê, quando, por quem, onde e como deve ser feito e incorporar a avaliação *a posteriori* de cada uma das atividade (Tavares, 1990). A calendarização das atividades permite organizar e gerir o projeto tendo em conta o ponto de situação de cada atividade e a sua relação (atrasos, impedimentos, sobreposições ou adiantamentos) com os restantes (Serrano, 2008).

2.5.2.4Financiamento

Esta é uma fase determinante em todo o projeto, dela depende a prossecução ou não de atividades e o seu impacto.

O financiamento provém de várias fontes, como a APD multilateral ou bilateral, por exemplo. O financiamento proveniente das organizações internacionais é concedido através de linhas de financiamento, mediante a aprovação dos projetos. As linhas de financiamento traduzem prioridades e objetivos de cada entidade financiadora. Os projetos candidatos devem orientar-se por eles para aceder ao financiamento. Ou seja, é fundamental que o projeto responda às necessidades da comunidade, mas que também se enquadre nos objetivos e prioridades dos financiadores (Tavares, 1990).

A sustentabilidade de um projeto é outro dos pontos-chave a ter em conta na construção, pois há que garantir a viabilidade dos projetos para lá da duração da parceria. Ou seja, é importante que no final do projeto a comunidade consiga mantê-lo em funcionamento, garantindo a sua sobrevivência. Um projeto bem elaborado e

fundamentado confere viabilidade ao financiamento, visto ser possível perceber a coerência e estratégia presentes no planeamento e assim oferecer segurança às entidades doadoras.

2.5.2.5. Implementação

Nesta fase, o projeto conhece a realidade iniciando a sua execução. É colocado em marcha o plano que foi traçado até aqui.

A execução do projeto é acompanhada pelo processo de monitorização, que é um “processo contínuo de recolha sistemática de informações, segundo indicadores escolhidos, para fornecer aos gestores e aos detentores de interesse (*stakeholders*) de uma intervenção de desenvolvimento em curso, os elementos sobre os progressos realizados, os objetivos atingidos e os recursos afetados” (IPAD, n. d.: 2), isto é, que verifica a aplicabilidade do projeto. A monitorização acompanha todo o projeto. Pode ser levada a cabo por elementos internos à ONGD responsável, por exemplo e estaríamos perante a *monitorização interna*; porém caso a monitorização seja realizada por uma entidade independente contratada pelos financiadores, estaríamos perante um processo de *monitorização externa*.

Para que a execução decorra de forma tranquila e sem sobressaltos, as fases anteriores do ciclo de projeto, devem ter sido bem definidas, como a questão da calendarização das atividades, a gestão e o orçamento.

Esta fase relaciona-se com todo o planeamento. Define-se nas fases anteriores e sedimentar-se-á na fase seguinte. Esta é a característica distintiva dos projetos de desenvolvimento, estamos perante um projeto integrado (Serrano, 2008).

2.5.2.6. Avaliação

A avaliação é um processo presente em todo o projeto. Permite compreender o seu sucesso e as suas limitações, bem como inserir um outro fator que não foi possível prever no projeto e influenciar o seu curso através de medidas e atualizações extraordinárias ao plano (Serrano, 2008). A avaliação é aferida mediante a análise do grau de realização dos objetivos, durante e no final do projeto.

A avaliação tem como propósito, segundo o IPAD (n. d.: 14) “ determinar a pertinência e o grau de cumprimento dos objetivos, a eficiência em matéria de desenvolvimento, a eficácia, o impacto e a sustentabilidade”. Desenvolvendo a Cooperação para o Desenvolvimento projetos partilhados por diversos atores e em vários setores, a avaliação deve ser também ela, sinal de parceria e partilha, sendo essencial mobilizar os intervenientes para a análise conjunta. Pois, a partir dela é possível retirar lições para outros momentos ou projetos em que estejam ou venham a cooperar.

3.6. A QUESTÃO DA TRANSPARÊNCIA

“Transparency and public participation, in turn, can enhance the credibility of policy choices and the effectiveness of policy interventions.

Lack of transparency can lead to the selection of unpopular and inappropriate programs and corrupt and wasteful spending”

(International Budget Partnership, 2010: 13)

As ONGD enquanto organismos orientados para a justiça e equidade social por via de processos democráticos, devem ser na sociedade exemplos de instituições idóneas. Para isso, a sua ação e gestão deve ser transparente, “ deixar transparecer a realidade sem a alterar” (IPAD, n. d.: 119).

A análise da transparência afirma-se como característica distintiva. Se por um lado, a transparência das práticas das ONGD facilita o reconhecimento social, acarretando consigo uma valorização e identificação com a sociedade civil, por via do reconhecimento das boas práticas. Por outro, acarreta também um aumento da confiança por parte dos doadores, sejam eles institucionais ou privados, o que permite uma tradução das boas práticas em financiamento. Tal como afirma Rebola (2004: 76), “uma ONGD deve estar sujeita às mesmas exigências de responsabilidade e transparência financeiras que qualquer outra Instituição governamental, comercial, política, religiosa, etc.”. Contudo, fruto do reconhecimento da importância das práticas de transparência, a preocupação prioritária das ONGD passa por uma estratégia de comunicação, que rentabilizará as boas práticas realizadas.

A aposta na transparência aproxima a sociedade, das ONGD e trazendo consigo mais envolvimento, mais participação, pois criou-se uma relação de confiança e credibilidade nas suas práticas (Rebola, 2004: 76).

Uma conduta de ação e gestão transparente rege-se por princípios como: **1) Funcionamento e regulamentação dos órgãos administrativos da organização. 2) Clareza e publicidade do fim social. 3) Planificação e avaliação de atividade. 4) Comunicação e imagem fiel na informação. 5) Transparência financeira. 6) Pluralidade financeira. 7) Controlo na utilização de fundos. 8) Apresentação das contas anuais e cumprimento das obrigações legais. 9) Promoção do voluntariado** (Rebola, 2004: 77-79). Estes são os princípios que estão na base da divulgação de organogramas, programas e estratégias de desenvolvimento e expansão, áreas de intervenção, relatórios de atividade e de contas, tomadas de posição ou *newsletters*, que divulgam e detalham as atividades realizadas pelas ONGD.

A instituição da transparência exige para lá, de uma comunicação acessível, a capacidade crítica para que depois da apreensão da informação nos apressemos a questionar a organização, ou melhor a sua direção sobre as opções tomadas. Ao mesmo tempo, é também fundamental que haja uma sociedade civil participativa e envolvida, disposta a colaborar e a responder às interpelações feitas em sentido contrário, isto é, predisposta a responder às questões da direção quando solicitado.

As políticas de transparência não se relacionam apenas com o plano do combate à corrupção, permitem também comparar organizações, projetos e respostas a problemas. Por esse motivo, tal como defende Rebola (2004: 79-80) a ação das “ONGD deve ser transparente em todas as áreas” desde o estatuto legal e as estruturas orgânicas e de decisão, aos membros associados às filiações, à responsabilidade financeira, ao domínio da perícia (isto é, de que forma age) e aos resultados do trabalho.

III. METODOLOGIA

“... Ao contrário do que certas concepções pretensamente científicas quiseram fazer crer, o cientista não é neutro nem 100% objetivo (supostamente como a água pura, ou seja, sem cheiro, sem sabor e sem cor...). A subjetividade e as emoções são parte constituinte importante da sua personalidade e do seu olhar sobre a realidade e, portanto, das suas matrizes de interpretação e da sua grelha de construção do conhecimento (...) Mais vale, por isso, explicitar essa «marca», ao invés de a escamotear”
(Roque Amaro, 2003:39)

3.1. ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS DE INVESTIGAÇÃO

A investigação social é sistemática, isto é, é planeada cuidadosamente *a priori*, recolhe dados empíricos focados nos fatores sociais, culturais, psicológicos, ou outros, desde que estes afetem a análise do fenómeno em questão.

Para isso, é necessário quebrar convicções e preconceitos trazidos à partida para a formulação de questões. Torna-se imperioso o embrenhar na teoria e na realidade das organizações que neste estudo colaboram. É essencial, por isso, perceber como se pensam e veem as ONGD em Portugal, para compreender a forma como atuam. Há espaço para os próprios atores refletirem sobre a sua ação, assim sendo, esta investigação envereda por uma metodologia, iminentemente, qualitativa.

A opção pela metodologia qualitativa prende-se com natureza exploratória do projeto de investigação, mas também com o facto de se pretender descortinar questões relacionadas com as concepções mais subjetivas das ONGD, pois através deste projeto pretende-se compreender as ONGD, enquanto atores, mas também perceber qual o seu papel nessa ação.

Desta forma, estamos perante os pressupostos do paradigma interpretativo, onde as realidades são socialmente construídas, onde se aceita que a interpretação dos factos é feita a partir de uma perspetiva, em que o contexto é subjetivo e relacional, os processos de interpretação estão também eles carregados de valor; e em que o principal propósito é compreender os fenómenos, a partir da perspetiva dos seus participantes, enquanto elementos socialmente contextualizados.

A pesquisa qualitativa possui “características específicas: criam e atribuem significados às coisas e às pessoas nas interações sociais e estas estão descritas e analisadas, prescindindo de quantificações estatísticas” (Chizzotti, 2003:222). Devido à sua origem pluriparadigmática, estão sob alçada da pesquisa qualitativa diversas técnicas, desde a entrevista, à análise documental, da análise de conteúdo, à etnografia, às histórias de vida, à teoria enraizada ou *grounded theory*.

Porém, o maior desafio ao enveredar por uma pesquisa qualitativa está no assumir a subjetividade, enquanto elemento presente no trabalho. Por esta razão, cabe ao investigador implementar as medidas necessárias para que o propósito do relatório de investigação não se perca, mostrando cada passo da investigação, assumindo as interferências do contexto, monitorizando a sua a sua ideologia e linguagem durante o período de escrita, entre outras (Holliday, 2005). Outra das limitações apontadas à abordagem qualitativa assenta na dificuldade de replicar o estudo, num outro momento, mas também na falta de um alcance que permita a generalização da investigação. Por último, é questionada a transparência da investigação.

Cabe ao investigador assumir a posição de liderança e anteceder a possibilidade de críticas, anotando e gravando as sessões de entrevista, por exemplo, ou explicando criteriosamente as opções tomadas ao longo da investigação, quer no seu diário de campo, quer no relatório.

Neste projeto são articulados quatro métodos e técnicas de investigação, comuns à Sociologia, mas a uma série de outras Ciências Sociais, o estudo de caso, a entrevista, a análise documental e a análise de conteúdo, que serão aprofundadas em seguida. Não se pode afirmar a sobrevalorização ou a predominância de uma face a outra. A sua utilização foi transversal e fundamental que se pudesse proceder à utilização de outra.

Estudo de Caso

Sendo este um projeto de investigação limitado a um curto período de tempo não seria possível analisar todas as ONGD existentes em Portugal. Por esse motivo procedeu-se a um levantamento de todas as ONGD registadas junto do IPAD – Instituto de Ajuda ao Desenvolvimento, para posteriormente proceder-se à definição de uma amostra. Neste caso, os critérios amostrais foram intencionais.

Após uma pesquisa sobre as vinte ONGD primeiramente escolhidas, realizou-se uma nova seriação através dos projetos em que estão inseridos, sendo um dos principais critérios a participação em projetos de desenvolvimento e não de ajuda humanitária, bem como o número de projetos em que estavam envolvidos. O número reduziu para uma dezena, sendo que destas ONGD contactadas via correio eletrónico e posteriormente via telefone, apenas uma deu resposta ao pedido.

Foi, por isso, necessário efetuar nova ronda de seriação e contactos a outras ONGD, ficando a amostra a contar com três ONGD com sede em cidades diferentes, com projetos e programas e tipos de constituição e organização também diferentes. A Engenho e Obra constituída na cidade do Porto, a Fundação Fé e Cooperação situada em Lisboa e a Helpo sediada em Cascais, constituem a amostra desta investigação.

A intenção deste projeto é analisar o espectro da ação e da cooperação para o desenvolvimento nas ONGD, por isso, constitui um elemento de maior relevância analisar um número inferior de organizações, do que analisar um maior número de organizações, numa perspetiva superficial.

A escolha de um método, como o estudo de caso, permite fazer uma análise intensiva de um número relativamente pequeno de casos, permitindo o acesso a dinâmicas e relações que de outra forma dificilmente seriam compreendidas. Não existe a pressão da quantificação dos resultados. “The main concern may be understanding the case studied in itself, with no interest in theoretical inference or empirical generalization” (Gomm, Hammersley & Foster, 2000:4).

Entrevista

A entrevista, tal como já referi anteriormente, é uma técnica utilizada por diversas ciências sociais e humanas, mas também por outras áreas disciplinares. A entrevista permite recolher informação com diferentes graus de aprofundamento, ou para diferentes fins. Ou seja, a entrevista é uma técnica que pode ser utilizada como forma de recolha de informação primária ou como técnica complementar. A utilização de uma técnica como principal, não impede que se possa também recolher informação através de outras técnicas. “Esta técnica é aplicada a fontes-chave de informação, assim denominadas por possuírem experiencias e conhecimentos relevantes sobre o tema em estudo ou por estarem, na sua comunidade ou no seu grupo social, em posição (económica, social ou cultural) de fornecer dados que as outras pessoas desconhecem total ou parcialmente” (Soriano, 2004: 154).

A entrevista utilizada foi a entrevista semiestruturada, na qual o investigador conta com um guião de entrevista onde constam as questões ou linhas orientadoras da conversa, onde “combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto” (Boni & Valdete, 2005:5). Esta técnica permite que a investigadora tenha um grau de liberdade que lhe permite ajustar, alterar, ou aprofundar os tópicos de conversa, mediante a resposta, ou disponibilidade do entrevistado.

O guião de entrevista ¹⁷ é um elemento orientador da conversa que pretende evitar os desvios naturais de uma conversa. Nele constam as perguntas fundamentais, os tópicos estruturantes, em torno do qual se desenvolve a conversa entre entrevistador e entrevistado. A utilização desta técnica implica um elevado grau de concentração e atenção do investigador, para que saiba respeitar os tempos do entrevistado, para que a conversa flua e este se sinta livre para responder como entender. O contexto de entrevista é um contexto de interação, de diálogo e reflexão, e exige um redobrar de cuidados aos procedimentos metodológicos. Assim, a situação de entrevista deve ser gravada, para que não existam equívocos de interpretação. A par da gravação o entrevistador deve realizar no final, um registo de observação sobre o comportamento do entrevistado e do ambiente da entrevista, que o auxiliaram durante o processo de transcrição e análise das mesmas.

¹⁷ O guião de entrevista implementado está disponível no Anexo IV

As entrevistas realizaram-se nos meses de Maio e Junho a elementos das ONGD, com responsabilidades na área da cooperação para o desenvolvimento. A escolha dos entrevistados ficou a cargo das organizações, estando esta restrita à necessidade de entrevistar elementos dos departamentos de projetos e programas de cooperação para o desenvolvimento. Isso ficou a dever-se ao facto destes serem elementos cujos pensamentos e ações enformam a atuação de organização onde colaboram.

O número de entrevistas variou consoante a disponibilidade, dimensão e estrutura da organização, tendo sido entrevistados, no total seis elementos da estrutura organizativa das ONGD. A definição do número de entrevistas a realizar foi também, fruto do entendimento e ajustamento entre limitações e necessidades da investigação e a realidade e disponibilidade das ONGD.

Análise Documental

A análise documental é uma técnica muito utilizada nas Ciências Sociais. Esta técnica permite-nos confirmar ou refutar informações obtidas através de outras técnicas, ou aceder a informação à qual não teríamos acesso de outra forma.

Esta técnica apresenta dois momentos específicos de atuação. O primeiro que reflete o período de recolha dos documentos e um segundo onde se é feita a análise dos documentos de acordo com os itens em análise, definidos através da análise de conteúdo, dos mesmos. Há a relembrar que os documentos são também um produto socialmente construído, logo não estão isentos de ideologia, conceções e marcas de contexto (Prior, 2003:25).

A análise documental permite ao investigador esgotar um sem número de questões através dos documentos analisados, não saturando a mesma população em análise. A utilização desta técnica garante há investigação o saturar da informação disponível sobre a organização, sem que os atores fiquem saturados e assoberbados com a quantidade de perguntas ou pedidos de informação por parte do investigador, garantindo, ao mesmo tempo, um acesso igual a informação importante a baixo custo, para ambas as partes.

Ao mesmo tempo, pode também este vasto leque de possibilidades de recolha e análise de documentos, conferir uma desvantagem para o investigador, caso não saiba referenciar, triar e analisar os documentos face ao seu grau de importância. Isto é, o investigador pode cair na tentação de permanecer mergulhado nos documentos e relegar o estudo a uma análise documental.

A par disto, passando a análise documental, por uma série de documentos fornecidos pelas organizações, o investigador deve estar alerta, no que à fiabilidade dos dados diz respeito, porque podem ter sido adulterados voluntária ou involuntariamente (a perda de uma ou de duas páginas, por exemplo).

No âmbito deste projeto foram analisados relatórios de contas, de atividades e planos estratégicos de cada uma das ONGD. Mais uma vez convém ressaltar as diferenças existentes entre todas as ONGD e entre estas em particular. Por esse motivo, não será possível analisar comparativamente, os resultados obtidos através da análise documental. Isto deve-se ao facto de termos em análise organizações que em 2010, por exemplo, estavam em fases absolutamente distintas do seu processo de crescimento.¹⁸ Assim, a análise documental serve para compreender o seu percurso, a sua forma de atuação e relação, quer em Portugal, quer nos países onde levam acabo projetos de cooperação para o desenvolvimento.

Para tal procedeu-se à construção de uma grelha de análise documental¹⁹, onde constam elementos sobre a estrutura interna da organização, as atividades, as entidades financiadoras, as atividades/financiamento, os projetos em cursos e outros itens dignos de destaque que não se enquadrem em nenhum dos anteriores.

Análise de Conteúdo

Esta é uma técnica de investigação utilizada por diversas áreas científicas, sendo a sua utilização pela Sociologia monitorizada por critérios de objetividade e rigor.

¹⁸ Enquanto a FEC comemorava os 20 anos de atividade, a Helpo e a E&O existiam há cerca de 5 anos. Logo, encontravam-se e encontram-se em períodos de crescimento organizativo completamente díspares.

¹⁹ A grelha de análise documental está disponível no Anexo V.

A sua aplicabilidade de largo espectro é tida como uma das suas mais-valias, mais evidentes, visto poder ser aplicada a qualquer tipo de texto escrito. Sendo, por isso, uma técnica amplamente utilizada pela investigação qualitativa. Segundo Berelson, citado por Ana Luísa Janeira (1972: 371), define a análise de conteúdo como, “ «a análise de conteúdo é uma técnica de investigação para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação» ”.

Para que seja objetiva, a análise de conteúdo exige o recurso a categorias e subcategorias, dispostas nas grelhas de análise. Ao mesmo tempo, isto permite que outros investigadores possam replicar o estudo, mediante a utilização das mesmas grelhas. Tentando colmatar, desta forma, uma das críticas apontadas à investigação de cariz qualitativo, a dificuldade em replicar investigações por falta de critérios objetivos e sistemáticos de análise.

A análise de conteúdo é uma técnica de investigação indissociável da entrevista, uma vez que é preciso retirar dos discursos dos atores as suas reflexões e ideias. Permite ao investigador captar as dimensões objetivas e subjetivas presente na entrevista, aprofundando as questões em torno dos objetivos da investigação.

A construção da grelha de análise de conteúdo²⁰ foi elaborada a quando da construção do guião de entrevista, mediante as informações disponíveis no momento, fundamentada na revisão da literatura e na análise documental feita até então. Contudo, durante a transcrição das entrevistas pareceu-me necessário ponderar o reajustar da grelha, face às necessidades apresentadas. Situação que se veio a confirmar e levou a um reajustamento da grelha de análise. Estas situações são documentadas e enquadradas por autores como, Henry e Moscovici desde o final da década de sessenta do século passado.

3.2. AMOSTRA

²⁰ Ver Anexo VI

3.2.1. Engenho & Obra

A “ENGENHO E OBRA”²¹ Associação para o Desenvolvimento e Cooperação é uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento - ONGD, associação da sociedade civil, de direito privado e fins não lucrativos. Fundada em 2006 por um conjunto de cidadãos, empresas e instituições, como a Escola Superior de Educação de Lisboa, o Instituto Superior de Engenharia do Porto, o Instituto Camões e a FENPROF, “conscientes da importância da sociedade civil na cooperação internacional, no papel que lhes poderá caber na transformação de ideias em projetos concretos” (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2012: 143).

A sua sede situa-se no Porto, nas instalações do Instituto Superior de Engenharia. Dispõe de duas delegações uma em Lisboa, na Escola Superior de Educação de Lisboa e outra delegação na cidade de Maputo, em Moçambique, no Campus Universitário da Universidade Eduardo Mondlane.

A E&O tem como missão melhorar a qualidade de vida das populações de países fragilizados, criando condições que permitam aumentar a sua autonomia através de projetos integrados de engenharia.

De acordo com o artigo n.º 7 do Estatuto da E&O²² os seus principais objetivos são:

- 1) A conceção, a execução e o apoio a programas e projetos de cariz social, cultural, ambiental, cívico e económico, designadamente através de ações nos países em vias de desenvolvimento:
 - a. De cooperação para o desenvolvimento
 - b. De assistência humanitária
 - c. De ajuda de emergência
 - d. De proteção e promoção dos direitos humanos

²¹ Informação disponibilizada no sítio na Internet da “ Engenho e Obra” em: www.engenhoeobra.org

²² Os Estatutos da E&O estão disponíveis no Anexo VII

- 2) A sensibilização da opinião pública para a necessidade de um relacionamento cada vez mais empenhado com os países em vias de desenvolvimento, bem como a divulgação das suas realidades.
- 3) A E&O assume a promoção da educação, consciente de que é um fator imprescindível para o desenvolvimento integral das sociedades e para a existência e o reforço da paz.

No caminho para o alcance destes objetivos, a E&O desenvolve iniciativas de diversos tipos. Os seus projetos são diversificados, quer no conteúdo, como nas parecerias e locais de intervenção, bem como nas formas de financiamento. Passam por ações de sensibilização da opinião pública sobre a realidade dos PVD, para as questões de género, mobilização de agentes de cooperação para um consumo responsável e sustentável; iniciativas de educação para o desenvolvimento e cidadania, formação, e também a participação no debate alargado das estratégias nacionais de educação para o desenvolvimento.

A E&O leva a cabo atividades em Portugal, Angola, Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste. Promovendo atividades nas áreas da Ajuda Humanitária, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Formação, Ação cultural, Ação social, Saúde, Formação Específica, Prestação de Serviços.

Os projetos da E&O são levados a cabo por uma equipa de pequena dimensão. Contando com um elemento em regime de contrato de trabalho, três estagiários e 32 voluntários em regimes de tempo parcial e inteiro (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2012: 150).

3.2.2. Fundação Fé e Cooperação

A Fundação Fé e Cooperação fundada em 1990 pela Igreja Católica (através da Conferencia Episcopal Portuguesa, Conferência Nacional dos Institutos Religiosos e a Federação Nacional dos Institutos Religiosos Femininos), no âmbito da década de

celebrações dos cinco séculos de ação missionária. Com o final do período de comemorações, as relações estabelecidas até ao momento mantiveram-se através de atividades e projetos nos países lusófonos (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2012: 158).

Segundo os Estatutos da FEC²³, esta é uma instituição canónico-civil de direito privado, que tem como missão promover o desenvolvimento humano integral através da cooperação e solidariedade entre pessoas, comunidades e Igrejas. Realizada numa “ampla rede de diálogo, mobilização, cooperação e sensibilização entre pessoas, comunidades e Igrejas” em particular nos países lusófonos (Plataforma portuguesa das ONGD, 2012: 158) através de projetos da Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Advocacia Social.

A atuação da FEC na área da Cooperação para o Desenvolvimento assume como objetivo estratégico “construir parcerias sólidas e de longa duração que garantam a sustentabilidade das intervenções” (Plataforma portuguesa das ONGD, 2012: 159) na Educação, capacitação Institucional e Saúde. Por seu turno, na área de Educação para o Desenvolvimento e Advocacia Social aponta como objetivo estratégico “Sensibilizar e mobilizar a sociedade portuguesa para a justiça social e o desenvolvimento sustentável” (Plataforma portuguesa das ONGD, 2012: 159).

As atividades da FEC desenvolvem-se em Portugal, na Guiné-Bissau e Angola.

A FEC conta com uma equipa de 10 colaboradores em Portugal e 46 no terreno, sendo que destes estão em Angola 7 e na Guiné-Bissau 39. Acrescem à equipa guineense 10 cooperantes. Os cooperantes são “técnicos de um país doador que exerce funções no país recetor, no âmbito de uma intervenção de desenvolvimento, geralmente com conhecimentos técnicos específicos, que colabora no desenvolvimento económico, social e cultural de um país recetor de ajuda, participando numa intervenção de desenvolvimento.” (IPAD, n. d.: 40). A equipa FEC fica completa com um estagiário e dois voluntários, enquadrados pela figura do voluntariado missionário. Este é um tipo de voluntariado que “desenvolve a sua ação, de forma gratuita, principalmente em países em vias de

²³ Os Estatutos da FEC estão disponíveis para consulta no Anexo VIII.

desenvolvimento, é enviado a concretizar a sua missão ao serviço da Igreja Católica, numa lógica de resposta às necessidades reais das populações com quem trabalha.”²⁴

3.2.3. HELPO

A Helpo é uma Associação sem fins lucrativos, criada em 2004 no concelho de Cascais. Nesse mesmo ano inicia atividade apoiando crianças em contextos rurais e isolados em Moçambique, no Nepal e em Angola através de parcerias com organizações já no terreno. Em 2007, fruto de uma reestruturação do seu *modus operandi* e passa ela própria a intervir no terreno no ano seguinte, contando com equipas fixadas no Norte de Moçambique. Hoje em dia conta com equipas de intervenção em Moçambique e em São Tomé e Príncipe.

A Helpo promove um Programa de Apadrinhamento de Crianças à Distância, de cerca de 6 mil crianças, no qual empresas e particulares para lá de apadrinharem as crianças asseguram o funcionamento da organização²⁵.

A Helpo tem como missão “a realização de projetos educativos, formativos e de geração de rendimento que permitam a capacitação dos indivíduos e grupos das populações locais partindo da convicção de que o conhecimento e a utilização de ferramentas adequadas possibilitam o desfrutar de uma condição mais elevada e de uma vida mais digna. Acreditamos e agimos para a implementação da educação para o desenvolvimento e amadurecimento do desenvolvimento humano da população, como base para a aceitação da diferença, consciencialização e mobilização da sociedade civil no sentido de participar na resolução dos problemas sociais globais” (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2012: 97).

Os objetivos da Helpo passam pela sensibilização da população dos países desenvolvidos para a situação vivida nos PVD; executar e apoiar nos PVD projetos, “privilegiando, como áreas de intervenção, a tutela e acompanhamento da infância e da

²⁴ Informação disponibilizada no sítio da FEC na Internet em: www.fecond.org/vm_noticia.asp?noticiaid=32760

²⁵ Parte da verba paga pelos “padrinhos” destina-se a financiar a atividade e funcionamento da ONGD. Trata-se de uma forma de financiamento privado.

condição dos jovens, da mulher e da população em geral através da formação alfabetização e educação em colaboração com instituições, comunidades e outras entidades locais” (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2012: 98); elaboração e execução de programas de educação para o desenvolvimento; contribuir para o aumento da escolaridade e prevenção de doenças pela assistência alimentar e médica e, por último contribuir para a capacitação das comunidades rurais onde intervém.

Tal como já referi a Helpo atua em Portugal, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Em Portugal desenvolve atividade na área do Emprego e Inserção na vida ativa. Em Moçambique atua no âmbito da Assistência e Promoção Social, no desenvolvimento rural, Educação e Formação Profissional, Pobreza e Exclusão Social Reabilitação e construção de infraestruturas, Saúde, Água e Saneamento e Segurança Alimentar. Em São Tomé e Príncipe atua na área da Assistência e Promoção Social, na Educação, Pobreza e Exclusão Social, Reabilitação e Construção de Infraestruturas e na Saúde.

IV. ANÁLISE DE RESULTADOS

“NGDOs would like to do better and are doing something about it themselves. However, they are limited in this by the unfair, power-imbalanced and donor-serving framework of aid that they operate in. At the same time, NGDOs remain substantially aid-dependent and vulnerable, which can result in questionable motivations and behaviour.” (UNRISD, 2000)

4.1. O QUE “DIZEM” OS DOCUMENTOS

A análise documental realizada aos relatórios de atividades, relatórios de contas e relatórios estratégicos, entre outros materiais informativos disponibilizados, pelas organizações, foi inventariado e analisado segundo a grelha, disponível no Anexo V.

A opção pela análise criteriosa destes documentos permitiu conhecer as organizações, compreender as suas formas de atuação e de estruturação organizativa. Por outro lado, demonstrou ser essencial para conhecer os projetos, as relações de parceria e colaboração, os territórios de intervenção, as instituições financiadoras, o público-alvo, as áreas de intervenção e as atividades desenvolvidas. O processo foi idêntico para as três ONGD que colaboram no projeto.

As três ONGD desenvolvem atividades quer em Portugal, quer em territórios ao Sul, nomeadamente, nos PALOP. Contudo, encerram em si grandes diferenças, mas também partilham pontos de união.

No que diz respeito à sua estrutura interna, estamos perante organizações que se organizam em departamentos que têm responsabilidade divididas pelas diversas áreas de intervenção onde atuam. Porém, no plano dos recursos humanos afetos a cada departamento, estamos num ponto de grande disparidade. Se por um lado, a Engenho e Obra dispõe de um único colaborador remunerado, sendo a estrutura mantida pelos seus

associados e voluntários - 32, bem como, 3 estagiários por períodos de três a quatro meses. A Helpo conta com um colaborador em cada departamento, sendo que conta com 5 colaboradores no total em Portugal e 33 no terreno, contando com 4 cooperantes e 2 voluntários. Por seu turno, a Fundação Fé e Cooperação conta com 10 colaboradores em Portugal e 46 no terreno (39 na Guiné-Bissau e 7 em Angola), conta também com 10 cooperantes na Guiné Bissau, um estagiário e 2 voluntários.

As diferenças no número de colaboradores de cada uma das ONGD podem estar associadas ao desigual tempo de existência e de atividade de cada uma delas. Contudo, esta informação não pode ser validada neste estudo, mas verificou-se essa tendência analítica.

Estas ONGD desenvolvem atividades, no âmbito da cooperação para o desenvolvimento e da educação para o desenvolvimento. Acrescentando-se a este rol, a advocacia social e a formação, no caso da FEC; e a ajuda Humanitária no caso da Helpo e da E&O.

O financiamento dos seus projetos advém do IPAD, através dos canais de financiamento público e de outras linhas de financiamento de menor expressão, bem como, de parceiros de projeto. Todavia, a questão do financiamento não é também ela linear e verificou-se que, o financiamento público através do IPAD, não é uma constante a todas as instituições. Por exemplo, as atividades desenvolvidas pela Helpo não são visadas por nenhum canal de financiamento externo a si, excetuando momentos de colaboração e patrocínio de ações muito concretas. O financiamento por parte de entidades privadas é um dos principais objetivos por parte de todas as ONGD, estando neste momento a mobilizar esforços de sensibilização junto de empresas apelando à sua responsabilidade social, que deriva da sua existência.

A sua presença não se limita aos territórios exteriores a Portugal, pois que desenvolvem também projetos no nosso país, sendo estes de menor expressão, não se tratando de projetos de desenvolvimento nos mesmos moldes dos levados a cabo nos PALOP. Os projetos cá implementados encontram-se mais voltados para a educação para o desenvolvimento e a advocacia social.

A E&O atua no âmbito da assistência/promoção social e na segurança alimentar em Angola e Portugal, na Alfabetização e no Desenvolvimento Rural/Agricultura em Angola,

na Ecologia/Meio ambiente e na área do Microcrédito em Portugal, na inserção na vida ativa em Portugal, no domínio da formação profissional em Moçambique e Portugal, nas questões de género em Portugal, na reabilitação e construção de infraestruturas e na saúde em Timor-Leste. E de forma transversal no domínio da pobreza e exclusão social nos países de expressão portuguesa.

A Helpo desenvolve atividades na área da pobreza, exclusão, assistência e promoção social, educação não formal e alfabetização, saúde, bem como na reabilitação e construção de infraestruturas em Moçambique e São Tomé e Príncipe; do desenvolvimento rural/ agricultura, formação profissional, saneamento e água e segurança alimentar em Moçambique; de emprego e inserção na vida ativa em Portugal.

A FEC atua nos domínios da pobreza, exclusão, assistência e promoção social, da educação formal e alfabetização, da saúde, da reabilitação e construção de infraestruturas e das questões de género em Angola e na Guiné-Bissau; bem como, da formação profissional, emprego e inserção na vida ativa na Guiné-Bissau.

As atividades e formas de atuação entre as e ONGD em análise são muito heterogéneas, sendo possível concluir que a maior diferença, entre eles, está no público-alvo de cada ação. Tanto a E&O como a Helpo intervêm junto da população, sejam elas crianças ou adultos, ou comunidades completas, contudo a ação da FEC nos últimos anos tem-se voltado para as instituições, isto é, pretende capacitar as instituições para que sejam elas, posteriormente motor de capacitação da população.

4.2. O QUE DIZEM AS ENTREVISTAS

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com uma participação equitativa entre as ONGD, ou seja, por cada ONGD foram entrevistadas duas pessoas. Essas entrevistas depois de transcritas foram sujeitas a uma análise de conteúdo²⁶, cujas conclusões serão analisadas neste ponto. No Anexo IX, encontra-se disponível para

²⁶ Cuja grelha de análise se encontra disponível no Anexo VI.

consulta o quadro-síntese da análise de conteúdo feita às entrevistas, para que haja um acompanhamento transversal da análise que vai sendo realizada neste ponto.

De acordo com os discursos dos entrevistados os objetivos e missão das ONGD que representam passam por uma lógica de equidade e justiça social, na procura de um mundo mais justo, onde os habitantes dos PVD podem escolher o seu futuro, mas do que vê-lo ser definido *a priori*, pelas condições do país e da comunidade que o viu nascer.

“A missão é dar um futuro melhor a um conjunto alargado de crianças e famílias...um futuro mais digno. Um futuro com mais condições para que elas, próprias possam construir o seu desenvolvimento, para que possam construir o seu futuro com um bocadinho mais de ... desde que seja com um bocadinho mais de condições do que os seus pais tiveram já é bom. Também não podemos querer, sonhar com alterações dramáticas... de um dia para o outro. Mas se formos dando pequeninos passos rumo... A um desenvolvimento. Rumo a um futuro com escolha. Já é muito bom! ”
(Entrevistado 4)

“O que marca a diferença é esta démarche de compromisso de fé, que está ligado de alguma maneira, se não à religião, pelo menos a uma motivação de cariz espiritual, digamos assim... dos seus colaboradores, e daqueles que são os seus fundadores, e neste processo de cooperação com as outras comunidades, que são muito diferentes da nossa comunidade de origem que é Portugal (...) procuramos uma grande proximidade com as pessoas, com as comunidades, com um matriz de apoio que está ligada de alguma maneira às Igrejas dos países com quem cooperamos. Mas que de maneira alguma se restringe aos limites, das pessoas que estão dentro dos limites da Igreja. Atendemos pessoas de todos os credos, de todas as raças... não temos quer tipo de limitação nesse sentido. Alias isso até marca... faz a distinção entre a fundação e outras organizações, é justamente essa capacidade de entrar em diálogo, até com comunidades com uma matriz religiosa diferente da sua... ” (Entrevistado 5)

Para estes entrevistados encontrar uma noção de cooperação para o desenvolvimento, uma das suas áreas de intervenção das ONGD, mostra-se um pedido mais difícil de concretizar do que se poderia esperar à partida. É uma resposta marcada por silêncios e hesitações comuns a quem diariamente opera com a sua dimensão prática e pouco tempo pode despende na sua dimensão teórica. São, por isso, indissociável do seu discurso as referências à experiência de anos de trabalho nestas áreas, cruzado ainda, pela recusa de uma explicação do senso comum.

“Não vou utilizar, se calhar, a palavra ajudar, porque é uma palavra má (...) É tentar. É colaborar. É cooperar. É procurar arranjar soluções em conjunto. Não mudando a... a... sociedade, não é?! Porque são sociedades diferentes, com políticas diferentes, com religiões diferentes e nós temos de ter, essa... noção que há essas barreiras e que não podemos querer implementar aquilo que é nosso; porque pode... não se adequar ... Portanto, é mesmo, tentar... não digamos que irá mudar... mas... fazer pequenas mudanças que tornem as coisas, que facilitem o dia-a-dia”
(Entrevistado 1)

“E desenvolver, portanto... por um lado esta ideia de não, não exportar ideias, não é?! (...) Não exportar ideias e modelos. Ah... permitir o desenvolvimento de recursos endógenos das próprias populações ... e a sustentabilidade” (Entrevistado 2)

Contudo, existem referências que cruzam o percurso da cooperação para o desenvolvimento, com a noção de que as ONGD apoiam ou substituem aos governos locais dos países com quem cooperam, na ausência de capacidade de resposta aos problemas sociais. E que veem na cooperação para o desenvolvimento um processo bilateral de mais-valia e crescimento para todas as partes intervenientes. Também a articulação de esforços com base no diálogo, envolvimento e participação numa parceria para o desenvolvimento.

“ (...) cooperar por um lado com o Governo no país, porque sabemos que... pronto, isto agora... podem ou não ter os meios para... é discutível... mas sabemos que não chegam à população como deveriam. O apoio não chega à população como é suposto... como deveria. E aqui as organizações e a cooperação para o desenvolvimento permitem colmatar essa lacuna, no governo desses países, não deixando... ou não... a ajuda não chegando efetivamente à população, nós conseguimos colmatar essa falha. Por outro lado, conseguimos e, é importante, que haja uma cooperação entre todas as organizações que atuam no terreno (...) mas também com as outras organizações que estão no terreno de forma a, que consigamos chegar a diferentes sítios e ajudar o maior número de pessoas possível... podermos ajudarmo-nos mutuamente.” (Entrevistado 3)

“Acho muito importante cooperar uns com os outros, no sentido em que não haja uma duplicação de esforços, de que haja convergência de apoio, entre organizações. Se há uma organização mais voltada para a saúde, então, esta pode aliar-se num determinado projeto a uma que é mais da área da educação. E ... e por aí. No sentido em que haja um olhar para o vizinho, perceber como se está a fazer, para que juntos possamos fazer melhor para crianças, para famílias e comunidades(...)” (Entrevistado 4)

“A palavra que me vem de imediato à cabeça é diálogo. Diálogo e procurar benefícios que são comuns, e portanto a cooperação para o desenvolvimento é isso mesmo, procurar o diálogo entre nações diferentes, procurando o bem-comum dessas duas pessoas, de mim e das pessoas com quem trabalho em Angola, neste momento (...) E, portanto a cooperação, é trabalhar de forma, em diálogo para o bem comum.” (Entrevistado 5)

“Portanto, a cooperação é isso, parte se calhar disso... a base da cooperação, o diálogo é o instrumento, a maneira de, mas a cooperação tem de partir desta consciência de que o outro tem alguma coisa de benéfico a trazer-me, para o meu desenvolvimento. E nessa perspetiva nós queremos reconhecer cada vez mais o valor que o outro, que está em

Angola, na Guiné-Bissau ou em Timor... no Sudão do Sul, etc. tem, neste processo de mudança com que nós queremos colaborar, onde queremos operar juntos. Portanto, é nessa perspetiva que trabalhar em rede, trabalhar com pessoas locais traz-nos logo essa mais-valia, do contexto.”
(Entrevistado 5)

Os projetos de cooperação para o desenvolvimento levados a cabo pelas ONGD que colaboram neste projeto de investigação são diferentes, desde logo, na forma como agem nas diferentes áreas de atuação, ao público-alvo e à resposta dada com tradução efetiva nos projetos. Todavia, todas explicita ou implicitamente referem que atuam de acordo com uma estratégia traçada inicialmente e na qual se estruturam programas de intervenção e dos quais emanam os projetos. Estes apesar da sua duração variável, de acordo com os seus objetivos e metas, têm um início e um fim determinado, orientado pela gestão de ciclo de projeto, que é um instrumento de grande utilidade para quem atua no terreno e para quem acompanha os projetos à distância.

“Vamos lá ver uma coisa, um projeto é um projeto, que tem um princípio e um fim. Portanto, tem uma fase de conceção, de formulação, implementação ... monitorização e avaliação. Pronto, tudo isso... é feito e tem um princípio e tem um fim. E normalmente é coincidente com o financiamento como é evidente, e também com os objetivos. E com indicadores de resultados e objetivos... etc. Nós adotamos aqui a maneira de trabalhar da gestão de ciclo de projeto... que é uma metodologia, que hoje em dia, é uma prática universal nas cooperações e nas ONG... Isso é o projeto. Mas nós temos cada vez mais é fruto, também de uma reorientação estratégica que fizemos agora, recentemente, trabalhando os projetos numa ótica de projetos, mas depois integrados numa ótica de programa, e numa perspetiva de estratégica... E portanto, nós temos isso... construído, nesta malha, nesta teia.” (Entrevistado 5)

A conceção dos projetos, programas e estratégias de cooperação são definidos pelas ONGD e pelas comunidades em relação próxima, mas também pelas políticas e estratégias de cooperação traçadas pelos países doadores e pelas instituições multilaterais de financiamento. A coordenação entre os projetos e as orientações estratégicas provenientes dos governos deve-se ao facto, de todos os intervenientes no processo de desenvolvimento, terem as suas próprias agendas mais ou menos ocultas e quererem atingir os seus objetivos e, por isso, financiarem projetos que se coadunem com a sua agenda de prioridades. A ideia geradora de um projeto pode partir de uma necessidade a que é necessário dar resposta, de uma necessidade que a comunidade identificou, da referência que uma instituição dá sobre um dado problema, ou das próprias ONGD, sendo que seja qual for a sua origem, a ideia é debatida na ONGD e os representantes da comunidade local. Estas ONGD contam com um conjunto de representantes no terreno, sejam eles seus colaboradores diretos, com uma delegação assente no país, ou através de colaboradores de outras instituições com quem têm parcerias.

“Primeiro nós debatemos, às vezes, ideias com os interlocutores. Que nós temos interlocutores, nos países em que atuamos, e normalmente nós pedimos opiniões, o que é que eles acham. Que nós temos uma ideia e se é viável no país ou não. Porque, às vezes, é importante, às vezes, a gente acha que a ideia é muito boa, e é fundamental e lá e tal, não tem (...) Nós trabalhamos com interlocutores lá, temos representantes fora. E basicamente é assim... falamos com eles; ver a ideia deles, se estão de acordo com a nossa... com o projeto, se é adequado... E depois se disserem que sim... a gente avança com o projeto.” (Entrevistado 1)

“A conceção parte da parceria com os nossos interlocutores.”
(Entrevistado 2)

“Chegando ao local, procuramos a ação distrital e provincial da ação social. Definem quais os locais e comunidades que ainda não têm nenhum tipo de ajuda, e que são mais necessitadas. Como temos uma equipa permanentemente no terreno, tanto em Moçambique, como em São

Tomé e Príncipe e Moçambique (...) Vamos às comunidades e falamos com os líderes comunitários, ou seja, estas comunidades ainda têm uma cultura muito, muito... enraizada, desde logo, desde há muitos anos atrás, onde ainda funcionam muito os líderes comunitários... de cada comunidade. Falamos com os líderes comunitários e averiguamos se de facto eles concordam que precisam de ajuda, que tipo de ajuda, de que forma pode apoiar. (...) Depois tentamos trabalhar muito na lógica de trabalhar com a comunidade e não para a comunidade. Ou seja, muito bem... aquilo que precisam é de uma escola. Nós não vamos chegar aqui e construir a escola. Nós vamos... o que é que precisam? Precisam de cimento. Precisam de barrotes. Precisam de pregos. Então muito bem, nós arranjar esse material e ... em conjunto com a comunidade vamos edificar a escola. Até porque essa é uma forma também, de eles, depois se responsabilizarem pelo, ... pelo uso da escola, não é... E deixarem depois aquilo, que como não fomos nós que criamos, se calhar, até nem queremos saber e deixamos estragar. Acabamos por banalizar um bocadinho. Assim trabalhamos muito na lógica da comunidade. (...) ” (Entrevistado 3)

“Nós trabalhamos numa relação muito estreita com as autoridades e com os ministérios e com as delegações provinciais. E muitas vezes são pessoas do ministério ou da delegação provincial da mulher, da ação social, ou da educação que nos dizem se vocês forem aquela comunidade, há uma necessidade assim, e uma comunidade muito pobre... seria interessante se pudessem ajudar ali naquela zona. Outras vezes, e quando estamos no terreno há algum tempo é também isso, que acontece... começamos a receber solicitações porque alguém já ouviu falar, porque já conhecem o trabalho... por um lado há a solicitação das próprias entidades ministeriais... também há a procura por parceiros, não é, congregações religiosas, associações locais (...) Damos prioridade a estas carências mais de base. E vamos ver com próprios olhos se as carências que há são reais, falar com a comunidade. Se a comunidade, quer a presença da organização, se a comunidade, quer trabalhar com a organização... porque também, por metodologia, nós só damos o que a comunidade não tem. Por

isso, se não quiserem nós não estamos... é uma colaboração. E quando tudo isto se junta, alguém encontrou um sítio para ir, os nossos colegas verificaram que a ajuda é necessária, a comunidade quer a presença da organização... aí nasce, a ideia de um projeto.” (Entrevistado 4)

A tónica na comunicação e no diálogo é evidente, sendo que a relação de proximidade beneficia a participação da comunidade em todas as suas fases, assumindo-o como seu e, por isso, envolvendo-se e responsabilizando-se por ele.

“ (...) Tem sempre estas duas componentes, que acarretam de um lado e do outro uma relação de proximidade, de diálogo, para se chegar depois a uma situação de bem comum. Portanto, (...), o que é importante é encontrar o caminho comum para montar e elaborar um projeto.” (Entrevistado 5)

Alguns dos entrevistados acentuam a ideia de que os projetos assumem uma dimensão de continuidade, uns nos outros. Ou seja, terminado um projeto surge um outro que lhe dá sequência e que pretende responder a outras necessidades que entretanto surgiram. Contudo, alertam para o risco de prolongamento das situações de dependência, que tentam combater e não incentivar.

“Não temos uma aparição ”toca e foge” apesar de sermos uma organização pequenina, também em termos financeiros, os nossos projetos não têm valores grandiosos... como os de muitas organizações, e acabamos ao início sobretudo numa fase inicial... como não nos conhecem passamos assim um pouco despercebidos... porque é uma organização mais pequenina, com pouco dinheiro. Mas de facto com a continuidade as

... pessoas veem que às vezes ao início, quando dizemos que ficamos até não precisarem mais de nós soa, a estranho, um bocadinho a mentira. Mas de facto, com o passar do tempo veem que estamos lá e que estamos para ficar. E enfim acaba por nos marcar...” (Entrevistado 4)

“Isso também pode ter um lado negativo que é o sentido da comunidade saber que como não vamos sair, que estamos sempre ali... Enfim. Os nossos colegas com alguma ginástica tentam gerir essa dependência face a nós e aos nossos serviços. Até para não, por um lado, porque o dinheiro não chega para todas as comunidades, para todos os projetos... temos de fazer escolhas e não dá para tudo.” (Entrevistado 4)

A construção de um projeto de cooperação para o desenvolvimento não é uma construção unilateral, como é possível verificar pelos discursos dos entrevistados. Os projetos são desenvolvidos em parceria, quer sejam elas, parcerias com entidades nacionais ou entidades dos PVD. Elas contribuem para o desenrolar do projeto e para a aprendizagem que emana de cada um deles para o próximo. Os parceiros podem ser outras ONGD, empresas, instituições públicas, instituições científicas ou de ensino, entre outras.

“Empresas e outras ONG também... com universidades também. (...) Tentamos escolher as nossas parcerias, de acordo com a área do projeto e as ... e os recursos que a gente vai precisar para o projeto... que vamos precisar e também escolher as parcerias em função disso.” (Entrevistado 1)

“ (...) a ideia de que as organizações estão sozinhas, cada uma no seu casulo, cada um faz a sua pequenina parte... Hoje já não funciona. Há que dar espaço para os trabalhos em conjunto. E acho que todos saem a ganhar disso... todas as associações. O trabalho isolado... cada um no seu cantinho, na sua quinta, na sua esfera, penso que não é tão enriquecedor, nem tão produtivo. Até porque, hoje em dia, qualquer área exige a mobilização de competências tão variadas que tem que necessariamente

recorrer a várias associações, a vários domínios do conhecimento e a várias associações que se localizam nesses vários domínios.” (Entrevistado 2)

“Quando há mais diversidade, seja de pessoas e de culturas acho que é positivo. Por exemplo, nós ajudamos muitas entidades religiosas, mas não nos caracterizamos como uma organização católica ou de outra religião qualquer. E isso acaba por ser enriquecedor para todos. Com alguns cuidados, porque... isto não é tudo branco e preto ... É sempre preciso algum cuidado, então no terreno, em que no terreno quem está associado a uma organização, ou dá a cara por uma organização, as pessoas têm de ser muito responsáveis.” (Entrevistado 4)

A existência de parcerias permite, para lá do envolvimento e participação de diversos atores, que sejam levados a cabo os projetos que de outra maneira não seriam. O envolvimento dos parceiros assume nos diversos níveis de construção, execução e avaliação, desde o plano administrativo, financeiro e executiva, entre outros. Exigindo a todas as organizações intervenientes uma participação transversal e efetiva nos projetos.

“Por um lado, é muito bom para nós porque conseguimos levar a cabo o projeto, por outro é muito bom também, para os beneficiários do projeto... porque têm uma resposta às suas necessidades. Se não houver esta parceria os beneficiários não usufruem do projeto que responde às suas necessidades... Por isso é bom para todos os lados. Claro que como é normal, e é óbvio... há sempre coisas que correm melhor ou coisas que correm pior... há parcerias que correm melhor e outras pior, mas vamos-nos adaptando às situações, não é?” (Entrevistado 3)

As relações de parceria acarretam mais-valias para todas as partes envolvidas, não havendo, no entanto, uma relação de obrigatoriedade. Elas mantêm-se desde que sejam benéficas para as partes e promovam a capacidade de reflexão e atividade dos PVD, em cada um dos momentos, ao tornarem-se mais críticos e mais atuantes sobre a sua realidade. Isso verifica-se na evolução das estruturas dos projetos de desenvolvimento e na passagem das ONGD de implementadores, para parceiros de implementação das entidades locais.

“ (...) Desde que as partes considerem que aquela relação é benéfica e gera bons frutos e que tem espaço para crescer... normalmente um projeto dá aso a um novo projeto... não necessariamente, e não habitualmente ao mesmo projeto, mas um projeto diferente, com atividades diferentes outras semelhantes, que aprofundam aquela que lhe antecedeu... mas sim os contatos são fundamentais, são fundamentais. (...) ”
(Entrevistado 5)

“... bom, pode ser vista de diferentes perspetivas ... mas ... a mais-valia desde logo, desta maneira de trabalhar, ninguém, nem as próprias pessoas que vivem e cresceram, são elas que dão aso a que façam a sua própria mudança... e que promovem a mudança que acham necessária e façam uso do seu juízo e discernimento sobre a sua situação e sobre o que podem fazer para a alterar...” (Entrevistado 5)

“Não é cada vez menos. E inclusive isso vê-se no modelo de implementação dos nossos projetos, e cada vez mais, nós somos ... cada vez mais nós não somos implementadores e cada vez mais os implementadores são os nossos parceiros locais.” (Entrevistado 5)

Contudo, há contactos com parceiros que se perdem com a rotatividade dos recursos humanos, porque a relação mantida baseia-se na relação individual. Isto é um desafio para as ONGD, que pretendem institucionalizar os modelos de comunicação, de

maneira a torná-la mais eficiente e duradoura independentemente dos colaboradores envolvidos.

“ (...) Apesar de, que os contactos existentes entre os técnicos existentes nestes terrenos e as pessoas, nomeadamente agentes de cooperação, que são os dirigentes locais, ao nível dos ministérios, ao nível das comunidades, ao nível das outras ONG, das outras organizações da sociedade civil, das universidades, de tudo isso... são importantes, mas nós procuramos ser cada vez mais, ultrapassar a questão pessoal. (...) Se não há uma certa institucionalização da prática de comunicação... que os contactos, por vezes, se perdem com as pessoas, que tem aquela coisa do ditado popular africano que diz que “ quando morre um velho, é como se uma biblioteca se incendiasse”, então a ideia que nós temos é contrariar essa tendência. Não só lá mas também cá. E no entanto procuramos criar aqui, plataformas que assegurem uma memória e um registo de tudo, de toda a informação que é gerada nos projetos, também ao nível dos contactos e ao nível da comunicação.” (Entrevistado 5)

O desenvolvimento e a conclusão dos projetos permitem reconhecer elementos de valor acrescentado tanto para as comunidades, como para as ONGD. De entre ele destacam-se a criação de instrumentos, que conduzem à garantia da sustentabilidade e autonomia das comunidades.

“A comunidade ficam sempre com novos instrumentos, de... não é... de... posso dizer de trabalho... dependendo do projeto (...) Ficam com, com novos... utensílios de trabalho, novas formas de... de ... de visão sim. De visão. Têm uma nova formação. E para nós também é enriquecedor!” (Entrevistado 1)

“Na medida em que o projeto foi elaborado, tendo em conta necessidades, não é... e tendo em conta, ah carências das próprias comunidades e é elaborado em parceira, acho que é sempre bom. Acho que eles, tem de (...) Ganhar sustentabilidade também. E enriquecer a população local. Permitir a sua autonomia, o seu trabalho... não é? Ah... e o seu enriquecimento é também para nós.” (Entrevistado 2)

Por outro lado, a presença nas comunidades permite um maior conhecimento, quer da organização em si, quer do trabalho que desenvolve, o que permite que outras comunidades venham ao encontro das ONGD e possam também traçar o seu próprio caminho para o desenvolvimento.

“Ao apoiarmos algumas comunidades outras, também nos vêm pedir ajuda, porque veem que conseguimos dar resposta e aí, conseguimos sempre melhorar face ao que fizemos anteriormente... Ou melhorar ou mudar alguma coisa, que tenha corrido menos bem, se for necessário... porque conseguimos avaliar no projeto anterior e isso permite-nos poder utilizar isso num outro projeto. Outra coisa muito boa que nos permite avaliar o impacto do nosso trabalho... dos nossos projetos é... curiosamente, (...) ” (Entrevistado 3)

A experiência acumulada de cada projeto associado ao conhecimento próximo da comunidade, sedimentado numa cultura de avaliação de todo o processo, permitem que se aumente a previsibilidade de cada projeto, minimizando o risco, aumentando a capacidade de resposta nas adversidades. Porém, tendo sempre presente a ideia que cada projeto, cada comunidade e cada processo são únicos.

“A experiencia que temos de outros projetos faz-nos estar mais atentos e preparados. E atentos aos pormenores, sem dúvida ... nós vamos aprendendo com a experiencia também. Até porque... Se bem que... depende também de cultura para cultura, porque há culturas que funcionam bem numa certa cultura e na outra já, já ... é completamente o contrário. Por isso, também depende...” (Entrevistado 1)

“ [Avaliação] Voltada para nós para perceber o que temos feito de bem e mal. E voltada para a comunidade para perceber o impacto que a nossa ação tem junto dela. Portanto, a avaliação é sempre feita nos dois sentidos.” (Entrevistado 3)

“ (...) São beneficiários em diversos momentos e em diversas áreas. Para eles é enriquecedor, sentem-se mais acompanhados Para a organização também porque, ainda que haja comunidades em que é “ menos bom”, desculpe a expressão, trabalhar... também já sabemos com o que podemos ou não contar. Nunca é, enfim... sabemos com o que podemos contar, porque trabalhamos nos mesmos sítios físicos sabemos o que contar, mesmo em termos de recursos humanos, de recursos materiais. Sabemos onde procurar e onde comprar... Sabemos onde ir ter com aquela pessoa. E aí julgo que é benéfico para todos.” (Entrevistado 4)

Assiste-se ainda, uma melhor relação de eficiência de custo/benefício, que advém do conhecimento e experiência no terreno. Ao conhecer o meio devidamente, há um conhecimento profundo e intrínseco da realidade, das suas estruturas e dos seus recursos humanos, assim é possível encontrar colaboradores para os projetos com qualificações semelhantes às que seriam requisitadas em Portugal. Nisso existem duas vantagens a utilização de mão-de-obra local que promove o emprego e o conhecimento territorial e por outro lado, permite que se canalizem os recursos económicos nos projetos.

“Por outro lado, outra consequência também gritante da eficiência de custo-benefício, em termos da estrutura de custos, por estes processos de cooperação é muito mais caro... muito mais caro, nós trabalharmos com agentes externos ao país, não faz sentido, que alguém que faz sentido que alguém com formação em gestão de projeto ou na formação de professores, de enfermeiros, de uma série de coisas que nós fazemos... se existe já ali, não faz a partida, grande sentido, para o mesmo nível de competência, para o mesmo nível de confiança. (...) Que seja uma valorização dos recursos existentes já no local, e depois que sejam mais recursos no local... que podem ser canalizados para recursos que não existem efetivamente lá e que podem ir daqui. Pronto, a ideia é jogar com as vantagens comparativas que existem em cada um dos sítios. Do ponto de vista económico, é um benefício. Do ponto de vista, da autonomia e da liberdade e da autodeterminação também, e depois que é muito mais rico também para nós. Isto é, nós trabalharmos com organizações do outro lado que são cada vez mais capazes de trabalhar não só lá, mas a ajudar-nos a nós com ideias sobre a nossa própria realidade é muito enriquecedor.” (Entrevistado 5)

Um dos temas transversais às entrevistas e que é apontado como um desafio, uma limitação e um constrangimento à atuação das ONGD é o financiamento. Não constituindo, aqui um elemento diferenciador tratar-se ou não de uma ONGD financiada por capitais públicos e/ ou privados. A procura de linhas de financiamento é um processo desgastante para as ONGD que se candidatam a linhas de financiamento tanto públicas (via IPAD, principalmente) ou privadas (junto de mecenas, como fundações ou outras).

“Exige pesquisa na Internet, de linhas. Temos aquelas linhas usuais, que a gente faz a busca diariamente... newsletters que recebemos e de informação que nos é facultada... mas há muito trabalho de pesquisa, muito tempo que é dedicado à investigação de linhas. Porque há imensas linhas...

mas às vezes, aquela linha que a gente quer especifica para o projeto, e para região em questão não aparece.” (Entrevistado 2)

A falta de financiamento limita a criação de novos projetos, fruto da indefinição, por um lado das entidades portuguesas que o regulam e por outro da crise económica e financeira que assola Portugal nos últimos anos e que obriga a uma limitação do financiamento público limitado.

“Condiciona bastante. Porque é ... se não houver financiamento, é quase impossível, uma, uma... organização ou conjunto de organizações financiarem um projeto a 100%. Porque há projetos muito caros... e as organizações não têm... Não têm estrutura para suportar, ... o valor integral de um projeto ” (Entrevistado 1)

”Nós temos sempre uma dificuldade que é o financiamento dos projetos. Porque... claro, nós funcionamos muito por contexto, e há políticas e estratégias de cooperação, e há investimentos no domínio da ajuda pública ao desenvolvimento, portanto nós fazemos parte de um mercado, que é esse, em que tem política e operadores que de alguma maneira o regulam... (...) Claro que é um ponto importante, nomeadamente num momento de crise, e isso obriga a ajustamentos, nos modelos de financiamento dos projetos e nas instituições que neste momento estão a passar de públicas a cada vez mais privados, mas aumentando a fatia que vem de outras instituições públicas, que não as tradicionais até há pouco, dos governos e multilaterais. (...) ” (Entrevistado 5)

O financiamento é distribuído de acordo com as estratégias políticas traçadas pelos governos e instituições financiadoras multilaterais.

“Quer muitas vezes até, a falar da indefinição política, não só económica e financeira, da ajuda pública ao desenvolvimento, mas em daquilo que são os objetivos que existem ou não e que também condicionam, neste momento, em que estamos numa situação complicada, nomeadamente, em termos dos rearranjos, em termos da fusão dos institutos públicos que têm gerido a cooperação em termos políticos e que introduz aqui alguma, alguma ... insegurança, não é. E alguma imprevisibilidade ... que é preciso sempre ajustar.” (Entrevistado 5)

Também para as organizações que levam a cabo projetos de desenvolvimento mantidos por financiamento privados próprios e que advogam a autossustentabilidade, como forma de trabalho, este tem sido um grande desafio, assumindo que existem projetos que não são concretizados devido aos constrangimentos financeiros.

“ (...) não tem nenhum projeto que não seja autossustentável. Ou seja, a linha de financiamento (...) são os padrinhos da associação (...) Nós candidatamo-nos aos financiamentos públicos, como todas as organizações... até à data ainda não ganhamos nenhum financiamento, portanto não conseguimos, pelo menos para já prever como seria, se o financiamento acabasse ou fosse reduzido... porque nunca conseguimos nenhum financiamento público e agora, cada vez menos, porque os apoios estão a diminuir e estão a cortar nos orçamentos...” (Entrevistado 3)

“ É muito triste ver que há um ou dois projetos que têm muito potencial enorme e que seriam extremamente necessários no terreno, e que não podem ir para a frente porque não há financiamento.” (Entrevistado 3)

Todos referem que o grande desafio passa por conseguir financiamento junto de instituições privadas, as empresas principalmente. Fruto da divulgação e consciencialização destas da sua responsabilidade social para com a sociedade em que se inserem. Todavia, esse tem-se mostrado um desafio dada a associação que é feita ainda entre a cooperação para o desenvolvimento e a suas atividades e um ato de generosidade para com os PVD.

“Podemos conseguir fontes de financiamento autónomas, mas isso é muito difícil...” (Entrevistado 2)

“Numa altura em que está tudo tão complicado, é arranjar formas inventivas de angariações de fundos, porque as ONG dependem disso para sobreviver... E são cada vez mais as associações deste tipo a precisar de apoios e recorremos todas aos mesmos, logo precisamos de ser extremamente inventivos... As organizações não podem desesperar na procura de fundos, mas acima de tudo têm de inovar muito, na comunicação, nas estratégias de divulgação... nos projetos de forma a captar a atenção da sociedade civil e dos financiadores...” (Entrevistado 3)

“Nós trabalhamos cada vez mais com, com... o setor privado também. Mas a verdade é que nós vemos noutros países, (...) há já uma grande diferença na cultura de parceria entre as ONG e por exemplo, as empresas, na promoção de uma postura de responsabilidade social, por exemplo, por parte das empresas, e isso cada vez, mais joga nos modelos de financiamento das ONG... em Portugal isso continua a ser uma dificuldade. Há cada vez mais a consciência daquilo que é um negócio com proporções de responsabilidade social, mas é também uma coisa recente. E portanto, as ONG continuam a ser olhadas, um pouco pelas empresas e pelo setor privado como uns amadores, como a caridadezinha, como pessoas que não são profissionais, que são mais obstáculos para eles, para a sua atividade privada, do que como parceiros. Embora parece-me que as coisas estão a mudar, e isso é muito importante, porque eu acho que são coisas

complementares. Fazemos todos, parte da mesma realidade, e depois temos é especializações diferentes, mas isso tem sido nos últimos anos tem sido visto como dificuldade e que agora, começam a ser vistos como uma oportunidade (...) nesta onda da internacionalização da economia portuguesa, das empresas portuguesas, na presença nesses mercados, a associação a projetos de responsabilidade social, e por essa via, uma aproximação às ONG é uma oportunidade.” (Entrevistado 5)

A estrutura de financiamento e de organização das ONGD em Portugal, enquanto instituições do terceiro setor, baseadas no voluntariado e consideradas pouco profissionais, dificulta a captação de fundos para o desenvolvimento. Para descolar esta imagem, os entrevistados defendem que a crescente profissionalização das ONGD poderia ser a solução. Por um lado, apontam a qualificação e formação específicas dos recursos humanos. Por outro, afirmam que isso contribuiria para o abrandar da rotatividade dos colaboradores. Que como se baseia em voluntários e estagiários é instável e pode provocar algumas ineficiências.

“O amadorismo, com que algumas organizações trabalham, digamos que não são muito profissionais, acho que o caminho tem de ser profissionalizar estas organizações e os seus recursos humanos, onde há alguma rotatividade. Muitas organizações funcionam muito à base de estagiários, de voluntários. E depois, parece-me que há alguma desresponsabilização, porque a pessoa está ali por um ano, e a seguir vem outro... e acabamos por não ser muito profissionais.” (Entrevistado 4)

“Apesar de sermos uma organização pequena temos uma estrutura de recursos humanos relativamente fixa, e mesmo assim quando sai alguém que está no terreno isso sente-se. Muda a forma como nos veem, como nos recebem, enfim... Depois, estas questões são muito importantes, porque têm consequências para todos, porque se uma organização faz alguma asneira

isso tem repercussões, porque todos estão relacionados e associados. Porque tudo é posto no mesmo saco. Se há um problema numa organização, a tendência é fazer com que essa situação seja alerta para todas, porque para a população, elas são iguais. Os problemas acabam por ser de todos, por que o seu impacto é para todos.” (Entrevistado 4)

“A rotatividade nas organizações é por exemplo, também um problema. Porque funciona muito ao nível de voluntários, o que prejudica de certa forma...” (Entrevistado 1)

“Isto é voluntariado... Era importante manter-se uma parte da equipa. Ter uma equipa responsável e estável, durante um período de tempo era o ideal. (...) É a falta de estabilidade orgânica das organizações por questões financeiras que as impede de ter uma equipa estável. (...) ” (Entrevistado 2)

“Outra questão que eu julgo que talvez hoje esteja mais facilitada, mas que continua a ser sempre um ponto sensível, tem a ver com a qualificação das pessoas que trabalham nestas organizações. E o seu conhecimento específico do que é o desenvolvimento, do que é a cooperação... a sua preparação em termos de competências específicas da área. Eu acho que isso é também um desafio grande.” (Entrevistado 5)

“ (...) Tem a ver com isso, olhar se vale a pena ou não vale a pena, que valor estamos a acrescentar à vida das pessoas, naquilo que fazemos. E depois chegamos a conclusão que só podemos melhorar isso se tivermos pessoas com mais competência, se tivermos pessoas com mais conhecimento, pessoas com mais tempo dedicadas, de compromisso, com mais responsabilidade e isso só é possível através da profissionalização. Agora, isto não quer dizer que os voluntários, não sejam importantes. Não. Até porque nem toda a gente pode ser profissional e portanto os voluntários são importantíssimos e continuarão a ser. Mas é importante que haja uma crescente profissionalização, pelo menos de uma parte das equipas destas

organizações. Porque isso mexe, tem influência de facto na qualidade dos serviços prestados e do valor que produzem. (...) ” (Entrevistado 5)

Segundo os entrevistados, as ONGD assumem-se junto das comunidades onde intervêm como uma resposta da sociedade civil, capaz de responder onde o Estado do seu país não consegue responder sozinho.

“Um papel de apoio, de suporte, de iniciativa... não é... de solidariedade (...) É portanto um ato de cidadania... de cidadãos para cidadãos, não é (...) Um conjunto de cidadãos imbuídos de um determinado espírito de solidariedade, de trabalho, não é, em prol do desenvolvimento de uma comunidade e isso é o primeiro cartão de apresentação... ” (Entrevistado 2)

“Nós chegamos onde o estado não chega. Seja o Estado ou seja outra organização, lá a história de que falávamos inicialmente, da duplicação de esforços. Acho que para projetos, seja cá, seja lá, devemos realmente ver oportunidades, que estão ligadas com necessidades. Ver se há alguém que já está a trabalhar em prol dessa necessidade específica, e tentarmos atuar. Tentarmos encontrar o nosso papel no tecido local.” (Entrevistado 4)

Em Portugal, as ONGD assumem também um papel de educação para o desenvolvimento, isto é, sensibilizando, mobilizando a população para o desenvolvimento e para a realidade da vida dos países do Sul; e de advocacia social, participando na construção de estratégias de desenvolvimento nacionais, influenciando a legislação sobre a cooperação para o desenvolvimento, e a dar a compreender a influência que a legislação e decisões nacionais têm domínio sobre as relações e os projetos de cooperação.

“É sensibilizar para as questões do desenvolvimento, portanto em realidades culturais e sociais diferentes. Por exemplo, fez-se um documentário sobre a realidade angolana, que depois foi passado aqui em várias estruturas, escolas essencialmente e comunidades. Foi passado, portanto é um documentário que mostra, que sensibiliza para a realidade do sul.” (Entrevistado 2)

“Isso também tem a ver com a tal mudança da maneira de trabalhar dos projetos para algo que é mais complexo que é, e que procura ter outro alcance que não só o projeto, que é o programa e depois a estratégia e a intervenção ao nível das políticas. Em termos do trabalho de advocacia, que é a maneira como nós podemos aqui influenciar as nossas políticas, de maneira a criar um contexto que seja favorável à cooperação no seu todo. e isso tem sido, pelo menos em Portugal algo bastante recente, que não tem talvez 10 anos. 5 anos assim talvez mais a sério e que é essa reflexão do que podemos nós fazer aqui... porque as pessoas aperceberam-se que as coisas que acontecem aqui condicionam aquilo que acontece lá. Não é só aquilo que se vai fazer lá que condiciona o que lá esta, mas é aquilo que fazemos ou deixamos de fazer aqui que condiciona isto.” (Entrevistado 5)

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“To be part of a movement that seeks to transform the world, and to build social justice, NGOs need to rediscover the values of citizen participation and develop genuine respect for diversity”
(Eade & Ligteringen, 2001: 15)

Ao estudar o desenvolvimento é simples perceber que não se trata de um conceito linear e de consenso generalizado. É um conceito recheado de *nuances* e ressalvas e que fruto das mudanças sociais, políticas, económicas e culturais da sociedade se foi atualizando e modificando, dando novo enfoque ao desenvolvimento, sendo possível hoje em dia, falar-se ao invés de desenvolvimento, em desenvolvimento social, humano, sustentável, económico, local ou comunitário, entre muitos outros. Porém, na génese de todos eles, está a melhoria das condições de vida das suas populações e das gerações futuras e que lhes permita alargar, ao mesmo tempo, o seu leque de escolhas e oportunidades.

Devido há diversidades de perspetivas e correntes existentes em redor dos conceitos em análise, a abordagem utilizada nesta investigação assumiu a diversidade como mais-valia. Um leque de ONGD diverso e distinto permitiu explorar as diferenças e encontrar similitudes na diversidade.

O estudo incidiu sobre as ONGD que desenvolvem ações de cooperação para o desenvolvimento. A escolha destes agentes de desenvolvimento deveu-se, em certa medida, ao facto destas serem instituições desconhecidas da população e por muitas vezes não serem entendidas como organizações promotoras de desenvolvimento, mas sim, como organizações que promovem a caridade e solidariedade para com os mais fragilizados. Cujos projetos desenvolvidos nem sempre respondem às necessidades efetivas das comunidades ou populações.

As ONGD colmatam espaços que os Estados não conseguem ocupar por alguma razão, e que as respostas tradicionais de cooperação não conseguem satisfazer. Ocupam o

espaço entre o mercado e o Estado, através do envolvimento da sociedade civil, visto tratarem-se de cidadãos a preocuparem-se com outros cidadãos em circunstâncias mais adversas. Estes de formas mais ou menos organizadas levam a cabo projetos que permitem criar pequenos campos de desenvolvimento, para que depois esses mesmos possam potenciá-los noutros contextos. Mais do que criar um conjunto de beneficiários dos seus serviços, cabe às ONGD tornar os cidadãos em parceiros fundamentais da sua ação; tornando-os em agentes do seu próprio desenvolvimento.

Contudo, conscientes das limitações da sua intervenção, as ONGD têm presentes as mais-valias que a atuação conjunta com as comunidades pode significar e as mudanças que podem gerar, devido ao poder retrospectivo que os anos de experiência e conhecimento do terreno lhes conferem.

Porém, estão também cientes dos constrangimentos que a sua existência pode reservar, como é o caso dos financiamentos e da indefinição institucional da ajuda pública ao desenvolvimento, fruto da crise económica e financeira que afeta Portugal e o mundo, nos últimos anos. A indefinição da estratégia nacional de cooperação para o desenvolvimento leva a que as ONGD não possam também definir estrategicamente os seus objetivos e projetos de forma congruente, de maneira a que o seu plano estratégico e a agenda de cooperação nacional estejam articulados, respondendo assim às necessidades das comunidades, aos objetivos das ONGD e aos objetivos dos país e ou organização internacional que financiará os projetos.

A atuação das ONGD é pensada e articulada não estando sujeita a vontades repentistas das pessoas que nelas trabalham. As ONGD organizam o planeamento em três níveis de diferentes profundidades, sendo o grau de espectro mais alargado a definição da estratégia em torno da qual a organização define os programas de atuação para um determinado país ou região, sendo o terceiro nível, o projeto. Desta forma, a atuação das ONGD encontra-se devidamente programada e enquadrada.

Contrariamente, ao que se poderia esperar os projetos promovidos pelas ONGD são altamente profissionais, apesar de se tratar de organizações com um número reduzido de colaboradores remunerados, e consequentemente, com um número significativo de colaboradores não-remunerados, voluntários. Todos os projetos desenvolvidos assentam na

gestão de ciclo de projeto tendo, isto é, têm um tempo máximo de vida com objetivos e metas a cumprir, o que exige das ONGD e dos parceiros envolvidos a um rigor suplementar no cumprimento de cronogramas, objetivos, metas e orçamentos.

A presença e a atuação das ONGD, nos territórios de intervenção estabelecem-se com base em parcerias instituídas entre instituições portuguesas e instituições locais, que servem de base à construção de projetos participativos e que envolvem a população local.

Mais do que um projeto que reflita a visão portuguesa e europeizada do que devem ser as sociedades dos PVD, pretende-se que sejam as comunidades a gerar o seu próprio desenvolvimento e procurem a sua própria capacitação, mobilizando-se para isso e envolvendo-se no projeto e construindo ferramentas para que possam ser eles implementadores de novos projetos. Nesse momento o papel das ONGD passa a ser de suporte da cooperação, e não um pilar fundamental da implementação, quebrando assim as lógicas de dependência que poderiam surgir, ao longo do processo.

Esta articulação de esforços de maneira conjunta e concertada permite uma atuação mais precisa, eficiente e eficaz na gestão dos recursos financeiros, bem como na articulação de recursos materiais e humanos disponíveis.

Outra das limitações existentes e que afeta a credibilidade e consequentemente a obtenção de financiamento privado pelas ONGD deve-se à sua conotação de organização amadora, voluntária e de *know-how* limitado. Esta imagem revela-se parcialmente verdadeira. Se por um lado, estas são organizações com recursos humanos escassos e dependem de trabalho voluntário, em menor ou maior escala de acordo com a seu tipo e estrutura. Também é verdade, que o trabalho levado a cabo assenta na seriedade e profissionalismo das ONGD, dos parceiros e dos próprios projetos, apesar das restrições.

Porém, esta é de facto uma limitação importante à atividade das ONGD, que devido à sua estrutura e ao caráter da sua atividade não conseguem garantir um conjunto de recursos humanos, estável e comprometido totalmente, devido às implicações financeiras que isso acarretaria para si. Estas são organizações não-governamentais e sem fins lucrativos contudo, a manutenção de uma estrutura e infraestrutura deste nível, envolve gastos; sendo para isso fundamental que as ONGD desenvolvam atividades rentáveis que

asseguem o seu normal funcionamento e que lhes permitam garantir a sua continuidade de forma estável.

A profissionalização das ONGD conduziria a uma gestão mais eficaz e própria dos recursos e a uma reflexão e apropriação dos projetos que através de colaboradores sem dedicação a tempo integral não seria conseguida. Outra implicação passa pela afirmação das ONGD como instituições de confiança e de profissionalismo, capazes de conceber, implementar e executar um projeto, conferindo estabilidade e continuidade do *modus operandi* da organização.

Esta análise assume um carácter exploratório como, anteriormente, referi. Todavia, esta é uma área de interesse, tanto pelas suas características, como pela crescente dimensão e importância que tem assumido nos últimos anos as ONGD em Portugal, na Europa e no mundo.

As ONGD encerram um domínio de enorme diversidade em experiências, realidades, práticas e organizações, que permanecem inexplorados. Poderá ser esta a justificação para a dificuldade de abertura das organizações da sociedade civil à investigação científica. Apesar dos avanços continua a ser um desafio despertar as ONGD, neste caso específico, para a necessidade e para os benefícios que a investigação científica traz ao conhecimento e reflexão do meio. O pensar em si e no seu funcionamento permite o repensar da sua atuação de forma perspetiva e prospetiva, com o olhar presente no futuro.

Esta investigação cresceu em volta das ONGD enquanto agentes de desenvolvimento, com especial enfoque na lógica de cooperação internacional; compreendendo as dinâmicas presentes em torno da cooperação para o desenvolvimento no plano nacional e europeu; da economia social como moldura teórico prática da atividade; da necessidade fulcral do planeamento e da aplicabilidade da gestão de ciclo de projeto, entre outros. Tendo em conta a realidade de uma investigação com estes moldes existem uma série de questões que se levantam e para as quais não se encontram aqui respostas, servindo de mote a aprofundamentos ou inquietações teóricas novas, como por exemplo:

1) Qual a relação entre a sociedade civil e as ONGD? Se se tratam de organizações que emanam da sociedade, qual o seu real envolvimento na sua atividade? Sente-se a sociedade civil retratada pelo trabalho desenvolvido pelas ONGD?

2) O sistema de ajuda ao desenvolvimento coaduna-se com a realidade de trabalho dos agentes de desenvolvimento, de entre eles as ONGD em particular?

3) O financiamento, que caminho? Público ou Privado? Há capacidade para que o financiamento privado substitua o financiamento público?

4) Qual o impacto do trabalho das ONGD junto das comunidades onde atuam? Desenvolvimento ou Dependência?

Algumas das questões que se levantam com a conclusão deste projeto não são certamente recentes na discussão científica. Contudo, esta é uma área com muito por explorar em Portugal, sendo certamente do interesse de todos aumentar o conhecimento e divulgação deste domínio. Estas pretendem ser interrogações que lancem investigações, que despertem a curiosidade (sociológica) e o engenho e que permitam alcançar novas respostas.

BIBLIOGRAFIA

ALBAREDA, A. (2004) – *El papel de las ONGD en el desarrollo*. La Palabra Empeñada - Los objetivos 2015 y la lucha contra la pobreza. Acedido em Setembro 22, 2011, em www.2015ymas.org/?rubrique23&entidad=textos&id=3336.

ALVES, M. I. P. (1996). *As ONG na Política Comunitária de Cooperação para o Desenvolvimento*. Lisboa: CIDAC.

ANDRADE, M. C. & FRANCO, R.C. (2007). *Economia do Conhecimento Organizações sem fins lucrativos*. Porto. Sociedade Portuguesa de Inovação.

BARTOLI, H. (2003). *Repensar o desenvolvimento*. Lisboa: Instituto Piaget.

BONI, V. & QUARESMA, S. J. (2005). *Aprendendo a Entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais*. Revista Eletrônica dos Pós- Graduandos em Sociologia Política da UFSC, vol.2, 1, 68 – 80. Acedido em Outubro 28, 2011, em <http://www.emtese.ufsc.br>

BRIGNANI, B.; RAMOS, R. & VILDER, D. (2000). *Mochila Pedagógica| T-Kits nº3 – Gestão de Projectos*. Acedido em Maio 12, 2012, em <http://www.plataformaongd.pt/conteudos/documentacao/documentos/centrodocumentacao/1018/Ciclo%20Projecto/Gestao%20ciclo%20de%20projecto.pdf>

CATTANI, A.D.; LAVILLE, J-L.; GAIGER, L.I. e HESPANHA, P. (2009). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina.

CHIZZOTTI, A. (2003). *A pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: Evolução e Desafios*. Revista Portuguesa de Educação – Universidade do Minho, 22, 221-236.

COMISSÃO EUROPEIA (2000) - *A COMISSÃO E AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS: O REFORÇO DA PARCERIA*. Disponível em http://ec.europa.eu/transparency/civil_society/ngo/docs/communication_pt.pdf

COMISSÃO EUROPEIA (2004). *Aid Delivery Method: Project Cycle Management Guidelines*. Disponível em http://ec.europa.eu/europeaid/multimedia/publications/documents/tools/europeaid_admin_guidelines_2004_en.pdf

COMITÉ DE LIAISON ONGD-UE (n.d.). *Carta das ONGD Europeia: Princípios Básicos de Desenvolvimento e de Ajuda humanitária das ONGD da União Europeia*. Acedido em Março 13, 2012, em http://www.plataformaongd.pt/conteudos/File/Plataforma/Carta_das_ONGD_europeias.pdf

DALLABRIDA, V.R.; SIEDENBERG, D.R. & FERNÁNDEZ V. R. (2004). *Desenvolvimento a Partir da Perspetiva Territorial*. Desenvolvimento em Questão. Acedido em Junho 1, 2012, em <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/97/54>

Decreto-Lei n.º120/2007 de 27 de Abril. Diário da República n.º237 – I série A. Assembleia da República. Lisboa.

Decreto-Lei n.º74/99 de 16 de Março. Diário da República n.º24 - I série A. Assembleia da República. Lisboa.

EADE, D. (ed). (2000). *Development, NGOs, and Civil Society*. Oxfam. Acedido em Outubro 11, 2011, em <http://www.developmentinpractice.org/sites/developmentinpractice.org/files/Development,NGOs%20and%20Civil%20Society.pdf>

EADE, D. & LIGTERINGEN, E. (ed). (2001). *Debating Development: NGOs and the future*. Oxfam. Acedido em Outubro 11, 2011, em <http://www.developmentinpractice.org/sites/developmentinpractice.org/files/Debating%20Dev%20text.pdf>

ENRIQUÉZ, M. A. (2010). *Trajetórias do desenvolvimento: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Editora Garamond.

ETULAIN; J.L.I. & González, J. J. C. (2004). *Las organizaciones de ayuda humanitaria y de cooperación al desarrollo. Cultura e identidad de las ONGD*. Revista Española de Investigaciones Sociológicas, 105, 195 – 216. [consult. a 3 – Set] Disponível em: <http://www.reis.metapress.com/content/1jt071r3q053xw65/>

FRANCO, R. C. (2004). *Controvérsia em torno de uma definição para o terceiro Setor: A definição estrutural-operacional da John Hopkins vs a noção de economia social*. VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. CES. Coimbra

FRANCO, R. C. (2005). *Defining the Nonprofit Sector: Portugal*. Working Paper number 43, Institute for Policy Studies, Johns Hopkins University.

FRANCO, R. C. (2008). *O sector não lucrativo português numa perspectiva comparada*. Nova Iorque: Johns Hopkins University.

GOMM, R.; HAMMERSLEY, M. & FOSTER, P. (2000). *Case Study Method*. Califórnia: Sage Publications.

GUBRIUM, J. F. & HOLSTEIN, J. A. (2002). *Handbook of Interview Research – Context & Method*. Califórnia: Sage Publications.

GUERRA, I. C. (2000). *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção – O planeamento em Ciências Sociais*. Cascais: Principia Publicações Universitárias e Científicas.

INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP. (2010). *Open Budgets. Transform Lives. The Open Budget Survey 2010*. Acedido em Junho, 5, 2012 em <http://tinyurl.com/4fpahsh>

INSTITUTO PORTUGUÊS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO - IPAD. (2006). *Linhas de Orientação para os Programas Indicativos de Cooperação (PIC) 2007-2009*. Acedido em Setembro 30, 2011, em www.ipad.mne.gov.pt/CentroRecursos/Documentacao/ProgramaIndicativoCooperacao/Documents/linhas%20orientacao%20pic.pdf

INSTITUTO PORTUGUÊS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO - IPAD (n. d.). *Glossário da Cooperação*. Acedido em Setembro 30, 2011, em www.plataformaongd.pt/conteudos/documentacao/documentos/centrodocumentacao/500/IPAD/GlossáriodaCooperação.pdf

JANEIRA, A. L. (1972). *A técnica de análise de conteúdo nas ciências sociais: natureza e aplicações*. In *Análise Social*, Vol. IX (2.º), 1972 (n.º 34), pp. 370-399

Lei n.º66/98 de 14 de Outubro. Diário da República n.º237 – I Série A. Assembleia da República. Lisboa.

Lei n.º13/2004 de 14 de Abril. Diário da República n.º88 - I Série A. Assembleia da República. Lisboa.

LEWIS, D. & KANJI, N. (2009). *Non-Governmental Organizations and Development*. Acedido em Fevereiro 5, 2012, em <http://personal.lse.ac.uk/lewisd/images/NonGovernmental%20Organizations%20and%20Development%20vouchers.pdf>

LEWIS, D. (2009). *Non-governmental organizations*. Acedido em Fevereiro 5, 2012, em <http://personal.lse.ac.uk/lewisd/images/EncylCiv%20SocietyNGOs2009-DL.pdf>

MARSHALL, C. & ROSSMAN, G. B. (1990). *Designing Qualitative Research*. Califórnia: Sage Publications.

MILANDO, J. (2005). *Cooperação sem desenvolvimento*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

NASSER, R. M. (2009). *Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões*. São Paulo: Editora UNESP.

NASSER, R. M. (2010). *Novas perspectivas sobre os conflitos internacionais*. São Paulo: Editora UNESP.

NASSER, R. M. (2010). *Os arquitetos da política externa norte americana*. São Paulo: Editora UNESP.

NELSON, P. (2000). *Heroism and ambiguity: NGO advocacy in international policy*. *Development in Practice*, 10, 478 – 490. Acedido em Outubro 12, 2011, em <http://www.jstor.org/stable/4029574>

OCDE, AFRICAN DEVELOPMENT BANK (2009). *Perspectivas Económicas na África*.

OLIVEIRA, A. & PROENÇA, F. (coord). (2011). *Portugal e África: Melhor Cooperação, Melhor Desenvolvimento*. Acedido em Março 10, 2012, em http://www.acep.pt/portals/0/BlogueMelhorCoop/MCMD_versao%20Online.pdf

ONU, DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS E SOCIAIS. (2010) – *World Economic and Social Survey 2010: A reestruturação do Desenvolvimento Mundial*. Acedido em Fevereiro 15, 2012, em http://www.unric.org/html/portuguese/pdf/2010/WESS_Versao_UNRIC.pdf

OPEN FORUM FOR CSO DEVELOPMENTE EFFECTIVENESS (n. d.). *Princípios de Istambul sobre a Eficácia da contribuição das OSCs ao Desenvolvimento*. Acedido em Maio 20, 2012 em http://www.cso-effectiveness.org/IMG/pdf/principios_de_istambul_portuguese.pdf

PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD. (2011). *A Eficácia da Ajuda e do Desenvolvimento*. Lisboa: Plataforma Portuguesa das ONGD.

PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD. (2012). *Guia das ONGD 2012*. Lisboa: Plataforma Portuguesa das ONGD.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. (2010). *A verdadeira riqueza das nações: Vias para o desenvolvimento Humano*. Acedido em Fevereiro 15, 2012, em http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Contents_reprint.pdf

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. (2012). *The Millenium Development Goals Report 2012*. Acedido em Junho 27, 2012, em http://www.undp.org/content/dam/undp/library/MDG/english/The_MDG_Report_2012.pdf

PUREZA, J. M. (1999). *O príncipe e o pobre: o estudo das Relações Internacionais entre a tradição e a reinvenção*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 52/53, 363 – 376. Acedido em Setembro 2, 201, em <http://www.hdl.handle.net/10316/11573>.

PUREZA, J. M. (2001). *Quem salvou Timor – Leste? Novas referências para o Internacionalismo solidário*. Oficina do CES, 164. Acedido em Setembro 2, 2011, em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/164.pdf>.

PUREZA, J. M. & CRAVO, T. (2005). *Margem crítica e legitimação nos Estudos para a Paz*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 71, 5 – 19. Acedido em Setembro 2, 2011 em <http://hdl.handle.net/10316/13038>.

PUREZA, J. M.; SIMÕES, M. F.; JOSÉ, A. C. & MARCELINO, C. (2007). *As novas operações de Paz das Nações Unidas. Os casos de Angola, Timor Leste e Moçambique*. Oficina do CES, 290. Acedido em Setembro 2, 2011, em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/290.pdf>.

REBOLA, E. (2004). *Funcionamento e sustentabilidade das organizações não-governamentais para o desenvolvimento, em Portugal*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal. Acedido em Março 23, 2012, em <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/607/1/tese%20definitivo%2002-12-04%20Elisabete%20Rebola.pdf>

REIMANN, K. D. (2006). *A view from the Top: International Politics, Norms and the wide Growth of NGO'S*. International Studies Quaterly, 50, 45- 67.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 196/2005 – *Visão estratégica para Cooperação Portuguesa*. Diário Da República nº 244 - I Série-B.

RIBEIRO, M. & MARQUES, S. (2002). *Uma leitura das ONGD portuguesas no início do século XXI: trajetória e dinâmicas*. Lusotopic, 1, 131 – 143. Acedido em Outubro 17, 2011, em www.plataformaongd.pt/conteudos/documentacao/documentos/centrodocumentacao/1018/UmaLeituradasONGDPortuguesasnoinicioSecXXI.pdf

ROQUE AMARO, R. (2003). *Desenvolvimento: conceito ultrapassado ou em renovação? – Da teoria à prática e da prática à teoria*. Caderno de Estudos Africanos, nº4, Janeiro/Julho. Acedido em Janeiro 12, 2012, em <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/3186>

SEN, A. (2003). *O desenvolvimento como liberdade*. Lisboa: Gradiva.

SERRANO, G.P. (2008). *Elaboração de Projetos Sociais: Casos práticos*. Porto: Porto Editora

TAVARES, A. (1990). *Métodos e Técnicas de Planeamento em Saúde*. Lisboa: Edição do Ministério da Saúde, Departamento de Recursos Humanos da Saúde e Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional.

TEEGAN, H.; DOH, J. P. & VACHANI, S. (2004). *The importance of nongovernmental organizations (NGOs) in global governance and value creation: an international business research agenda*. Journal of International Business Studies, 35, 463 – 483. Acedido em Outubro 12, 2011, em <http://www.jstor.org/stable/3875234>.

UNITED NATIONS RESEARCH INSTITUTE FOR SOCIAL DEVELOPMENT - UNRISD. (2000). *Civil Society, NGOs and Social Development: Changing the Rules of the Game*. Acedido em Janeiro 13, 2012, em [http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/httpNetITFramePDF?ReadForm&parentunid=F553495F06F98DCE80256B5E005C9DDC&parentdoctype=paper&netitpath=80256B3C005BCCF9/%28httpAuxPages%29/F553495F06F98DCE80256B5E005C9DDC/\\$file/fo wler.pdf](http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/httpNetITFramePDF?ReadForm&parentunid=F553495F06F98DCE80256B5E005C9DDC&parentdoctype=paper&netitpath=80256B3C005BCCF9/%28httpAuxPages%29/F553495F06F98DCE80256B5E005C9DDC/$file/fo wler.pdf)

WILLIAMS, M. (2003). *Making sense of social research*. Califórnia: Sage Publications.

ANEXOS

ANEXO I - Lei das ONGD

Lei n.º 66/98 de 14 de Outubro

Aprova o estatuto das organizações não-governamentais de cooperação para o desenvolvimento

A Assembleia da República decreta, nos termos dos artigos 161.º, alínea c), 166.º, n.º 3, e do artigo 112.º, n.º 5, da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

Artigo 1.º Objeto

O presente diploma define o estatuto das organizações não-governamentais de cooperação para o desenvolvimento, adiante designadas por ONGD.

Artigo 2.º Âmbito

Não se regem pelo presente diploma as ONGD que prossigam fins lucrativos, políticos, sindicais ou religiosos ou que, independentemente da sua natureza, desenvolvam atividades de cooperação militar.

Artigo 3.º Natureza jurídica

As ONGD são pessoas colectivas de direito privado, sem fins lucrativos.

Artigo 4.º Composição

As ONGD são constituídas por pessoas singulares ou coletivas de direito privado, com sede em Portugal.

Artigo 5.º

Constituição

As ONGD constituem-se e adquirem personalidade jurídica nos termos da lei geral.

Artigo 6.º

Objectivos

1 - São objetivos das ONGD a conceção, a execução e o apoio a programas e projetos de cariz social, cultural, ambiental, cívico e económico, designadamente através de ações nos países em vias de desenvolvimento:

- a) De cooperação para o desenvolvimento;
- b) De assistência humanitária;
- c) De ajuda de emergência;
- d) De proteção e promoção dos direitos humanos.

2 - São ainda objetivos das ONGD a sensibilização da opinião pública para a necessidade de um relacionamento cada vez mais empenhado com os países em vias de desenvolvimento, bem como a divulgação das suas realidades.

3 - As ONGD, conscientes de que a educação é um fator imprescindível para o desenvolvimento integral das sociedades e para a existência e o reforço da paz, assumem a promoção desse objetivo como uma dimensão fundamental da sua atividade.

4 - As ONGD desenvolvem as suas atividades no respeito pela Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Artigo 7.º

Registo

Consideram-se abrangidas pelo presente diploma as ONGD que, para além de respeitarem o estipulado nos artigos anteriores, procedam ao seu registo junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em que se incluam os seguintes elementos:

- a) Atos constitutivos;
- b) Estatutos;
- c) Plano de atividades para o ano em curso;
- d) Meios de financiamento.

Artigo 8.º

Reconhecimento

1 - O reconhecimento do estatuto de ONGD faz-se por um período de dois anos, após análise dos documentos mencionados no número anterior, podendo o mesmo ser negado ou a sua atribuição ser revogada se, nos termos do artigo 16.º, se verificar alguma irregularidade.

2 - Para a decisão do reconhecimento do estatuto de ONGD, o Ministério dos Negócios Estrangeiros poderá solicitar um parecer não vinculativo, a emitir pelas plataformas nacionais das ONGD.

3 - O reconhecimento do estatuto, referido no n.º 1, deve ser comunicado aos interessados nos 30 dias seguintes à receção de todos os documentos referidos no artigo anterior.

Artigo 9.º

Áreas de intervenção

As áreas de intervenção das ONGD são, nomeadamente:

- a) Ensino, educação e cultura;
- b) Assistência científica e técnica;
- c) Saúde, incluindo assistência médica, medicamentosa e alimentar;
- d) Emprego e formação profissional;
- e) Proteção e defesa do meio ambiente;
- f) Integração social e comunitária;
- g) Desenvolvimento rural;
- h) Reforço da sociedade civil, através do apoio a associações congéneres e associações de base nos países em vias de desenvolvimento;
- i) Educação para o desenvolvimento, designadamente através da divulgação das realidades dos países em vias de desenvolvimento junto da opinião pública.

Artigo 10.º

Estatuto dos dirigentes das ONGD

Os dirigentes das ONGD gozam dos direitos consagrados nas alíneas seguintes:

- a) Para o exercício das funções referidas no número anterior, os dirigentes das ONGD que sejam trabalhadores por conta de outrem têm direito a usufruir de um horário de trabalho flexível, em termos a acordar com a entidade patronal, sempre que a natureza da respetiva atividade laboral o permita;
- b) As faltas dadas por motivos de comparência em reuniões em que os dirigentes exerçam representação ou com órgãos de soberania são consideradas justificadas, para todos os efeitos legais, até ao máximo de 10 dias de trabalho por ano e não implicam a perda das remunerações e regalias devidas;
- c) Os dirigentes das ONGD que sejam estudantes gozam das prerrogativas idênticas às previstas no Decreto-Lei n.º 152/91, de 23 de Abril, com as necessárias adaptações.

Artigo 11.º

Ligação ao Estado

- 1 - O Estado apoia e valoriza o contributo das ONGD nas relações e práticas de cooperação com os países em vias de desenvolvimento.
- 2 - O Estado considera que o seu relacionamento com as ONGD se deve fazer, nomeadamente, através de contratos quadro.
- 3 - O Estado pode ainda apoiar as ONGD através de ajuda técnica ou financeira a programas e projetos desenvolvidos por estas, desde que compreendidos nos artigos 6.º e 9.º do presente diploma, mesmo quando as ONGD em questão não sejam subscritoras dos contratos quadro referidos no número anterior.
- 4 - O Estado pode solicitar a intervenção técnica das ONGD em programas concebidos e executados, no todo ou em parte, por organismos públicos de cooperação e desenvolvimento.
- 5 - O apoio do Estado não pode constituir limitação ao direito de livre atuação das ONGD.
- 6 - O direito de participação das ONGD na definição das políticas nacionais e internacionais de cooperação exerce-se através da sua representação nas instâncias consultivas com competência na área da cooperação.
- 7 - Fora do território nacional, as representações diplomáticas portuguesas são o interlocutor institucional representativo do Estado, para efeitos do relacionamento com as ONGD.

Artigo 12.º

Utilidade pública

As ONGD registadas nos termos do presente diploma adquirem automaticamente a natureza de pessoas coletivas de utilidade pública, com dispensa do registo e demais obrigações previstas no Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, sem prejuízo do disposto no artigo 12.º do referido diploma.

Artigo 13.º

Mecenato para a cooperação

Aos donativos em dinheiro ou em espécie concedidos às ONGD e que se destinem a financiar projetos de interesse público, previamente reconhecidos como tal pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, será aplicável, sem acumulação, o regime do mecenato cultural previsto nos Códigos do IRS e do IRC.

Artigo 14.º

Isenção de emolumentos

As ONGD estão isentas do pagamento dos emolumentos notariais devidos pelas respetivas escrituras de constituição ou de alteração dos estatutos.

Artigo 15.º

Fiscalidade

1 - As ONGD têm direito às isenções fiscais atribuídas pela lei às pessoas coletivas de utilidade pública.

2 - Nas transmissões de bens e na prestação de serviços que efetuem, as ONGD beneficiam das isenções de IVA previstas para os organismos sem fins lucrativos.

3 - As ONGD beneficiam das regalias previstas no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro.

Artigo 16.º

Fiscalização

Os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e das Finanças, bem como os demais ministérios no âmbito da respetiva competência sectorial, poderão ordenar a realização de inquéritos,

sindicâncias e inspeções às ONGD que tenham solicitado a sua inscrição, ou estejam inscritas no Ministério dos Negócios Estrangeiros, ao abrigo do presente diploma.

Artigo 17.º

Representação

1 - As ONGD abrangidas pelo disposto no presente diploma podem associar-se em plataformas, o que, todavia, não limita a intervenção autónoma das organizações na prossecução dos seus fins.

2 - As plataformas nacionais participadas por representantes de ONGD abrangidas pelo presente diploma serão representadas nos órgãos consultivos da cooperação oficial portuguesa pelas respetivas direções.

Artigo 18.º

Disposições transitórias

1 - Para efeitos do estipulado no presente diploma e para que possam pelo mesmo ser abrangidas, as ONGD devem proceder em conformidade com o artigo 7.º, dispondo para tal de um prazo de 60 dias a contar da data de entrada em vigor do presente diploma, independentemente de registos anteriores.

2 - As ONGD que não cumpram o disposto no número anterior deixam de ser consideradas ONGD para efeitos de aplicação do presente diploma.

Artigo 19.º

Norma revogatória

É revogada a Lei n.º 19/94, de 24 de Maio.

Aprovada em 29 de Junho de 1998.

O Presidente da Assembleia da República, António de Almeida Santos.

Promulgada em 24 de Setembro de 1998.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendada em 30 de Setembro de 1998.

O Primeiro-Ministro, António Manuel de Oliveira Guterres.

ANEXO II – Estatuto do Mecenato

A LEI DO MECENATO

Decreto-Lei N.º 74/99

Pelo artigo 43.º, n.º 11, da Lei do Orçamento do Estado para 1998 (Lei n.º 127-B/97, de 20 de Dezembro) foi o Governo autorizado, no quadro da definição do Estatuto do Mecenato, a proceder à reformulação integrada dos vários tipos de donativos efetuados ao abrigo dos mecenatos, nomeadamente os de natureza social, cultural, ambiental, científica e desportiva, no sentido da sua tendencial harmonização.

Nos termos da mesma disposição, a definição do Estatuto do Mecenato deve realizar-se com vista à definição dos objetivos, da coerência, da graduação e das condições de atribuição e controlo dos donativos, bem como à criação de um regime claro e incentivador, com unidade e adequada ponderação da sua relevância, e à definição da modalidade do incentivo fiscal, em sede de IRS e de IRC, que melhor sirva os objetivos de eficiência e equidade fiscal.

Foi nesse enquadramento que se procedeu à elaboração do Estatuto do Mecenato.

Mantém-se, no essencial, o atual regime dos donativos ao Estado e às outras entidades referidas no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e, autonomiza-se o regime do mecenato desportivo, do mecenato científico e do mecenato educacional, sendo certo que algumas das situações neles agora incluídas se encontravam já previstas no âmbito do mecenato social e cultural.

Na hierarquização relativa aos benefícios opta-se por atribuir preponderância ao mecenato social e, finalmente, no âmbito do IRS, admitem-se como beneficiários dos donativos as mesmas entidades consideradas em sede de IRC.

O presente diploma insere-se no âmbito da revisão geral dos atuais benefícios e incentivos fiscais constante do ponto 12.º e na previsão da alínea r) do n.º 2 do ponto 14.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/97, de 14 de Julho.

Assim:

No uso da autorização legislativa concedida pelo n.º 11 do artigo 43.º da Lei n.º 127-B/97, de 20 de Dezembro, e nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta, para valer como lei geral da República, o seguinte:

Artigo 1.º

Aprovação do Estatuto do Mecenato

1 - É aprovado o Estatuto do Mecenato, anexo a este decreto-lei e dele fazendo parte integrante.

2 - Para os efeitos do disposto no presente diploma, apenas têm relevância fiscal os donativos em dinheiro ou em espécie concedidos sem contrapartidas que configurem obrigações de carácter pecuniário ou comercial às entidades públicas ou privadas nele previstas, cuja atividade consista predominantemente na realização de iniciativas nas áreas social, cultural, ambiental, científica ou tecnológica, desportiva e educacional.

3 - Os benefícios fiscais previstos no presente diploma, com exceção dos referidos no artigo 1.º do Estatuto e dos respeitantes aos donativos concedidos às pessoas coletivas dotadas de estatuto de utilidade pública às quais tenha sido reconhecida a isenção de IRC nos termos do artigo 9.º do respetivo Código, dependem de reconhecimento, a efetuar por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da tutela.

4 - A exceção efetuada no número anterior não prejudica o reconhecimento do benefício, nas situações previstas no n.º 2 do artigo 2.º e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Estatuto.

Artigo 2.º

Norma revogatória

1 - São revogados o artigo 56.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro, e os artigos 39.º, 39.º-A e 40.º o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro.

2 - As remissões efetuadas no n.º 5 do artigo 4.º da Lei n.º 56/98, de 18 de Agosto, para o artigo 56.º do Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Singulares e para o artigo

40º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas passam a ser efetuadas, respetivamente, para os artigos 5.º e 3.º do Estatuto do Mecenato.»

Artigo 3.º

Entrada em vigor

O presente diploma produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1999, ficando salvaguardados os efeitos plurianuais de reconhecimentos anteriormente realizados.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 30 de Dezembro de 1998. - António Manuel de Oliveira Guterres - António Luciano Pacheco de Sousa Franco - Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho - Eduardo Carrega Marçal Grilo - Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues - Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira - Manuel Maria Ferreira Carrilho - José Mariano Rebelo Pires Gago - José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

Promulgado em 18 de Fevereiro de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, Jorge Sampaio.

Referendado em 4 de Março de 1999.

O Primeiro-Ministro, António Manuel de Oliveira Guterres.

ESTATUTO DO MECENATO

CAPÍTULO I

Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas

Artigo 1.º

Donativos ao Estado e a outras entidades

1 - São considerados custos ou perdas do exercício, na sua totalidade, os donativos concedidos às seguintes entidades:

- a) Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais e qualquer dos seus serviços, estabelecimentos e organismos, ainda que personalizados;
- b) Associações de municípios e de freguesias;
- c) Fundações em que o Estado, as Regiões Autónomas ou as autarquias locais participem no património inicial;
- d) Fundações de iniciativa exclusivamente privada que prossigam fins de natureza predominantemente social ou cultural, relativamente à sua dotação inicial.

2 - Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 1.º do presente diploma, estão sujeitos a reconhecimento, a efetuar por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da tutela, os donativos concedidos a fundações em que a participação do Estado, das Regiões Autónomas ou das autarquias locais seja inferior a 50% do seu património inicial e, bem assim, às fundações de iniciativa exclusivamente privada desde que prossigam fins de natureza predominantemente social ou cultural e os respetivos estatutos prevejam que, no caso de extinção, os bens revertam para o Estado ou, em alternativa, sejam cedidos às entidades abrangidas pelo artigo 9.º do Código do IRC.

3 - Os donativos referidos nos números anteriores são considerados custos em valor correspondente a 140% do respetivo total quando se destinarem exclusivamente à prossecução de fins de carácter social, a 120 % se destinados exclusivamente a fins de carácter cultural, ambiental, científico ou tecnológico, desportivo e educacional ou a 130% quando atribuídos ao abrigo de contratos plurianuais celebrados para fins específicos que fixem os objetivos a prosseguir pelas entidades beneficiárias e os montantes a atribuir pelos sujeitos passivos.

4 - São considerados custos ou perdas do exercício as importâncias suportadas com a aquisição de obras de arte que venham a ser doadas ao Estado Português, nos termos e condições a definir por decreto-lei.

Artigo 2.º

Mecenato social

1 - São considerados custos ou perdas do exercício, até ao limite de 8/1000 do volume de vendas ou dos serviços prestados, os donativos atribuídos às seguintes entidades:

- a) Instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas legalmente equiparadas;
- b) Pessoas coletivas de utilidade pública administrativa e de mera utilidade pública que prossigam fins de caridade, assistência, beneficência e solidariedade social e cooperativas de solidariedade social;
- c) Centros de cultura e desporto organizados nos termos dos estatutos do Instituto Nacional de Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores (INATEL), desde que destinados ao desenvolvimento de atividades de natureza social do âmbito daquelas entidades.
- d) Organizações não-governamentais ou outras entidades promotoras de iniciativas de auxílio a populações carecidas de ajuda humanitária em consequência de catástrofes naturais ou de outras situações de calamidade, reconhecidas pelo Estado Português, mediante despacho conjunto dos Ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros.

2 - O limite previsto no número anterior não é aplicável aos donativos atribuídos às entidades nele referidas para a realização de atividades ou programas que sejam considerados de superior interesse social.

3 - Os donativos referidos nos números anteriores são levados a custos em valor correspondente a 130% do respetivo total ou a 140% no caso de se destinarem a custear as seguintes medidas:

- a) Apoio à infância ou à terceira idade;
- b) Apoio e tratamento de toxicodependentes ou de doentes com sida, com cancro ou diabéticos;
- c) Promoção de iniciativas dirigidas à criação de oportunidades de trabalho e de reinserção social de pessoas, famílias ou grupos em situações de exclusão ou risco de exclusão social, designadamente no âmbito do rendimento mínimo garantido, de programas de luta contra a pobreza ou de programas e medidas adaptadas no contexto do mercado social de emprego.

Artigo 3.º

Mecenato cultural, ambiental, científico ou tecnológico, desportivo e educacional

1 - São considerados os custos ou perdas do exercício, até ao limite de 6/1000 do volume de vendas ou dos serviços prestados, os donativos atribuídos às seguintes entidades:

- a) Cooperativas culturais, institutos, fundações e associações que prossigam atividades de investigação, de cultura e de defesa do património histórico-cultural e outras entidades que desenvolvam ações no âmbito do teatro, do bailado, da música, da organização de festivais e outras manifestações artísticas e da produção cinematográfica, audiovisual e literária;
- b) Museus, bibliotecas e arquivos históricos e documentais;
- c) Organizações não-governamentais de ambiente (ONGA);
- d) Instituições que se dediquem à atividade científica ou tecnológica;
- e) Mediatecas, centros de divulgação, escolas e órgãos de comunicação social que se dediquem à promoção da cultura científica e tecnológica;
- f) Comité Olímpico de Portugal, Confederação do Desporto de Portugal, as pessoas coletivas titulares do estatuto de utilidade pública desportiva, as associações promotoras do desporto e as associações dotadas do estatuto de utilidade pública que tenham como objeto o fomento e a prática de atividades desportivas, com exceção das secções participantes em competições desportivas de natureza profissional;
- g) Centros de cultura e desporto organizados nos termos dos Estatutos do Instituto Nacional de Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores (INATEL), com exceção dos donativos abrangidos pela alínea c) do n.º 1 do artigo anterior;
- h) Estabelecimentos de ensino, escolas profissionais, escolas artísticas e jardins-de-infância legalmente reconhecidos pelo Ministério da Educação;
- i) Instituições responsáveis pela organização de feiras universais ou mundiais, nos termos a definir por resolução do Conselho de Ministros.

2 - O limite previsto no número anterior não é aplicável aos donativos atribuídos às entidades nele referidas para a realização de atividades ou programas que sejam considerados de superior interesse cultural, ambiental, científico ou tecnológico, desportivo e educacional.

3 - Os donativos previstos nos números anteriores são levados a custos em valor correspondente a 120% do respetivo total ou a 130% quando atribuídos ao abrigo de contratos plurianuais celebrados para fins específicos que fixem os objetivos a prosseguir pelas entidades beneficiárias e os montantes a atribuir pelos sujeitos passivos.

Artigo 3.-A

Mecenato para a sociedade de informação

1 - São considerados custos ou perdas do exercício, até ao limite de 8/1000 do volume de vendas ou de serviços prestados, em valor correspondente a 130% para efeitos de IRC e das categorias C e D do IRS, os donativos de equipamento informático, programas de computadores, formação e consultoria na área da informática, concedidos às entidades referidas nos artigos 1.º e 2.º e nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto do Mecenato.

2 - O limite previsto no número anterior não é aplicável aos donativos atribuídos às entidades nele referidas para a realização de atividades ou programas que sejam considerados de superior interesse educacional e vocacional.

3 - Os donativos previstos nos números anteriores são elevados a custos em valor correspondente a 140% quando atribuídos ao abrigo de contratos plurianuais que fixem objetivos a atingir pelas entidades beneficiárias e os bens e serviços a atribuir pelos sujeitos passivos.

Artigo 4.º

Donativos a organismos associativos

São considerados custos ou perdas do exercício, até ao limite de 1/1000 do volume de vendas ou dos serviços prestados no exercício da atividade comercial, industrial ou agrícola, as importâncias atribuídas pelos associados aos respetivos organismos associativos a que pertençam, com vista à satisfação dos seus fins estatutários.

Artigo 4.º-A

Valor dos bens doados

No caso de doação de bens em estado de uso, o valor a relevar como custo será o valor fiscal que os bens tiverem no exercício em que forem doados, ou seja, o custo de aquisição ou de produção, deduzido das reintegrações efetivamente praticadas e aceites como custo fiscal ao abrigo da legislação aplicável.

CAPÍTULO II

Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares

Artigo 5.º

Deduções em IRS por virtude do mecenato

1 - Os donativos atribuídos pelas pessoas singulares residentes em território nacional, nos termos e condições previstos nos artigos anteriores, são dedutíveis à coleta do ano a que dizem respeito, com as seguintes especificidades:

- a) Em valor correspondente a 25% das importâncias atribuídas, nos casos em que não estejam sujeitos a qualquer limitação;
- b) Em valor correspondente a 25% das importâncias atribuídas, até ao limite de 15% da coleta, nos restantes casos;
- c) São dispensados de reconhecimento prévio desde que o seu valor não seja superior a 100.000\$;
- d) As deduções só são efetuadas no caso de não terem sido contabilizadas como custos.

2 - São ainda dedutíveis à coleta, nos termos fixados nas alíneas b) a d) do número anterior, os donativos concedidos a igrejas, instituições religiosas, pessoas coletivas de fins não lucrativos pertencentes a confissões religiosas ou por eles instituídas, sendo a sua importância considerada em 130% do seu quantitativo.

Artigo 5.º-A

Valor dos bens doados

No caso de doação de bens por sujeitos passivos de IRS que exerçam atividades empresariais, o valor a relevar como custo será o valor fiscal que os bens tiverem no exercício em que forem doados, ou seja, o custo de aquisição ou de produção, deduzido das reintegrações efetivamente praticadas e aceites como custo fiscal ao abrigo da legislação aplicável.

ANEXO III – Estatuto do agente de Cooperação

Lei n.º 13/2004 de 14 de Abril

*Estabelece o enquadramento jurídico do agente da cooperação portuguesa e define o
respetivo estatuto jurídico*

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições preliminares

Artigo 1.º

Objeto

A presente lei estabelece o enquadramento jurídico do agente da cooperação portuguesa e define os princípios e as normas integrantes do seu estatuto.

Artigo 2.º

Agente da cooperação

1 - Para efeitos da presente lei, considera-se agente da cooperação portuguesa o cidadão que, ao abrigo de um contrato, participe na execução de uma ação de cooperação financiada pelo Estado Português, promovida ou executada por uma entidade portuguesa de direito público ou por uma entidade de direito privado de fins não lucrativos em países beneficiários.

2 - Aos cidadãos portugueses ou àqueles que tenham residência fiscal em território português que, ao abrigo de um contrato, participem na execução de uma ação de cooperação financiada por um Estado da União Europeia, por uma organização internacional ou por uma agência especializada ou ainda por outra entidade promotora ou executora que suporte a ação com fundos próprios pode ser reconhecido para todos ou alguns dos efeitos previstos nesta lei, por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros,

precedido de parecer do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), o estatuto de agente da cooperação, desde que a sua atividade se insira nos objetivos da política externa portuguesa.

3 - Nas demais situações em que um cidadão português participe, ao abrigo de um contrato, na execução de uma ação de cooperação, poderá, a solicitação dos interessados, por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros, precedido de parecer do IPAD, ser concedida a equiparação a agente da cooperação, desde que a sua ação seja relevante para os fins da política externa portuguesa.

Artigo 3.º

Definições

Para efeitos da presente lei, entende-se por:

- a) «Promotor de cooperação» a entidade responsável pela conceção e preparação de uma ação de cooperação;
- b) «Executor de cooperação» a entidade que, mediante contrato, seja responsável pela execução de uma ação de cooperação;
- c) «Ação de cooperação» a ação ou projeto em prol do desenvolvimento de países recetores de ajuda pública ao desenvolvimento ou beneficiários de ajuda humanitária;
- d) «Ajuda humanitária» a ação com carácter de curto prazo, destinada a intervir em situações de exceção resultantes, nomeadamente, de catástrofes, quer naturais quer provocadas pelo homem;
- e) «Voluntário» o cidadão abrangido pelo regime previsto na Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro, que exerça a sua atividade no âmbito de ações de cooperação.

CAPÍTULO II

Agente da cooperação

Artigo 4.º

Requisitos e recrutamento do agente da cooperação

1 - As entidades promotoras ou executoras da cooperação podem recrutar livremente os candidatos a agente da cooperação que preencham os requisitos exigíveis ao desempenho das tarefas constantes do respetivo contrato.

2 - Nos casos em que o promotor ou o executor seja o Estado Português, os candidatos a agente da cooperação que sejam funcionários públicos ou agentes da Administração Pública poderão ser requisitados pelo IPAD ao respetivo serviço, que decidirá nos prazos previstos no artigo 5.º.

3 - Nos casos do número anterior, poderá o IPAD requisitar candidatos a agentes da cooperação a entidades privadas, as quais decidirão sobre a requisição nos prazos previstos no artigo 5.º.

4 - Podem igualmente ser recrutados cidadãos em situação de aposentação ou reforma, bem como agentes de forças de segurança na reserva.

5 - Os funcionários ou agentes da Administração Pública podem requerer licença sem vencimento, nos termos da lei, para efeitos de exercerem atividade como agente da cooperação.

Artigo 5.º

Prazos

1 - A anuência ou recusa de anuência da requisição prevista nos n.ºs 2 e 3 do artigo anterior será notificada ao IPAD no prazo máximo de 30 dias úteis, após o que se considera a mesma tacitamente autorizada.

2 - Nos casos previstos no n.º 2 do artigo anterior, a recusa de anuência deverá ser devidamente fundamentada.

3 - Tratando-se de ações de ajuda humanitária, o prazo previsto no n.º 1 do presente artigo é de 10 dias úteis.

Artigo 6.º

Bolsa de candidatos para ações de cooperação

1 - É criada no IPAD, mediante concurso, uma bolsa de candidatos a agentes da cooperação.

2 - As regras relativas ao concurso e à respetiva candidatura serão definidas em regulamento próprio.

CAPÍTULO III

Contrato de cooperação

Artigo 7.º

Contrato de cooperação

- 1 - A prestação de serviços dos agentes da cooperação às entidades promotoras ou executoras será obrigatoriamente efetuada ao abrigo de contrato escrito.
- 2 - Nos contratos de cooperação em que é parte o Estado Português ou entidade de direito público, ao agente da cooperação não é conferida a qualidade de funcionário ou agente da Administração Pública.
- 3 - O regime do contrato de cooperação é o constante da presente lei, aplicando-se-lhe subsidiariamente as regras do contrato de prestação de serviços.

Artigo 8.º

Registo de contratos

- 1 - Os contratos de cooperação bem como as suas renovações estão sujeitos a registo no IPAD.
- 2 - O registo dos contratos de cooperação compete à entidade promotora ou executora, diretamente ou por entidade para o efeito mandatada, e constitui condição de aplicabilidade do regime previsto na presente lei, nomeadamente para os efeitos previstos no artigo 2.º.

Artigo 9.º

Cláusulas contratuais

Sem prejuízo do clausulado estabelecido em função de especificidades do contrato de cooperação, constarão, nomeadamente, disposições relativas a:

- a) Objeto do contrato;
- b) Duração e renovação do contrato;
- c) Remuneração e abonos;
- d) Modo e local de pagamento;
- e) Proteção social;
- f) Férias;

- g) Alojamento;
- h) Transportes;
- i) Seguros;
- j) Condições de resolução do contrato;
- l) Regime de exclusividade ou não exclusividade;
- m) Legislação aplicável;
- n) Foro ou arbitragem convencionados.

Artigo 10.º

Início da prestação de serviço

Para efeitos de obrigações do Estado Português, o início da prestação de serviços do agente da cooperação conta-se a partir da data do embarque para o país beneficiário, salvo disposição contratual em contrário.

Artigo 11.º

Duração dos contratos

- 1 - Os contratos de cooperação têm uma duração máxima de três anos, automaticamente prorrogável até igual período.
- 2 - Atingidos os prazos máximos dos contratos a que se refere o n.º 1, não pode ser celebrado novo contrato com o mesmo agente antes de decorrido o prazo de um ano.
- 3 - O contrato de cooperação no âmbito da ajuda humanitária não pode ter prazo superior a seis meses, exceto os casos devidamente justificados pela entidade promotora ou executora e aprovados pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, sob proposta do IPAD.

Artigo 12.º

Renovação dos contratos

- 1 - Nos casos em que seja pretendida a renovação do contrato, a entidade promotora ou executora, obtido o acordo escrito do agente da cooperação, deverá, pelo menos 60 dias antes do final do prazo da vigência do mesmo, notificar o IPAD e a entidade empregadora a que o agente esteja vinculado.

2 - Considera-se tacitamente autorizada a renovação da requisição, no caso de a entidade empregadora não comunicar à entidade promotora ou executora e ao IPAD a recusa de anuência, devidamente fundamentada, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da notificação.

Artigo 13.º

Cessação dos contratos

1 - O contrato de cooperação cessa:

- a) No termo do seu prazo inicial ou da sua renovação;
- b) Por acordo, que deve constar de documento escrito;
- c) Por impossibilidade superveniente de o agente da cooperação exercer a sua atividade por período superior a 90 dias.

2 - Os contratos de cooperação podem ser rescindidos por qualquer das partes com fundamento em justa causa.

3 - A rescisão do contrato sem justa causa, por parte do agente da cooperação ou com justa causa por parte da entidade promotora ou executora, determina o reembolso, pelo agente, das despesas que hajam sido efetuadas com a sua viagem e da família, com o transporte das respetivas bagagens e com quaisquer abonos que lhe hajam sido pagos, na proporção do número de meses que faltarem para completar o período de duração inicial do contrato ou da sua renovação.

4 - A rescisão do contrato com justa causa por parte do agente da cooperação ou sem justa causa por parte da entidade promotora ou executora confere ao agente o direito a uma indemnização igual   remuneração e eventuais abonos que seriam devidos até ao termo do prazo do contrato ou sua renovação, de montante não inferior a três meses, sem prejuízo do pagamento das despesas com a sua viagem e da família e com o transporte das respetivas bagagens.

5 - Os promotores ou executores da cooperação devem comunicar ao IPAD a cessação dos contratos dos respetivos agentes da cooperação que não ocorra por mero efeito do termo do prazo.

CAPÍTULO IV

Direitos, deveres e garantias dos agentes da cooperação

Artigo 14.º

Remuneração dos agentes da cooperação

- 1 - Os agentes da cooperação auferem a remuneração bem como eventuais abonos que forem fixados no contrato de cooperação respetivo.
- 2 - Nos casos em que o promotor ou o executor seja o Estado Português ou uma pessoa coletiva portuguesa de direito público, a remuneração, incluindo complementos, se for caso disso, e eventuais abonos são fixados por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros.
- 3 - Nos casos em que, nos termos do contrato de cooperação, a remuneração do agente deva ser suportada pela entidade ou pelo Estado recetor da ação, pode o Estado Português conceder um complemento de remuneração, sob proposta do IPAD, por despacho conjunto nos termos do número anterior.

Artigo 15.º

Transportes

- 1 - É da responsabilidade do promotor o pagamento das despesas de transporte e bagagens dos agentes da cooperação, entre o local da sua residência e o local de destino, no início e no fim do contrato, cujos limites são fixados por portaria conjunta dos Ministérios das Finanças e dos Negócios Estrangeiros.
- 2 - No caso de contratos celebrados por período superior a um ano, as despesas referidas no número anterior, englobam o cônjuge ou quem com ele viva em situação análoga há mais de dois anos e filhos menores do agente.
- 3 - Nos casos previstos no n.º 3 do artigo anterior, o Estado Português, por intermédio do IPAD, assumirá os encargos referidos nos n.ºs 1 e 2, caso não sejam suportados pela entidade ou Estado recetor da ação.

Artigo 16.º

Aposentados e reformados

Os aposentados ou reformados podem acumular as respetivas pensões, sem qualquer redução, com quaisquer remunerações devidas pela prestação de serviço como agentes da cooperação, sem prejuízo dos demais direitos, benefícios e garantias previstos nesta lei.

Artigo 17.º

Proteção social

- 1 - Os agentes da cooperação têm o direito a manter o regime de proteção social obrigatório em que se encontram inseridos.
- 2 - Os agentes da cooperação que à data de início da vigência do contrato de cooperação não estejam enquadrados por qualquer regime de segurança social de inscrição obrigatória ou, embora inscritos, não estejam a contribuir, serão obrigatoriamente inscritos, pelo período de vigência dos contratos de cooperação, no regime do seguro social voluntário, previsto no Decreto-Lei n.º 40/89, de 1 de Fevereiro.
- 3 - A inscrição a que se refere o número anterior será feita pelo promotor ou pelo executor, salvo nos casos previstos no n.º 3 do artigo 14.º da presente lei em que a inscrição será da responsabilidade do Estado Português.
- 4 - Competem às entidades promotoras ou executoras da cooperação os encargos com a contribuição dos agentes e das respetivas entidades empregadoras para os regimes obrigatórios de proteção social e para o regime previsto no n.º 2.
- 5 - Nos casos previstos no n.º 3 do artigo 14.º o Estado Português, por intermédio do IPAD, assumirá os encargos referidos no número anterior.
- 6 - Para efeitos do disposto no n.º 1 deste artigo, a remuneração a considerar como base de incidência contributiva dos agentes da cooperação enquadrados no regime de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem ou no regime de segurança social da função pública é a auferida imediatamente antes do início da vigência do contrato de cooperação, com as atualizações a que houver lugar durante a vigência do contrato.
- 7 - Para efeitos do disposto no n.º 2 deste artigo, a remuneração a considerar para efeitos de contribuição será correspondente ao triplo do salário mínimo nacional fixado por lei.
- 8 - As entidades promotoras ou executoras devem apresentar ao IPAD os documentos comprovativos da situação contributiva regularizada perante a segurança social relativa aos respetivos agentes da cooperação.

9 - Os agentes da cooperação têm ainda direito a beneficiar de um sistema de seguro privado, obrigatoriamente previsto no contrato de cooperação, cujas condições são definidas por portaria conjunta dos Ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros.

10 - São tornados extensivos aos agentes da cooperação que desempenhem funções ao abrigo de contrato de duração superior a dois anos os benefícios e garantias previstos na lei para os emigrantes.

Artigo 18.º

Garantias gerais dos agentes da cooperação

1 - É garantido a todo o agente da cooperação o direito ao lugar que ocupa à data do início da vigência do contrato de cooperação ou que, entretanto, adquira no seu quadro de origem.

2 - A prestação de serviço como agente da cooperação no país solicitante ou beneficiário é equiparada à comissão de serviço público por tempo determinado, para efeitos de arrendamento, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 64.º do Regime do Arrendamento Urbano (RAU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 321-B/90, de 15 de Outubro.

Artigo 19.º

Garantias dos agentes da cooperação, funcionários e agentes da Administração Pública

1 - Ao agente da cooperação, funcionário ou agente da Administração Pública, é garantido:

a) O direito de se candidatar a qualquer concurso de promoção, nos termos da legislação aplicável, competindo à entidade promotora ou executora o pagamento da sua deslocação, se for indispensável;

b) O direito a um período de férias, no ano em que retomar funções e no seguinte, respetivamente proporcional ao tempo de serviço prestado no ano em que se vinculou à cooperação e no ano de regresso à atividade, sem prejuízo do gozo de férias acumuladas a que tenha direito.

2 - O tempo de serviço prestado como agente da cooperação será contado para todos os efeitos legais, nomeadamente antiguidade, diuturnidades, progressão e promoção na carreira, como se tivesse sido prestado no lugar de origem.

3 - Ao cônjuge do agente da cooperação ou quem com ele viva em situação análoga há mais de dois anos, pode ser concedida licença sem vencimento, caso seja funcionário ou agente da Administração Pública, nos termos previstos nos artigos 84.º a 88.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março.

Artigo 20.º

Serviço militar

Os agentes da cooperação que se encontrem abrangidos pela presente lei podem requerer ao Ministro da Defesa que o serviço assim prestado seja substitutivo do cumprimento do serviço efetivo normal.

Artigo 21.º

Exames médicos e doenças

As vacinas e os medicamentos profiláticos para as doenças consideradas endémicas na região ou país de destino do agente da cooperação serão suportados pelo promotor, salvo nos casos previstos no n.º 3 do artigo 14.º desta lei, que são da responsabilidade do Estado Português, através do Ministério competente na área em que se desenvolve a ação de cooperação.

Artigo 22.º

Acompanhamento

O IPAD manterá um serviço de apoio aos promotores e executores da cooperação, disponibilizando informação regular e atualizada, designadamente sobre:

- a) Usos e costumes do país recetor e o seu sistema jurídico-administrativo;
- b) A caracterização socioeconómica do país;
- c) A apresentação do contexto em que se integra a ação de cooperação;
- d) A indicação de informações básicas para a sua vivência quotidiana, nomeadamente nas áreas da saúde e de alimentação.

Artigo 23.º

Escolaridade dos descendentes e cônjuges

1 - A equivalência de escolaridade dos descendentes e cônjuges dos agentes da cooperação prosseguida em Estados beneficiários é estabelecida de acordo com as normas para o efeito definidas pelo Ministério da Educação.

2 - Ao abrigo do princípio da cooperação entre os Estados, compete à entidade contratante apoiar a admissão dos descendentes e cônjuge dos agentes da cooperação ou quem com ele viva em situação análoga há mais de dois anos em escolas portuguesas, se existirem, ou em escolas locais.

Artigo 24.º

Deveres dos agentes da cooperação

1 - Constituem deveres dos agentes da cooperação:

- a) Cumprir com todas as suas obrigações contratuais tendo em conta os objetivos da ação de cooperação em que se encontrem integrados;
- b) Respeitar os usos e costumes e não incorrer em práticas que prejudiquem as relações existentes entre o Estado Português e o Estado beneficiário;
- c) Não interferir nos assuntos internos do Estado beneficiário.

2 - A atuação do agente da cooperação que viole o disposto no número anterior constitui fundamento de justa causa para efeitos de rescisão do respetivo contrato.

CAPÍTULO V

Promotores e executores de cooperação

Artigo 25.º

Promotores e executores de cooperação

Podem ser promotores e executores de cooperação portuguesa:

- a) Os órgãos e serviços do Estado e das demais pessoas coletivas de direito público, designadamente os órgãos e serviços de administração central, autárquica e regional;
- b) As pessoas coletivas de direito privado;
- c) Quaisquer entidades do Estado beneficiário, cuja natureza seja similar às entidades indicadas nas precedentes alíneas deste artigo;
- d) Os organismos internacionais.

CAPÍTULO VI

Ações de cooperação

Artigo 26.º

Parecer favorável

As ações de cooperação financiadas pelo Estado Português carecem do parecer prévio favorável do IPAD, conforme estabelecido na alínea e) do n.º 1 do artigo 3.º do respetivo Estatuto anexo ao Decreto-Lei n.º 5/2003, de 13 de Janeiro.

CAPÍTULO VII

Voluntários

Artigo 27.º

Apoio aos voluntários

- 1 - Os casos inerentes à prestação de serviço do voluntário para a cooperação incumbem à entidade promotora ou executora.
- 2 - Poderá ser atribuído pelo Estado Português aos voluntários um abono mensal para compensação de despesas pessoais.
- 3 - O montante do abono referido no número anterior será fixado por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros.

Artigo 28.º

Proteção social

Em matéria de proteção social aplicar-se-á aos voluntários o disposto na lei de bases do enquadramento jurídico do voluntariado e respetivos diplomas regulamentares.

Artigo 29.º

Remissões

Ao voluntário é aplicável, com as devidas adaptações, o regime do agente da cooperação previsto na presente lei, salvo na parte em que, pela sua natureza, seja incompatível com a lei de bases do enquadramento jurídico do voluntariado.

CAPÍTULO VIII

Disposições finais

Artigo 30.º

Contratos em vigor

O regime definido nesta lei é aplicável à renovação dos atuais contratos em vigor celebrados nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 363/85, de 10 de Setembro, e 10/2000, de 10 de Fevereiro.

Artigo 31.º

Norma revogatória

São revogados os Decretos-Leis n.ºs 363/85, de 10 de Setembro, e 10/2000, de 10 de Fevereiro.

Aprovada em 26 de Fevereiro de 2004.

O Presidente da Assembleia da República, João Bosco Mota Amaral.

Promulgada em 25 de Março de 2004.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendada em 27 de Março de 2004.

O Primeiro-Ministro, José Manuel Durão Barroso.

ANEXO IV – Guião de Entrevista

GUIÃO DE ENTREVISTA

ONGD

1. Qual a sua função na organização? Há quanto tempo trabalha cá?
2. Quais os princípios e objetivos que norteiam a criação desta organização?
3. Atualmente, qual diria ser a missão desta ONGD?

CONCEPÇÃO E PRÁTICA DA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

4. A cooperação para o desenvolvimento é uma das áreas de intervenção em que atua esta organização. Para si, em que consiste a Cooperação para o Desenvolvimento?
5. Como são definidos os projetos de desenvolvimento? Como define o local? A comunidade? Como surgem?
 - Recorda algum exemplo que tenha acompanhado o processo desde o seu início? Desde a conceção até à conclusão?
 - De que forma foi construído e planeado o projeto de intervenção? Quais os valores que o norteiam?
 - Quando termina um projeto? Quando termina o financiamento, caso exista; ou quando consideram que há condições para que se dê a transferência do projeto para os locais?
 - Os contatos mantidos com as comunidades, perpetuam-se?
6. Os projetos de desenvolvimento que integram têm a vossa participação exclusiva?
 - Se não, quem são os parceiros? A que níveis colaboram (organizativa, administrativamente, ...)
 - O que pensa da colaboração entre diversas organizações?
7. Com o termino dos projetos, quais são as mais-valias que identifica, tanto para a organização, como para a comunidade?

- Fazem uma avaliação no final do projeto? Há possibilidade de acompanhamento externo da continuação do projeto?
8. Quais os obstáculos que dificultam o trabalho, na área do desenvolvimento?

ONGD E O DESENVOLVIMENTO

9. Pela sua experiência e conhecimento na área do desenvolvimento. Como vê o atual panorama de indefinição de instituições públicas, de cortes de financiamentos previamente aprovados, ... De que forma condiciona o trabalho desenvolvido pelas ONGD?
10. Na sua opinião qual o papel das ONGD junto das comunidades onde intervêm, mas também na sociedade portuguesa?
11. Quais os desafios que se apresentam às ONGD, neste momento?
- a. Financiamento
 - b. Profissionalização
 - c. Voluntariado

ANEXO V – Grelha de Análise Documental

Estrutura Interna da ONGD	<i>Estrutura Organizacional</i>	
	<i>RH</i>	
	<i>Outros</i>	
Atividades	<i>Atividades Propostas</i>	
	<i>Atividades Realizadas</i>	
Atividades/Financiamento	<i>Atividades Financiadas</i>	
	<i>Atividades sem financiamento</i>	
	<i>Propostas de financiamento não aprovadas</i>	
Entidades Financiadora	<i>Entidades Públicas (IPAD, UE, ...)</i>	
	<i>Entidades Privadas</i>	

	<i>Financiamento Próprio</i>	
Projeto em Curso	<i>País/ Comunidade</i> <i>Objetivos</i> <i>RH</i> <i>Atividades</i> <i>Parceiros</i>	
	<i>País/ Comunidade</i> <i>Objetivos</i> <i>RH</i> <i>Atividades</i> <i>Parceiros</i>	
Outros	<i>Tipo de documento, fontes, ...</i>	

ONGD – Data de Publicação –	Notas suplementares:
--------------------------------	----------------------

ANEXO VI - Grelha de Análise de Conteúdo

GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

ENTREVISTAS

Entrevista nº	ONGD
Data	
Caracterização do Entrevistado	
Função	Tempo de trabalho

Categoria	Subcategoria	Excertos
ONGD	Princípios	
	Objetivos	
	Missão	
Cooperação para o Desenvolvimento	Definição	
	Projetos	
	Parceria – benefícios e malefícios	
	Mais-valias dos projetos (final)	
	Obstáculos	
Desenvolvimento	Condicionantes ao trabalho	
	Papel no terreno	
	Papel em Portugal	
	Desafios	

ANEXO VII – Estatutos da Engenho e Obra

ESTATUTOS

“ENGENHO E OBRA”, ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO – O.N.G.D.

CAPÍTULO I (Disposições Gerais)

ARTIGO 1º Denominação

A Associação adota a denominação “ENGENHO E OBRA”, ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO – O.N.G.D.”, podendo ser designada abreviadamente por “ENGENHO & OBRA” ou pela sigla “E&O”.

ARTIGO 2º Enquadramento

A E&O rege-se pelos presentes Estatutos, Lei em vigor, Regulamentos Internos e deliberações da sua Assembleia-geral.

ARTIGO 3º Natureza jurídica

A E&O é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos.

ARTIGO 4º Duração

A E&O durará por tempo indeterminado.

ARTIGO 5º Sede

1. A E&O tem a sua sede na Rua Dr. António Bernardino de Almeida, nº 431, sala E202, Freguesia de Paranhos, na cidade do Porto.
2. A E&O pode alterar o local da sua sede para outro local do território nacional, decisão que é da responsabilidade da Direção que, posteriormente, comunicará por via postal aos restantes órgãos sociais e a todos os associados por correio eletrónico.

ARTIGO 6º

Outras formas de representação

1. A E&O pode criar delegações ou outras formas legais de representação.
2. A estrutura, competência e funcionamento das delegações será definida por regulamento interno a aprovar em Assembleia-geral.

CAPÍTULO II

(Objetivos)

ARTIGO 7º

Objetivos Gerais

Os objetivos gerais da E&O emanam do Estatuto das Organizações não-governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento, respeitam a Declaração Universal dos Direitos do Homem e são os seguintes:

1. a conceção, a execução e o apoio a programas e projetos de cariz social, cultural, ambiental, cívico e económico, designadamente através de ações nos países em vias de desenvolvimento:
 - a. De cooperação para o desenvolvimento
 - b. De assistência humanitária
 - c. De ajuda de emergência
 - d. De proteção e promoção dos direitos humanos
2. a sensibilização da opinião pública para a necessidade de um relacionamento cada vez mais empenhado com os países em vias de desenvolvimento, bem como a divulgação das suas realidades.
3. A E&O assume a promoção da educação, consciente de que é um fator imprescindível para o desenvolvimento integral das sociedades e para a existência e o reforço da paz.

ARTIGO 8º

Objetivos Específicos

1. Conceber, executar e apoiar projetos e programas que contribuam para a melhoria das condições de vida das populações, designadamente através de projetos integrados de engenharia.
2. Conceber, executar e apoiar projetos e programas que contribuam para a eliminação da pobreza no mundo.
3. Conceber, executar e apoiar projetos e programas de educação para a cidadania global, nomeadamente nas vertentes de educação para os direitos humanos, educação para o desenvolvimento sustentável, educação ambiental, educação para a paz, educação para a interculturalidade e educação para a saúde.
4. Estimular, promover e apoiar a execução de projetos e programas na área do emprego e da formação profissional, nomeadamente empreendedorismo social e criação de emprego.
5. Criar, executar e apoiar projetos e programas de assistência científica, técnica e tecnológica que contribuam para a autonomia das respetivas populações.

6. Participar em projetos e programas de cooperação para o desenvolvimento.
7. Contribuir para o reforço da sociedade civil, designadamente através da colaboração com organizações do terceiro sector.
8. Promover a interculturalidade e multiculturalidade através de ações específicas e de apoio a ações de outras organizações.
9. Promover a igualdade de género.
10. Promover a cidadania europeia.
11. Fomentar ações para o desenvolvimento sustentável, designadamente nas suas vertentes de ensino, cultura, assistência científica e técnica, emprego e formação profissional.

ARTIGO 9º **Objetivos Complementares**

1. Divulgar e disseminar a Língua Portuguesa no mundo.
2. Desenvolver ações de solidariedade, no sentido lato do termo, através da cooperação entre povos, independentemente dos sistemas políticos e forças religiosas que os regem.
3. Promover parcerias com quaisquer organizações que tenham objetivos comuns aos da E&O e se pautem pelos mesmos valores humanistas.
4. Contribuir para o crescimento do capital social de Portugal, através de ações de sensibilização que demonstrem a importância da participação ativa da sociedade civil no atual contexto de globalização.
5. Promover cursos, estágios, seminários, colóquios, palestras, conferências, encontros, exposições e outras iniciativas semelhantes.
6. Apoiar a produção e divulgação de trabalhos que se enquadrem nos objetivos da Associação.
7. Desenvolver quaisquer outras atividades relacionadas com a sua missão.

CAPÍTULO III **(Associados)**

ARTIGO 10º **Categorias de Associados**

São três as categorias de Associados: Fundadores, Efetivos e Honorários, identificados pela ficha de inscrição, cartão de associado e na base de dados informática.

ARTIGO 11º **Associados Fundadores**

1. São associados fundadores as pessoas singulares e coletivas, nacionais ou estrangeiras, que participaram no ato de escritura pública de constituição da Associação.
2. Os associados efetivos e honorários podem tornar-se associados fundadores por deliberação da Assembleia-geral e sob proposta da Direção.

ARTIGO 12º

Associados Efetivos

1. São associados efetivos, as pessoas singulares e coletivas, nacionais e estrangeiras, que se revejam nos presentes Estatutos e cumpram o seu objeto social.
2. Adquire-se a qualidade de associado efetivo por deliberação da Direção, mediante prévia candidatura proposta por qualquer associado no exercício pleno dos seus direitos, através de uma ficha de inscrição devidamente preenchida.
3. Da deliberação da Direção que não admita a candidatura, cabe recurso para a Assembleia-geral.

ARTIGO 13º

Associados Honorários

1. O título de Associado Honorário é a mais alta distinção concedida pela E&O a uma pessoa singular ou coletiva.
2. O título de Associado Honorário pode ser atribuído a associados da E&O e a não associados.
3. O título de Associado Honorário é concedido a quem tenha prestado serviços relevantes à E&O ou a quem se tenha destacado por reconhecido mérito nas áreas de intervenção da E&O.
4. Compete à Assembleia-geral atribuir o título de Associado Honorário, mediante proposta fundamentada da Direção.
5. Sem prejuízo do número anterior, a proposta de atribuição do título de Associado Honorário pode também ser apresentada à Direção, devidamente fundamentada, por um quinto dos associados no exercício pleno dos seus direitos, num número nunca inferior a cinquenta.
6. No caso referido no número anterior, compete à Direção submeter a proposta do grupo de associados à deliberação da Assembleia-geral.
7. Os Associados Honorários podem usufruir de todos os direitos concedidos aos restantes associados, com exceção do direito de voto e de participação nos órgãos sociais.

ARTIGO 14º

Representação de pessoas coletivas

Os associados que sejam pessoas coletivas devem nomear um representante devidamente mandatado para o efeito.

ARTIGO 15º

Natureza pessoal da qualidade de associado

1. A qualidade de associado não é transmissível por sucessão, mas pode ser transmissível, por ato entre vivos, através de procuração devidamente assinada.
2. O associado que por qualquer forma deixar de pertencer à E&O não tem o direito de reaver as quotizações que haja pago e perde o direito ao património social, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo em que foi membro da Associação.

ARTIGO 16º

Direitos dos Associados

1. Participar com direito de voto na Assembleia-geral.
2. Elegerem ou serem eleitos para os órgãos sociais da E&O.
3. Participar nas atividades da Associação, nos termos do Regulamento Interno.
4. Usufruir das regalias que a E&O concede aos seus membros.
5. Solicitar o apoio da E&O para a defesa dos seus interesses, desde que estes se enquadrem no objeto da Associação.
6. Propor à Direção as iniciativas que julguem adequadas à prossecução dos objetivos da Associação.
7. Examinar os livros, relatórios e contas e demais documentos, desde que o requeiram por escrito, e fundamentadamente, com uma antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

ARTIGO 17º

Deveres dos Associados

1. Pagar pontualmente as quotas a que se encontram obrigados.
2. Cumprir e fazer cumprir os estatutos, regulamentos e deliberações dos órgãos sociais.
3. Respeitar os órgãos sociais e prestar-lhes colaboração, se para tal for solicitado, salvo motivo de escusa procedente.
4. Participar na Assembleia-geral e aceitar os cargos para que vierem a ser eleitos, salvo motivo de escusa procedente.
5. Desempenhar com zelo, dedicação, eficácia e eficiência os cargos para que foram eleitos.
6. Comparecer a todas as Assembleias-gerais ou locais devidamente convocadas.
7. Contribuir para a prossecução dos objetivos da Associação e para o desenvolvimento da respetiva atividade.

ARTIGO 18º

Sanções

1. Os associados que, por qualquer forma, violem os presentes estatutos, regulamentos ou deliberações legítimas dos órgãos sociais, ficam sujeitos às seguintes sanções.
 - a. Advertência
 - b. Repreensão
 - c. Suspensão
 - d. Exclusão.
2. A aplicação da sanção prevista na alínea d) do número anterior é da exclusiva competência da Assembleia-geral, sob proposta fundamentada da Direção, salvo o disposto no n.º5.
3. A aplicação de qualquer sanção tem de ser precedida de processo disciplinar, de natureza contraditória e que conceda ao presumível infrator todas as garantias legais de defesa.

4. Como providência cautelar, podem ser suspensos, no decurso do procedimento disciplinar, todos ou alguns direitos de associado ao presumível infrator, mas em caso algum essa suspensão poderá ultrapassar quatro meses.
5. A violação do dever a que alude o número 1 do artigo 17.º, implica a exclusão automática e imediata do associado, a declarar pela Direção, caso aquele, devidamente notificado para liquidar as prestações em dívida, as não satisfaça no prazo máximo de noventa dias contados a partir da data de notificação.
6. A instauração de processo disciplinar ou aplicação de qualquer sanção não isenta o associado do cumprimento do seu dever e de indemnizar a Associação pelos prejuízos decorrentes da sua conduta.

ARTIGO 19º **Perda de Qualidade de Associado**

1. Perdem a qualidade de Associado aqueles que solicitarem a sua exoneração, por comunicação escrita, dirigida à Direção, que dará conhecimento ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral no prazo de um mês.
2. Perdem também a qualidade de Associado aqueles que forem excluídos nos termos do disposto do artigo precedente.

ARTIGO 20º **Quotização**

1. A quotização anual dos associados é fixada pela Assembleia-geral.
2. Os Associados Honorários estão isentos de pagamento de quota.

ARTIGO 21º **Valor de joias e quotas**

Compete à Assembleia-geral fixar o valor das joias e quotas, mediante proposta da Direção.

ARTIGO 22º **Cobrança de quotas**

1. As quotas são anuais e devem ser pagas até 15 de Março do ano a que dizem respeito.
2. Para os associados que aderirem à E&O depois de 15 de Março, a quota a liquidar será proporcional ao número de meses completos, até à data de 15 de Março do ano seguinte.
3. Até 15 de Dezembro de cada ano devem ser emitidas e enviadas aos associados as faturas respeitantes às quotas do ano seguinte, que ficam de imediato a pagamento.
4. A não admissão do associado aderente determina a devolução das quotas pagas antecipadamente.
5. A quota de associado aplica-se a partir do mês imediato à admissão em reunião de Direção.

ARTIGO 23º
Regularização de quotas em dívida

O associado suspenso por falta de pagamento das quotas poderá regularizar a situação em dívida a qualquer momento, ficando de imediato a suspensão sem efeito.

CAPÍTULO IV
(Órgãos Sociais)

ARTIGO 24º
Qualidade dos órgãos sociais

São órgãos sociais da E&O a Assembleia-geral, a Direção e o Conselho Fiscal.

ARTIGO 25º
Eleição dos órgãos sociais

1. É a Assembleia-geral que elege os titulares dos órgãos da Associação.
2. O ato eleitoral realizar-se-á na Assembleia-geral ordinária do último ano do mandato em curso.
3. A tomada de posse dos órgãos sociais eleitos terá lugar no decurso da Assembleia-geral que os elegeu.
4. Compete à Mesa da Assembleia-geral presidir e fiscalizar o processo eleitoral e manter atualizados os cadernos eleitorais.

ARTIGO 26º
Vacatura

1. Verificando-se que, por qualquer facto, algum órgão social fica sem o respetivo quórum, deverão ser realizadas eleições ad-hoc parciais ou gerais, conforme o caso, no prazo máximo de trinta dias a contar daquela verificação.
2. O termo do mandato dos titulares eleitos, nos termos do número anterior, coincidirá com o mandato em curso.

ARTIGO 27º
Duração do mandato dos órgãos sociais

Os mandatos dos titulares dos órgãos sociais são de três anos, sem prejuízo de reeleição.

ARTIGO 28º
Características das listas para a eleição dos órgãos sociais

A eleição é feita em listas completas, incluindo os candidatos de todos os órgãos sociais.

ARTIGO 29º
Composição da Assembleia-geral

A Assembleia-geral é o órgão deliberativo máximo da E&O, sendo composto por todos os associados no pleno exercício dos seus direitos.

ARTIGO 30º

Competências da Assembleia-geral

1. Competem à Assembleia-geral todas as deliberações não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos sociais.
2. São, necessariamente, da competência da Assembleia-geral a destituição dos titulares dos órgãos da Associação, a aprovação do balanço, a alteração dos estatutos, a extinção da associação e a autorização para esta demandar a Direção por factos praticados no exercício do cargo.

ARTIGO 31º

Convocação da Assembleia-geral

1. A Assembleia-geral deve ser convocada pelo Presidente da Mesa, em reunião ordinária:
 - a. Para aprovação do plano de atividades e do orçamento, na segunda quinzena de Novembro.
 - b. Para aprovação do relatório de atividades e do relatório de contas, na primeira quinzena de Março
2. A Assembleia-geral será ainda convocada sempre que a convocação seja requerida, com um fim legítimo, por 5% da sua totalidade ou um número mínimo de 25.
3. A Assembleia-geral poderá ainda ser convocada em reunião extraordinária, pelo Presidente da Mesa, sob proposta fundamentada da Direção.

ARTIGO 32º

Forma de convocação da Assembleia-geral

1. A Assembleia-geral é convocada por meio de aviso postal, expedido para cada um dos associados com a antecedência mínima de quinze dias.
2. No aviso indicar-se-á o dia, hora e local da reunião e a respetiva ordem do dia.
3. São anuláveis as deliberações tomadas sobre matéria estranha à ordem do dia, salvo se todos os associados comparecerem à reunião e todos concordarem com o aditamento.
4. A comparência de todos os associados sanciona quaisquer irregularidades da convocação, desde que nenhum deles se oponha à realização da assembleia.

ARTIGO 33º

Funcionamento da Assembleia-geral

1. A Assembleia-geral não pode deliberar, em primeira convocação, sem a presença de metade, pelo menos, dos seus associados.
2. A Assembleia-geral funcionará em segunda convocação, meia hora depois da hora marcada para a primeira convocação, com qualquer número de associados.

3. Qualquer associado pode propor assuntos que considere relevantes, até duas semanas antes da data da reunião, para serem incluídos na ordem de trabalhos, dirigindo-se por escrito ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral.
4. A proposta referida no número anterior e nos seus termos, será de inclusão obrigatória na ordem de trabalhos quando subscrita por nunca menos de dez por cento de associados no exercício pleno dos seus direitos.
5. Qualquer associado, no exercício pleno dos seus direitos, poderá dirigir, por escrito, perguntas ou pedidos de esclarecimento aos órgãos sociais até uma semana antes da data da Assembleia-geral, para serem incluídos no período de informações antes da ordem de trabalhos.

ARTIGO 34º **Deliberações da Assembleia-geral**

1. Salvo o disposto nos números seguintes, as deliberações são tomadas por maioria absoluta dos associados presentes.
2. As deliberações sobre alterações dos estatutos exigem o voto favorável de três quartos do número dos associados presentes.
3. As deliberações sobre a dissolução ou prorrogação da Associação requerem o voto favorável de três quartos do número de todos os associados.
4. As deliberações sobre a exclusão de associados que, por qualquer forma, violem os presentes estatutos, regulamentos ou deliberações legítimas dos órgãos sociais, nos termos do n.º 2 do Artigo 19.º, exigem o voto favorável de dois terços dos associados presentes.
5. As deliberações sobre a atribuição do título de Associado Honorário, nos termos dos números 4 e 5 do Artigo 13.º, exigem o voto favorável de dois terços dos associados presentes.
6. As deliberações sobre a passagem de associados efetivos e honorários para associados fundadores, nos termos do n.º9 do Artigo 12.º exigem o voto favorável de dois terços dos associados presentes.
7. As Deliberações sobre a improcedência do recurso da decisão de não admissão de um novo associado efetivo, nos termos do n.º3 do Artigo 13.º, exigem o voto favorável de dois terços dos associados presentes.
8. As deliberações sobre a fixação dos valores das joias e quotas em cada ano, sob proposta da Direção, nos termos do Artigo 21.º, exigem o voto favorável da maioria dos associados presentes.

ARTIGO 35º **Direito a voto**

1. Nas Assembleias-gerais têm direito a voto todos os associados no exercício pleno dos seus direitos.
2. Não é permitido o voto por representação, exceto para associados que sejam pessoas coletivas, devendo, nesse caso, a representação ser feita por um representante devida e explicitamente credenciado para o efeito pelo órgão competente da entidade representada.

ARTIGO 36º
Voto por correspondência

1. Nos casos em que as votações a efetuar estejam devidamente expressas na ordem de trabalhos, devem ser facultadas aos associados as informações necessárias sobre as várias propostas, de forma a permitir o voto por correspondência.
2. O voto por correspondência referido no ponto anterior será efetuado por carta devidamente identificada e remetida à Mesa da Assembleia-geral até trinta minutos antes à hora marcada para a primeira convocatória da Assembleia-geral.
3. O boletim de voto para exercer a votação por correspondência deve ser solicitado pelo associado à Direção até uma semana antes da data da Assembleia-geral.
4. O boletim de voto deve ser devidamente preenchido, introduzido num sobrescrito fechado, que, por sua vez, deve ser introduzido noutro sobrescrito com elementos que permitam a identificação do associado.
5. Competirá à Mesa da Assembleia-geral preencher os cadernos eleitorais com o nome do associado, abrir os sobrescritos e introduzir o boletim de voto na urna ou noutro local designado para o efeito.

ARTIGO 37º
Privação do direito de voto

1. O associado não pode votar, por si ou como representante de outrem, nas matérias em que haja conflito de interesses entre a Associação e ele, seu cônjuge, ascendentes ou descendentes.
2. As deliberações tomadas com infração do disposto no número anterior são anuláveis se o voto do associado impedido for essencial à existência da maioria necessária.

ARTIGO 38º
Deliberações contrárias à lei ou aos estatutos

As deliberações da Assembleia-geral contrárias à lei ou aos estatutos, seja pelo seu objeto, seja por virtude de irregularidades havidas na convocação dos associados ou no funcionamento da assembleia, são anuláveis.

ARTIGO 39º
Composição Mesa da Assembleia-geral

A Mesa da Assembleia-geral é composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

ARTIGO 40º
Quórum da Mesa da Assembleia-geral

A Mesa da Assembleia-geral só pode funcionar com um mínimo de dois dos seus membros.

ARTIGO 41º

Competências do Presidente da Mesa

1. Convocar a Assembleia-geral, nos termos legais, estatutários e regulamento aplicável.
2. Declarar a abertura e encerramento das sessões.
3. Dirigir e orientar os trabalhos, assegurando que a Assembleia-geral decorre segundo preceitos legais, estatutários e regulamentares.
4. Garantir a validade das deliberações.
5. Marcar a data das eleições para os corpos sociais, organizar o respetivo processo e nomear uma comissão de fiscalização para as mesmas.
6. Dar posse aos associados eleitos para os órgãos associativos.
7. Autenticar os livros oficiais da Associação.
8. Exercer os poderes que lhe forem delegados pela Assembleia-geral.
9. Exercer o voto de qualidade nas votações em que se verifique um empate.

ARTIGO 42º

Competências do Vice-Presidente da Mesa

1. Coadjuvar o Presidente no exercício das suas funções.
2. Substituir o Presidente no caso de ausência ou impedimento na comparência à sessão.
3. Exercer transitoriamente o cargo de Presidente.

ARTIGO 43º

Competências do Secretário da Mesa

1. Prover ao expediente da Mesa.
2. Lavrar as atas das sessões da Assembleia-geral e os termos de abertura e encerramento dos livros oficiais da Assembleia-geral.
3. Coadjuvar o Presidente e Vice-Presidente no exercício da suas funções, substituindo-os se necessário.

ARTIGO 44º

Validade das atas

As atas da Assembleia-geral são válidas após as assinaturas dos membros da Mesa presentes na Assembleia-geral.

ARTIGO 45º

Composição da Direção

A Direção da E&O é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e um Vogal.

ARTIGO 46º

Funções gerais da Direção

A Direção é por excelência o órgão de gestão e de administração da E&O e de representação jurídica em todas as relações externas da Associação.

ARTIGO 47º

Competências da Direção

1. Cumprir e fazer cumprir os estatutos e regulamentos internos.
2. Dirigir toda a atividade da E&O.
3. Promover a execução das deliberações da Assembleia-geral.
4. Representar a E&O, em juízo ou fora dele.
5. Admitir novos associados.
6. Propor associados honorários.
7. Sancionar Associados nos termos do Artigo 19.º.
8. Propor a alteração dos montantes da jóia e quotização à Assembleia-geral.
9. Administrar os bens e gerir os fundos da E&O.
10. Elaborar e apresentar anualmente à Assembleia-geral o relatório e contas da gerência, bem como a aplicação do saldo e o orçamento para o ano seguinte.
11. Requerer ao presidente da mesa da Assembleia-geral a convocação de assembleias extraordinárias, sempre que entenda conveniente.
12. Exercer todos os poderes que a Assembleia-geral nela delegue.
13. Informar a Assembleia-geral da criação de delegações ou de outras formas de representação da E&O.
14. Aprovar a mudança de local da sede e a criação de delegações ou outras formas de representações da E&O.
15. Decidir da criação e extinção de Coordenação Executiva, de delegações regionais (DR), núcleos locais (NL) e de áreas de intervenção (AI) relacionados com os fins da E&O.
16. Criar e extinguir comissões técnicas, grupos de trabalho e núcleos relacionados com os fins da E&O.
17. Organizar e dirigir os serviços associativos elaborando os regulamentos internos necessários.
18. Submeter à apreciação do Conselho Fiscal o Relatório de Contas do ano findo, com a antecedência mínima de um mês sobre a data da Assembleia-geral que terá de os apreciar.
19. Propor à Assembleia-geral os relatórios e planos de atividade anuais.
20. Elaborar e fazer cumprir regulamentos sobre assuntos da sua competência.
21. Aprovar os termos de referência para a contratação de pessoal, incluindo o Diretor Executivo.
22. Decidir sobre a filiação e adesão a associações, federações e quaisquer outros organismos ou entidades, no país ou no estrangeiro, e nomear os representantes nesse organismo.
23. Apresentar a Assembleia-geral todas as propostas e questões que entender convenientes, podendo para isso convocar sessões extraordinárias.
24. Garantir a coordenação entre o E&O e as Instituições com protocolos de cooperação (parcerias e consórcios) na sua área de influência.
25. Aprovar as candidaturas a financiamentos externos.
26. Coordenar as atividades das DR, NL e AI entre si e com a Direção Executiva.
27. Resolver os casos omissos nos Regulamentos Internos.

ARTIGO 48º

Funcionamento da Direção

1. A Direção reúne ordinária e formalmente no mínimo uma vez em cada dois meses, convocada pelo seu presidente.
2. A Direção delibera com a presença de metade mais um dos seus membros, sendo a deliberação tomada por maioria e tendo o presidente voto de qualidade.
3. A Direção pode delegar todos os seus poderes num dos seus membros e constituir mandatários por meio de procuração, para certos e determinados atos.
4. A E&O é obrigada pelas assinaturas de dois dos membros da Direção, sendo pelo menos uma delas do Presidente ou do Tesoureiro
5. Poderão assistir às reuniões de Direção, na qualidade de observadores ou assessores sem voto, as pessoas que a mesma entender conveniente.

ARTIGO 49º

Competências do Presidente da Direção

1. Representar a E&O.
2. Cumprir e fazer cumprir o articulado no artigo 47º deste Regulamento.
3. Definir as atuações mais específicas de cada um dos restantes membros da Direção.
4. Coordenar e orientar as atuações dos membros da Direção, sem prejuízo das competências e responsabilidades diretas destas.

ARTIGO 50º

Competências do Vice-Presidente da Direção

1. Coadjuvar o Presidente no exercício das suas funções.
2. Substituí-lo em caso de impedimento.

ARTIGO 51º

Competências do Secretário da Direção

1. Redigir as atas das reuniões da Direção.
2. Redigir, em colaboração com o Presidente, o Relatório referente ao ano findo e o Plano de Atividades para o ano em curso.
3. Em caso de impedimento do Secretário, será substituído pelo Vogal da Direção.

ARTIGO 52º

Competências do Tesoureiro

1. Arrecadar e assegurar o regular pagamento das quotas, administrando os rendimentos da associação e resguardar toda a documentação oficial que lhe diga respeito.
2. Cobrar quotas, passar e assinar recibos.
3. Apresentar informações sobre a situação financeira da associação nas reuniões de Direção.
4. Providenciar ao Conselho Fiscal todos os elementos necessários ao desempenho das suas funções.

5. Redigir o relatório das Contas do ano transato e o Orçamento do ano corrente, a apresentar pela Direção à Assembleia-geral.
6. Movimentar a conta ou contas bancárias, juntamente com o Presidente ou membro da Direção em que este delegar.
7. Manter inventário atualizado do património da E&O e administrá-lo.
8. Custodiar os documentos de cariz financeiro da associação.

ARTIGO 53º

Competências do Vogal da Direção

1. Coadjuvar os restantes membros da Direção no desempenho das suas funções.
2. Substituir o Secretário ou o Tesoureiro no desempenho das suas funções, em caso de impedimento de algum deles.

ARTIGO 54º

Responsabilidades da Direção

1. A Direção é solidariamente responsável pelos atos da sua gerência.
2. De qualquer eventual responsabilidade são isentos os membros da Direção que não tiverem tomado parte na respetiva resolução se contra ela se manifestarem por escrito logo que da mesma tomem conhecimento e os que tiverem votado expressamente contra a respetiva deliberação.
3. De todas as reuniões ordinárias e formais da Direção é lavrada ata, que, após aprovação, é assinada por todos os que tenham estado presentes.
4. As atas ficarão disponíveis na E&O para consulta dos associados.

ARTIGO 55º

Composição do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário.

ARTIGO 56º

Competências do Conselho Fiscal

1. Examinar a contabilidade da E&O pelo menos uma vez em cada semestre.
2. Emitir o Parecer sobre o Relatório e Contas da Direção.
3. Dar parecer relativamente a matérias que envolvam responsabilidade patrimonial.
4. Solicitar a convocação de Assembleia-geral extraordinária, quando o achar necessário.
5. Assistir às reuniões da Direção, sempre que convocado pela Direção, sem direito a voto.

ARTIGO 57º

Funcionamento do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal reúne ordinária e formalmente, no mínimo, uma vez por semestre, por convocação do seu presidente.

ARTIGO 58º
Competências do Presidente do Conselho Fiscal

1. Dirigir as reuniões do Conselho.
2. Representar o Conselho Fiscal em todos os atos que sejam inerentes às suas funções e existência.

ARTIGO 59º
Competências do Vice-Presidente do Conselho Fiscal

1. Substituir o Presidente, em caso de impedimento deste.
2. Coadjuvar o Presidente sempre que este o entender conveniente.
3. Assegurar junto ao Tesoureiro, a receção regular de toda a documentação necessária ao desempenho das funções de que o Conselho Fiscal está incumbido.
4. Substituir o Secretário em caso de impedimento deste.

ARTIGO 60º
Competências do Secretário do Conselho Fiscal

1. Lavrar as atas das reuniões do Conselho.
2. Redigir os pareceres do Conselho Fiscal, bem como as demais consultas e documentos que dele emanem.
3. Substituir o Vice-Presidente em caso de impedimento deste.

CAPÍTULO V
(Financiamento)

ARTIGO 61º
Património e Receitas

1. O património social é constituído por todos os bens móveis e imóveis adquiridos a título oneroso ou gratuito pela E&O e pelos direitos que sobre os mesmos recaem.
2. Constituem-se receitas da E&O:
3. O produto das quotas, joias e demais prestações a que os associados estejam obrigados
4. A recolha de fundos
5. As doações, legados, heranças e respetivos rendimentos
6. Os rendimentos dos bens próprios
7. Os subsídios, donativos, participações e financiamentos de que a E&O seja beneficiária
8. O produto da venda de publicações ou da prestação de serviços
9. Subsídios oficiais
10. Outras receitas
11. As receitas são aplicáveis na cobertura das despesas de funcionamento da E&O e no incremento das suas atividades.

12. Os associados concorrem para o património social com as suas quotas e com a respetiva prestação de serviços.

CAPÍTULO VI **(Disposições finais e transitórias)**

ARTIGO 62º **Casos omissos**

A interpretação e a integração das lacunas do presente estatuto competem à Assembleia-geral, recorrendo-se para o efeito às disposições legais reguladoras das associações e à lei geral.

ARTIGO 63º **Entrada em Vigor**

Os presentes Estatutos entram em vigor no dia seguinte à sua aprovação em Assembleia-geral.

ANEXO VIII – Estatutos FEC

Estatutos da Fundação Fé e Cooperação

Decreto

Considerando o termo do mandato do Secretariado Nacional para as Comemorativas dos 5 Séculos de Evangelização e Encontro de Culturas e, conseqüentemente, a extinção de um dos principais objetivos estatutários que levaram à constituição da Fundação;

Considerando a história recente e o caminho de entendimento, solidariedade e colaboração que as Comemorações e a Fundação têm vindo a estruturar de forma coerente e substantiva entre a Igreja de Portugal e as demais Igrejas Lusófonas;

Considerando a sugestão da Congregação para a Evangelização dos Povos, na sua instrução *Cooperatio Missionalis*, que visa a criação de um órgão destinado a programar, dirigir e rever as principais atividades de cooperação a nível nacional;

Considerando, finalmente, a vontade de potenciar a Fundação como a entidade capaz de promover uma maior unidade operativa à Igreja em Portugal no relacionamento com as Igrejas Lusófonas e a utilização eficaz dos diversos meios disponibilizados para a cooperação e animação missionária;

A Conferência Episcopal Portuguesa, em conjunto com a Conferência dos Institutos Religiosos de Portugal (CIRP), entidade constituída da fusão entre a Conferência Nacional dos Superiores Maiores dos Institutos Religiosos (CNIR) e a Federação Nacional das Superiores Maiores dos Institutos Religiosos Femininos (FNIRF), decidiu promover a alteração dos Estatutos da Fundação, dotando-a de novos instrumentos, parcerias e potencialidades que lhe permitam prosseguir os aspetos fundamentais salientados.

Capítulo I – NATUREZA E FINS

Artigo 1º

A Fundação Fé e Cooperação (FEC), adiante designada por Fundação, é uma instituição canónico-civil de direito privado, que se rege pelos presentes Estatutos e, nos casos omissos, pelas disposições legais específicas da sua natureza jurídica.

Artigo 2º

A Fundação tem por missão promover o desenvolvimento humano integral através da cooperação e solidariedade entre pessoas, comunidades e Igrejas. Enquanto organismo da Igreja Católica em Portugal, a FEC realiza a sua missão operando como uma ampla rede de diálogo, mobilização, cooperação e sensibilização entre pessoas, comunidades e Igrejas, em particular dos países lusófonos.

Nessa linha, compete à Fundação contribuir para a realização e o incremento de acções de carácter cultural e educacional, procurando o desenvolvimento integral dos povos e a continuidade, valorização e consolidação dos laços religiosos, históricos e culturais mantidos desde há cinco séculos.

Artigo 3º

Incumbe especificamente à Fundação:

- Apoiar a Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) e a Conferência dos Institutos Religiosos de Portugal (CIRP), nas vertentes da missionação e da cooperação com outras Igrejas e povos;
- Promover e apoiar autonomamente ações de cooperação com as Igrejas e as instituições culturais lusófonas, em espírito de fraternidade e solidariedade entre os povos;
- Apoiar entidades e atividades de investigação, estudo e difusão de conhecimentos para a revitalização da consciência missionária, de cooperação e de entendimento multicultural;
- Realizar atividades de formação e de intercâmbio de pessoas, com vista à prossecução dos fins da Fundação;
- Proporcionar o acolhimento em Portugal às pessoas provenientes das igrejas e instituições que se encontrem no âmbito da Fundação.

Artigo 4º

A Fundação é perpétua e tem a sua sede na Quinta do Cabeço, Porta D, 1885-076 Moscavide, Loures.

Na medida em que o seu desenvolvimento o justifique, pode a Fundação criar dependências ou delegações onde se torne necessário ou conveniente para a consecução da respetiva missão.

Capítulo II – PATRIMÓNIO E RECEITAS

Artigo 5º

A Fundação foi instituída pela Conferência Episcopal Portuguesa, pela Conferência Nacional dos Superiores Maiores dos Institutos Religiosos e pela Federação Nacional das Superiores Maiores dos Institutos Religiosos Femininos, com um fundo inicial próprio de onze milhões de escudos cabendo 52 % à CEP, 20% à CNIR e 28% à FNIRF.

O património da Fundação é constituído:

- Pelo fundo inicial;
- Pelas contribuições, periódicas ou não, e quaisquer outras liberalidades que venham a ser efetuadas pelos seus membros;
- Pelas contribuições ou subsídios de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- Pelos rendimentos dos seus bens próprios;
- Por todos os bens móveis e imóveis e direitos que ela adquirir com os rendimentos dos seus bens próprios ou que lhe advierem a outro título, nomeadamente em consequência de prestação de serviços.

As receitas da Fundação destinam-se a:

- Custear o seu funcionamento;
- Subsidiar as atividades contidas nos seus fins gerais ou específicos;
- Ser incorporadas no seu património.

Artigo 6º

A Fundação goza de plena autonomia financeira, estando a respetiva ação apenas subordinada às regras de direito privado.

A Fundação, no exercício das suas atividades, poderá:

- Aceitar quaisquer doações, heranças ou legados;
- Adquirir, a título oneroso, bens móveis ou imóveis necessários à prossecução dos seus fins;
- Alienar bens móveis ou imóveis.

Capítulo III – MEMBROS

Artigo 7º

Os membros da Fundação distribuem-se por quatro grupos: fundadores; equiparados a fundadores; honorários e colaboradores.

São membros fundadores as entidades que assinaram o ato constitutivo da Fundação.

Adquirem a qualidade de membros equiparados a fundadores as entidades e pessoas singulares que prestem, pela sua natureza ou pelas suas ações, um contributo inquestionavelmente relevante na concretização da missão estatutária da Fundação, devendo a respetiva admissão ser proposta por dois ou mais membros fundadores, ou equiparados a fundadores, e aprovada pelo Conselho de Fundadores.

Adquirem a qualidade de membros honorários as entidades e pessoas singulares que comunguem na missão da Fundação e participem ativamente na concretização dos seus objetivos estatutários, devendo a respetiva admissão ser proposta por um ou mais membros fundadores ou equiparados a fundadores, ou pelo Conselho de Administração, e aprovada pelo Conselho de Fundadores.

Adquirem a qualidade de membros colaboradores as entidades e pessoas singulares que pretendam associar-se ao projeto da Fundação, devendo a respetiva admissão ser proposta por um ou mais membros da Fundação, de qualquer dos grupos indicados, e aceite pelo Conselho de Administração.

Artigo 8º

Constituem direitos de todos os membros:

- Participar nas atividades promovidas pela Fundação;
- Utilizar os serviços de Fundação para apoio na elaboração e desenvolvimento de estudos e projetos de missionação e cooperação, assim como para o desenvolvimento de contactos com outros países, particularmente os lusófonos, de acordo com as possibilidades da Fundação em cada momento;
- Utilizar os serviços de documentação e biblioteca da Fundação nas condições previstas no respetivo regulamento;
- Receber em condições especiais, as publicações e estudos publicados pela Fundação;
- Cada membro tem o direito de participar e plena capacidade eleitoral em relação aos órgãos sociais a que, mercê da sua qualidade de membro, tenha acesso ou para o qual tenha sido designado.

Artigo 9º

Os membros da Fundação devem respeitar e defender as orientações da Igreja Católica e, especificamente, a sua doutrina missionária.

Capítulo IV – ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Artigo 10º

A Fundação tem os órgãos seguintes:

- Conselho de Fundadores;
- Conselho de Assessores;
- Conselho de Administração;
- Conselho Fiscal.

Secção I – Conselho de Fundadores

Artigo 11º

O Conselho de Fundadores é o órgão que define as grandes linhas de orientação da Fundação.

Artigo 12º

O Conselho de Fundadores é constituído:

- Pelo Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, que preside;
- Pelos Presidente e Vice-Presidente da Conferência dos Institutos Religiosos de Portugal;
- Pelos membros equiparados a fundadores ou, sendo estas entidades, por um membro representante de cada um deles.

Ao Conselho de Fundadores podem ser agregados os membros seguintes:

- Dois a cinco membros designados pela Conferência Episcopal Portuguesa;
- Dois a quatro membros designados pela Conferência dos Institutos Religiosos de Portugal;
- Até três membros honorários designados pelo Conselho de Fundadores.

Artigo 13º

Compete ao Conselho de Fundadores:

- Aprovar alterações aos Estatutos;
- Nomear e exonerar os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Assessores;
- Definir e estabelecer as orientações gerais de funcionamento da Fundação;
- Discutir e aprovar o relatório de atividades e as contas de cada exercício;
- Discutir e aprovar o orçamento e os planos de atividade apresentados pelo Conselho de Administração;
- Autorizar a aquisição e alienação de bens imóveis, a contração de empréstimos e concessão de garantias;
- Aprovar a admissão de membros equiparados a fundadores e honorários;
- Decidir sobre quaisquer outras matérias que respeitem à atividade da Fundação.

Artigo 14º

O Conselho de Fundadores só pode funcionar estando presentes pelo menos dois terços dos seus membros em efetividade de funções;

As decisões do Conselho de Fundadores são tomadas por maioria absoluta dos votos; exige-se, porém, uma maioria qualificada de três quartos dos membros presentes nos casos seguintes:

- Exoneração dos vogais do Conselho de Administração e do Conselho de Assessores;
- Alteração de Estatutos da Fundação;
- Alienação de bens imóveis.

Os membros do Conselho de Administração têm assento no Conselho de Fundadores, sem direito a voto.

O Conselho de Fundadores reúne ordinariamente duas vezes por ano e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente, por sua iniciativa ou mediante proposta de dois terços dos seus membros.

Secção II – Conselho de Assessores

Artigo 15º

O Conselho de Assessores constitui o órgão de apoio nos assuntos que respeitem à conceção, proposta ou apreciação de iniciativas, projetos e atividades em que se desdobre a consecução das finalidades estatutárias cometidas à Fundação.

Artigo 16º

O Conselho de Assessores é composto por um Presidente e um máximo de oito vogais propostos pelo Conselho de Administração e aceites pelo Conselho de Fundadores.

O Conselho de Assessores pode agregar especialistas de reconhecido mérito à execução de tarefas pontuais de que seja incumbido.

Artigo 17º

Compete ao Conselho de Assessores:

- Sugerir iniciativas, projetos e atuações concretas que se insiram no escopo estatutário da Fundação;
- Habilitar a Fundação com pareceres e apoios técnicos sempre que para isso seja solicitado pelos órgãos sociais da Fundação;
- Acompanhar a realização de atividades específicas da Fundação, em colaboração com o Conselho de Administração;

Artigo 18º

O Conselho de Assessores reúne ordinariamente três vezes por ano e extraordinariamente sempre que convocado pelo Conselho de Fundadores, de Administração ou por iniciativa do seu Presidente.

O Presidente do Conselho define as regras de funcionamento interno e a distribuição de funções pelos seus membros.

O Conselho pode reunir e funcionar por secções em razão da especificidade dos assuntos a tratar.

O Conselho de Administração pode fazer-se representar nas reuniões do Conselho de Assessores.

Secção III – Conselho de Administração

Artigo 19º

O Conselho de Administração é composto por um presidente e quatro vogais designados pelo Conselho de Fundadores.

De entre os vogais deve ser indicado um vice-presidente e um secretário que por inerência do cargo assume as funções de administrador executivo da Fundação.

Artigo 20º

Ao Conselho de Administração compete a gestão corrente da Fundação, observando as linhas gerais definidas pelo Conselho de Fundadores.

Compete especialmente ao Conselho de Administração:

- Estabelecer a organização interna da Fundação e aprovar os regulamentos necessários ao seu bom funcionamento;
- Administrar o património da Fundação;
- Preparar e submeter à aprovação do Conselho de Fundadores os orçamentos, as contas e os planos de atividade;
- Contrair empréstimos e conceder garantias, conforme o artigo 13 alínea f);
- Representar a Fundação em juízo e fora dele;
- Proceder ao inventário anual do património e preparar o relatório e contas para serem apreciadas pelo Conselho Fiscal;
- Propor ao Conselho de Fundadores as incorporações do património;
- Aprovar a admissão de membros colaboradores.

Artigo 21º

A Fundação fica obrigada em quaisquer atos ou contratos pela assinatura conjunta de dois membros do Conselho de Administração, um dos quais deverá ser o presidente ou o vogal em que ele expressamente delegar.

Nos assuntos reservados por estes Estatutos ao Conselho de Fundadores, o Conselho de Administração só pode vincular a Fundação se para isso for expressamente mandatado.

Secção IV – Conselho Fiscal

Artigo 22º

O Conselho Fiscal é composto por três elementos designados para representar:

- a Conferência Episcopal Portuguesa, que preside;
- a Conferência dos Institutos Religiosos de Portugal;
- outros membros equiparados a fundadores.

Artigo 23º

Compete ao Conselho Fiscal dar parecer sobre o inventário, o relatório e as contas de cada exercício, assim como sobre a conformação da aplicação dos rendimentos aos fins estatutários.

Capítulo V – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 24º

O mandato dos membros dos órgãos previstos no capítulo IV, que não assumam essa qualidade por inerência do cargo que ocupam, têm uma duração de três anos, podendo ser renovados.

Artigo 25º

Os membros do Conselho de Fundadores e do Conselho Fiscal são designados no prazo máximo de sessenta dias a contar da data de aprovação dos presentes estatutos.

O Conselho de Fundadores designa os membros do Conselho de Administração no prazo máximo de trinta dias a contar da data da sua constituição.

Artigo 26º

Em caso da extinção, os valores e encargos existentes reverterem para as entidades fundadoras, na proporção do respetivo capital.

Os presentes Estatutos da Fundação Fé e Cooperação (FEC), cujo original é constituído por 26 artigos dactilografados em 9 páginas numeradas e rubricadas, é o resultado da revisão dos Estatutos publicados no Dário da República nº 18, de 22 de Janeiro de 1993, III Série, revisão esta aprovada em reunião do Conselho Geral da Fundação em 25 de Outubro de

1999 e pela Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portugal de 8 a 11 de Novembro de 1999, e em reuniões do Conselho de Fundadores da Fundação em 16 de Abril de 2010 e 3 de Janeiro de 2011 e pelo Conselho Permanente da Conferência Episcopal Portuguesa, na sessão de 15 de Fevereiro de 2011.

P. Manuel de Fátima Ferreira e Oliveira Morujão

Secretário da Conferência Episcopal Portuguesa

ANEXO IX – Quadro-síntese de Análise de Conteúdo

ANÁLISE DE CONTEÚDO

ENTREVISTAS

Categoria	Subcategoria	Excertos
ONGD	Objetivos	<p>“Inovação Social, Empreendedorismo.” (E1)</p> <p>“E então, assistir ao nível mais básico, com a distribuição de alimentação, o acesso a cuidados de saúde e higiene, a construção de infraestruturas, porque são crianças que ainda estudam em troncos debaixo de árvores... portanto estamos mesmo a falar de coisas ao nível mais básico. Onde o principal objetivo é assistir para a mudança, mesmo, num nível mais básico.” (E3)</p> <p>“Julgo que um dos nossos principais valores e objetivos... e acaba por ser... é a... Procura da confiança, seja por parte... seja pela parte dos padrinhos, dos financiadores... digamos assim.” (E4)</p>
	Missão	<p>“É atuar em favor da infância, portanto... nós atuamos a favor da infância em comunidades marcadamente rurais, ... extremamente rurais. Para assistir ao nível mais básico.” (E3)</p> <p>“A missão é dar um futuro melhor a um conjunto alargado de crianças e famílias...um futuro mais digno. Um futuro com mais condições para que elas, próprias possam construir o seu desenvolvimento, para que possam construir o seu futuro com um bocadinho mais de ... desde que seja com um bocadinho mais de condições do que os seus pais tiveram já é bom. Também não podemos querer, sonhar com alterações dramáticas... de um dia para o outro. Mas se formos dando pequeninos paços rumo... A um desenvolvimento. Rumo a um futuro com escolha. Já é muito bom!” (E4)</p>

		<p>“O que marca a diferença é esta démarche de compromisso de fé, que está ligado de alguma maneira, se não à religião, pelo menos a uma motivação de cariz espiritual, digamos assim... dos seus colaboradores, e daqueles que são os seus fundadores, e neste processo de cooperação com as outras comunidades, que são muito diferentes da nossa comunidade de origem que é Portugal (...) procuramos uma grande proximidade com as pessoas, com as comunidades, com um matriz de apoio que está ligada de alguma maneira às Igrejas dos países com quem cooperamos. Mas que de maneira alguma se restringe aos limites, das pessoas que estão dentro dos limites da Igreja. Atendemos pessoas de todos os credos, de todas as raças... não temos quer tipo de limitação nesse sentido. Alias isso até marca... faz a distinção entre a fundação e outras organizações, é justamente essa capacidade de entrar em diálogo, até com comunidades com uma matriz religiosa diferente da sua...” (E5)</p>
Cooperação para o Desenvolvimento	Definição	<p>“Não vou utilizar, se calhar, a palavra ajudar, porque é uma palavra má (...) É tentar. É colaborar. É cooperar. É procurar arranjar soluções em conjunto. Não mudando a... a... sociedade, não é?! Porque são sociedades diferentes, com políticas diferentes, com religiões diferentes e nós temos de ter, essa... noção que há essas barreiras e que não podemos querer implementar aquilo que é nosso; porque pode... não se adequar ... Portanto, é mesmo, tentar... não digamos que irá mudar... mas... fazer pequenas mudanças que tornem as coisas, que facilitem o dia-a-dia” (E1)</p> <p>“E desenvolver, portanto... por um lado esta ideia de não, não exportar ideias, não é?! (...) Não exportar ideias e modelos. Ah... permitir o desenvolvimento de recursos endógenos das próprias populações ... e a sustentabilidade” (E2)</p> <p>“... lado, cooperar por um lado com o Governo no país, porque sabemos que... pronto, isto agora... podem ou não ter os meios para... é discutível... mas sabemos que não chegam à população como deveriam. O apoio não chega à população como é suposto... como deveria. E aqui as organizações e a cooperação para o desenvolvimento permitem colmatar essa lacuna, no governo desses países, não deixando... ou não... a ajuda não chegando efetivamente à população, nós conseguimos colmatar essa falha.</p>

		<p>Por outro lado, conseguimos e, é importante, que haja uma cooperação entre todas as organizações que atuam no terreno (...) mas também com as outras organizações que estão no terreno de forma a, que consigamos chegar a diferentes sítios e ajudar o maior número de pessoas possível... podermos ajudarmo-nos mutuamente.” (E3)</p> <p>“Acho muito importante cooperar uns com os outros, no sentido em que não haja uma duplicação de esforços, de que haja convergência de apoio, entre organizações. Se há uma organização mais voltada para a saúde, então, esta pode aliar-se num determinado projeto a uma que é mais da área da educação. E ... e por aí. No sentido em que haja um olhar para o vizinho, perceber como se está a fazer, para que juntos possamos fazer melhor para crianças, para famílias e comunidades...” (E4)</p> <p>“A palavra que me vem de imediato à cabeça é diálogo. Diálogo e procurar benefícios que são comuns, e portanto a cooperação para o desenvolvimento é isso mesmo, procurar o diálogo entre nações diferentes, procurando o bem-comum dessas duas pessoas, de mim e das pessoas com quem trabalho em Angola, neste momento (...) E, portanto a cooperação, é trabalhar de forma, em diálogo para o bem comum” (E5)</p> <p>“Portanto, a cooperação é isso, parte se calhar disso... a base da cooperação, o diálogo é o instrumento, a maneira de, mas a cooperação tem de partir desta consciência de que o outro tem alguma coisa de benéfico a trazer-me, para o meu desenvolvimento. E nessa perspetiva nós queremos reconhecer cada vez mais o valor que o outro, que está em Angola, na Guiné-Bissau ou em Timor... no Sudão do Sul, etc. tem, neste processo de mudança com que nós queremos colaborar, onde queremos operar juntos. Portanto, é nessa perspetiva que trabalhar em rede, trabalhar com pessoas locais traz-nos logo essa mais-valia, do contexto.” (E5)</p>
	<p>Projetos</p>	<p>“Primeiro nós debatemos, às vezes, ideias com os interlocutores. Que nós temos interlocutores, nos países em que atuamos, e normalmente nós pedimos opiniões, o que é que eles acham. Que nós temos uma ideia e se é viável no país ou não. Porque, às</p>

		<p>vezes, é importante, às vezes, a gente acha que a ideia é muito boa, e é fundamental e lá e tal, não tem (...) Nós trabalhamos com interlocutores lá, temos representantes fora. E basicamente é assim... falamos com eles; ver a ideia deles, se estão de acordo com a nossa... com o projeto, se é adequado... E depois se disserem que sim... a gente avança com o projeto.” (E1)</p> <p>“Normalmente nos nossos projetos, gostamos de lançar abertos a criatividade... Gostamos que sejam inovadores... essa é uma componente que damos valor, a inovação e a criatividade.” (E1)</p> <p>“O objetivo é que o projeto continue. Acabado aquele financiamento, criar as bases para a continuidade do projeto, com autonomia. É essa... é esse o princípio” (E1)</p> <p>“A conceção parte da parceria com os nossos interlocutores” (E2)</p> <p>“Tentar desenvolver projetos de a , o ... portanto projetos onde os objetivos essenciais sejam, portanto a autonomia das populações, o desenvolvimento da qualidade de vida, não é ... e a sustentabilidade.” (E2)</p> <p>“Chegando ao local, procuramos a ação distrital e provincial da ação social. Definem quais os locais e comunidades que ainda não têm nenhum tipo de ajuda, e que são mais necessitadas. Como temos uma equipa permanentemente no terreno, tanto em Moçambique, como em São Tomé e Príncipe e Moçambique. Temos 2 escritórios... portanto, temos uma equipa, em cada escritório, em Nampula e em Cabo Delgado. Vamos às comunidades e falamos com os líderes comunitários, ou seja, estas comunidades ainda têm uma cultura muito, muito... enraizada, desde logo, desde há muitos anos atrás, onde ainda funcionam muito os líderes comunitários... de cada comunidade. Falamos com os líderes comunitários e averiguamos se de facto eles concordam que precisam de ajuda, que tipo de ajuda, de que forma podemos apoiar. (...) Depois tentamos trabalhar muito na lógica de trabalhar com a comunidade e não para a comunidade. Ou seja, muito bem... aquilo que precisam é de uma escola. Nós não vamos chegar aqui e construir a escola. Nós vamos... o que é que</p>
--	--	--

		<p>precisam? Precisam de cimento. Precisam de barrotes. Precisam de pregos. Então muito bem, nós arranjar esse material e ... em conjunto com a comunidade vamos edificar a escola. Ate porque essa é uma forma também, de eles, depois se responsabilizarem pelo, ... pelo uso da escola, não é... E deixarem depois aquilo, que como não fomos nós que criamos, se calhar, até nem queremos saber e deixamos estragar. Acabamos por banalizar um bocadinho. Assim trabalhamos muito na lógica da comunidade. (...) Um dos compromissos que a Helpo assumiu é que todas as crianças apoiadas têm de estar na escola. Ou seja, nós só apoiamos aquela criança, se os pais a inscreverem na escola, porque se não os pais acabam por utilizar o apoio indevidamente, não são.... Depois, uma vez identificada a comunidade, trabalhamos sempre com as escolas dessa comunidade.” (E3)</p> <p>“Todos os nossos projetos são de continuidade. Tirando estes projetos específicos... eu agora estou a dar exemplos de construção de infraestruturas. Estes projetos são muito específicos. Mas todas estas comunidades têm uma relação de continuidade com a Helpo, porque a partir do momento em que começamos a apadrinhar, apadrinhamos até ao fim. Mesmo que de repente deixem de haver crianças a frequentar a escola e como pode calcular isso é impossível...” (E3)</p> <p>“Nós trabalhamos numa relação muito estreita com as autoridades e com os ministérios e com as delegações provinciais. E muitas vezes são pessoas do ministério ou da delegação provincial da mulher, da ação social, ou da educação que nos dizem se vocês forem aquela comunidade, há uma necessidade assim, e uma comunidade muito pobre... seria interessante se pudessem ajudar ali naquela zona. Outras vezes, e quando estamos no terreno há algum tempo é também isso, que acontece... começamos a receber solicitações porque alguém já ouviu falar, porque já conhecem o trabalho... por um lado há a solicitação da próprias entidades ministeriais... também há a procura por parceiros, não é, congregações religiosas, associações locais (...)Damos prioridade a estas carências mais de base. E vamos ver com próprios olhos se as carências que há são reais, falar com a comunidade. Se a comunidade, que a presença da organização, se a comunidade,</p>
--	--	--

		<p>quer trabalhar com a organização... porque também, por metodologia, nós só damos o que a comunidade não tem. Por isso, se não quiserem nós não estamos... é uma colaboração. E quando tudo isto se junta, alguém encontrou um sítio para ir, os nossos colegas verificaram que a ajuda é necessária, a comunidade quer a presença da organização... aí nasce, a ideia de um projeto.” (E4)</p> <p>“Não temos uma aparição ”toca e foge” apesar de sermos uma organização pequenina, também em termos financeiros, os nossos projetos não têm valores grandiosos... como os de muitas organizações, e acabamos ao início sobretudo numa fase inicial... como não nos conhecem passamos assim um pouco despercebidos... porque é uma organização mais pequenina, com pouco dinheiro. Mas de facto com a continuidade as pessoas veem que às vezes ao início, quando dizemos que ficamos até não precisarem mais de nós soa, a estranho, um bocadinho a mentira. Mas de facto, com o passar do tempo veem que estamos lá e que estamos para ficar. E enfim acaba por nos marcar...” (E4)</p> <p>“Isso também pode ter um lado negativo que é o sentido da comunidade saber que como não vamos sair, que estamos sempre ali... Enfim. Os nossos colegas com alguma ginástica tentam gerir essa dependência face a nós e aos nossos serviços. Até para não, por um lado, porque o dinheiro não chega para todas as comunidades, para todos os projetos... temos de fazer escolhas e não dá para tudo.” (E4)</p> <p>“ (...) Tem sempre estas duas componentes, que acarretam de um lado e do outro uma relação de proximidade, de diálogo, para se chegar depois a uma situação de bem comum. Portanto, (...), o que é importante é encontrar o caminho comum para montar e elaborar um projeto.” (E5)</p> <p>“Vamos lá ver uma coisa, um projeto é um projeto, que tem um princípio e um fim. Portanto, tem uma fase de conceção, de formulação, implementação ... monitorização e avaliação. Pronto, tudo isso... é feito e tem um princípio e tem um fim. E normalmente é coincidente com o financiamento como é evidente, e também com os objetivos. E com indicadores de resultados e</p>
--	--	---

		<p>objetivos... etc. Nós adotamos aqui a maneira de trabalhar da gestão de ciclo de projeto... que é uma metodologia, que hoje em dia, é uma prática universal nas cooperações e nas ONG... Isso é o projeto. Mas nós temos cada vez mais e fruto, também de uma reorientação estratégica que fizemos agora, recentemente, trabalhando os projetos numa ótica de projetos, mas depois integrados numa ótica de programa, e numa perspetiva de estratégica... E portanto, nós temos isso... construído, nesta malha, nesta teia.” (E5)</p> <p>“(…) Hoje em dia, não pensamos se quer nisso como a avaliação, como uma questão externa, mas que é tao natural como respirar e que é parte integrante do próprio projeto e que é fundamental. (...)” (E5)</p>
	<p>Parceria</p>	<p>“Empresas e outras ONG também... com universidades também.” (E1)</p> <p>“Tentamos escolher as nossas parcerias, de acordo com a área do projeto e as ... e os recursos que a gente vai precisar para o projeto... que vamos precisar e também escolher as parcerias em função disso.” (E1)</p> <p>“São trazidas as diversas [mais-valias] ... as várias ideias, as várias vertentes, porque cada pessoa te uma forma de ver, de análise, portanto... nós já na própria conceção do projeto. Nós trabalhamos em parceria já. Não é só depois, porque depois, também não teria lógica...” (E1)</p> <p>“a ideia de que as organizações estão sozinhas, cada uma no seu casulo, cada um faz a sua pequenina parte... Hoje já não funciona. Há que dar espaço para os trabalhos em conjunto. E acho que todos saem a ganhar disso... todas as associações. O trabalho isolado... cada um no seu cantinho, na sua quinta, na sua esfera, penso que não é tão enriquecedor, nem tão produtivo. Até porque, hoje em dia, qualquer área exige a mobilização de competências tão variadas que tem que necessariamente recorrer a várias associações, a vários domínios do conhecimento e a várias associações que se localizam nesses vários domínios.” (E2)</p>

		<p>“Temos outros parceiros, não são só... nem sempre temos parceiros. Não são todos os nossos projetos que têm parceiros, mas acabam por vários projetos terem parceiros, porque é necessário para conseguirmos colaborar...” (E3)</p> <p>“Por um lado, é muito bom para nós porque conseguimos levar a cabo o projeto, por outro é muito bom também, para os beneficiários do projeto... porque têm uma resposta às suas necessidades. Se não houver esta parceria os beneficiários não usufruem do projeto que responde às suas necessidades... Por isso é bom para todos os lados. Claro que como é normal, e é óbvio... há sempre coisas que correm melhor ou coisas que correm pior... há parcerias que correm melhor e outras pior, mas vamo-nos adaptando às situações, não é?” (E3)</p> <p>“Quando há mais diversidade, seja de pessoas e de culturas acho que é positivo. Por exemplo, nós ajudamos muitas entidades religiosas, mas não nos caracterizamos como uma organização católica ou de outra religião qualquer. E isso acaba por ser enriquecedor para todos. Com alguns cuidados, porque... isto não é tudo branco e preto ... É sempre preciso algum cuidado, então no terreno, em que no terreno quem está associado a uma organização, ou dá a cara por uma organização, as pessoas têm de ser muito responsáveis.” (E4)</p> <p>“Desde que as partes considerem que aquela relação é benéfica e gera bons frutos e que tem espaço para crescer... normalmente um projeto dá aso a um novo projeto... não necessariamente, e não habitualmente ao mesmo projeto, mas um projeto diferente, com atividades diferentes outras semelhantes, que aprofundam aquela que lhe antecedeu... mas sim os contactos são fundamentais, são fundamentais. Apesar de, que os contactos existentes entre os técnicos existentes nestes terrenos e as pessoas, nomeadamente agentes de cooperação, que são os dirigentes locais, ao nível dos ministérios, ao nível das comunidades, ao nível das outras ONG, das outras organizações da sociedade civil, das universidades, de tudo isso... são importantes, mas nós procuramos ser cada vez mais, ultrapassar a questão pessoal(...) se não há uma certa institucionalização da prática de comunicação... que os contactos,</p>
--	--	--

		<p>por vezes, se perdem com as pessoas, que tem aquela coisa do ditado popular africano que diz que “ quando morre um velho, é como se uma biblioteca se incendiasse”, então a ideia que nós temos é contrariar essa tendência. Não só lá mas também cá. E no entanto procuramos criar aqui, plataformas que assegurem uma memória e um registo de tudo, de toda a informação que é gerada nos projetos, também ao nível dos contactos e ao nível da comunicação.” (E5)</p> <p>“Não e cada vez menos. E inclusive isso vê-se no modelo de implementação dos nossos projetos, e cada vez mais, nós somos ... cada vez mais nós não somos implementadores e cada vez mais os implementadores são os nossos parceiros locais.” (E5)</p> <p>“... bom, pode ser vista de diferentes perspetivas ... mas ... a mais-valia desde logo, desta maneira de trabalhar, ninguém, nem as próprias pessoas que vivem e cresceram, são elas que dão aso a que façam a sua própria mudança... e que promovem a mudança que acham necessária e façam uso do seu juízo e discernimento sobre a sua situação e sobre o que podem fazer para a alterar...” (E5)</p>
	Mais-valias dos projetos	<p>“A comunidade ficam sempre com novos instrumentos, de... não é... de... posso dizer de trabalho... dependendo do projeto (...) Ficam com, com novos... utensílios de trabalho, novas formas de... de ... de visão sim. De visão. Têm uma nova formação. E para nós também é enriquecedor!” (E1)</p> <p>“Na medida em que o projeto foi elaborado, tendo em conta necessidades, não é... e tendo em conta, as carências das próprias comunidades e é elaborado em parceria, acho que é sempre bom. Acho que eles, tem de (...) Ganhar sustentabilidade também. E enriquecer a população local. Permitir a sua autonomia, o seu trabalho... não é? Ah... e o seu enriquecimento é também para nós.” (E2)</p> <p>“A experiencia que temos de outros projetos faz-nos estar mais atentos e preparados. E atentos aos pormenores, sem dúvida ... nós vamos aprendendo com a experiencia também. Até porque... Se bem que... depende também de cultura para cultura, porque há</p>

		<p>culturas que funcionam bem numa certa cultura e na outra já, já ... é completamente o contrário. Por isso, também depende...” (E1)</p> <p>“Ao apoiarmos algumas comunidades outras, também nos vêm pedir ajuda, porque veem que conseguimos dar resposta e aí, conseguimos sempre melhorar face ao que fizemos anteriormente... Ou melhorar ou mudar alguma coisa, que tenha corrido menos bem, se for necessário... porque conseguimos avaliar no projeto anterior e isso permite-nos poder utilizar isso num outro projeto. Outra coisa muito boa que nos permite avaliar o impacto do nosso trabalho... dos nossos projetos é... curiosamente, desde que a Helpo atua, nestas comunidades, no terreno, o número de desistências na escola diminuiu.” (E3)</p> <p>“ [Avaliação] Voltada para nós para perceber o que temos feito de bem e mal. E voltada para a comunidade para perceber o impacto que a nossa ação tem junto dela. Portanto, a avaliação é sempre feita nos dois sentidos.” (E3)</p> <p>“ (...) São beneficiários em diversos momentos e em diversas áreas. Para eles é enriquecedor, sentem-se mais acompanhados Para a organização também porque, ainda que haja comunidades em que é “ menos bom”, desculpe a expressão, trabalhar... também já sabemos com o que podemos ou não contar. Nunca é, enfim... sabemos com o que podemos contar, porque trabalhamos nos mesmos sítios físicos sabemos o que contar, mesmo em termos de recursos humanos, de recursos materiais. Sabemos onde procurar e onde comprar... Sabemos onde ir ter com aquela pessoa. E aí julgo que é benéfico para todos.” (E4)</p> <p>“Como o que nós desejamos é que as crianças permaneçam mais tempo na escola, e que terminem os seus estudos e isso demora muito, muito tempo... se conseguirmos levar a cabo outros projetos que consigam melhorar o seu dia-a-dia... a nossa presença vale muito a pena. Com uma presença constante e de continuidade...” (E4)</p> <p>“Por outro lado, outra consequência também gritante da eficiência de custo-benefício, em termos da estrutura de custos, por estes</p>
--	--	---

		<p>processos de cooperação é muito mais caro... muito mais caro, nós trabalharmos com agentes externos ao país, não faz sentido, que alguém que faz sentido que alguém com formação em gestão de projeto ou na formação de professores, de enfermeiros, de uma série de coisas que nós fazemos... se existe já ali, não faz a partida, grande sentido, para o mesmo nível de competência, para o mesmo nível de confiança. (...) Que seja uma valorização dos recursos existentes já no local, e depois que sejam mais recursos no local... que podem ser canalizados para recursos que não existem efetivamente lá e que podem ir daqui. Pronto, a ideia é jogar com as vantagens comparativas que existem em cada um dos sítios. Do ponto de vista económico, é um benefício. Do ponto de vista, da autonomia e da liberdade e da autodeterminação também, e depois que é muito mais rico também para nós. Isto é, nós trabalharmos com organizações do outro lado que são cada vez mais capazes de trabalhar não só lá, mas a ajudar-nos a nós com ideias sobre a nossa própria realidade é muito enriquecedor.” (E5)</p>
	Obstáculos	<p>FINANCIAMENTO</p> <p>“Os financiamento nunca são a 100%, portanto há sempre aquela percentagem que não é financiada pela linha, por a... Nós, às vezes, há várias linhas que podemos recorrer, mas o usual é uma linha de 75... 25%.” (E1)</p> <p>“Exige pesquisa na Internet, de linhas. Temos aquelas linhas usuais, que a gente faz a busca diariamente... <i>newsletters</i> que recebemos e de informação que nos é facultada... mas há muito trabalho de pesquisa, muito tempo que é dedicado à investigação de linhas. Porque há imensas linhas... mas às vezes, aquela linha que a gente quer especifica para o projeto, e para região em questão não aparece.” (E2)</p> <p>“ não tem nenhum projeto que não seja autossustentável. Ou seja, a linha de financiamento da Helpo é ... são os padrinhos da associação (...) Nós candidatamo-nos aos financiamentos públicos, como todas as organizações... até à data ainda não ganhamos nenhum financiamento, portanto não conseguimos, pelo menos para já prever como seria, se o financiamento acabasse ou fosse reduzido... porque nunca conseguimos nenhum financiamento público e agora, cada vez menos, porque os apoios</p>

		<p>estão a diminuir e estão a cortar nos orçamentos...” (E3)</p> <p>“ É muito triste ver que há um ou dois projetos que têm muito potencial enorme e que seriam extremamente necessários no terreno, e que não podem ir para a frente porque não há financiamento.” (E3)</p> <p>“Temos alguns padrinhos que desistem por causa disso... Sentem-se tristes, porque não veem retorno no seu apoio... Há padrinhos que não compreendem que o seu apoio é mesmo ao nível da assistência básica às crianças. (...) Compromete-se a continuidade do nosso trabalho.” (E3)</p> <p>“Nós temos sempre uma dificuldade que é o financiamento dos projetos. Porque... claro, nós funcionamos muito por contexto, e há políticas e estratégias de cooperação, e há investimentos no domínio da ajuda pública ao desenvolvimento, portanto nós fazemos parte de um mercado, que é esse, em que tem política e operadores que de alguma maneira o regulam... (...)claro que é um ponto importante, nomeadamente num momento de crise, e isso obriga a ajustamentos, nos modelos de financiamento dos projetos e nas instituições que neste momento estão a passar de públicas a cada vez mais privados, mas aumentando a fatia que vem de outras instituições públicas, que não as tradicionais até há pouco, dos governos e multilaterais. (...) ” (E5)</p> <p>AValiação</p> <p>“Há situações em que a pessoa que vai fazer a avaliação, não lhe é facultada toda a informação... às vezes é difícil obter. Mesmo com a entrevista aos locais é mesmo difícil obter toda a informação ... por diversas razões. Basicamente é isso...às vezes, nem, nem conseguimos obter a informação toda que é necessária para avaliar o projeto... se está bem feito ou não... ou porque é que certa e determinada coisa correu mal... porque não tenho informação mesmo. E às vezes a população local fecha-se um bocado... depende de com quem estamos a trabalhar, da população, das ligações que são criadas com a pessoa com quem estamos a trabalhar... Tem diversos fatores, que tanto vão facilitar</p>
--	--	--

		<p>ou podem complicar a avaliação” (E1)</p> <p>DIFERENÇA DAS REALIDADE</p> <p>“Eu julgo que o maior tem a ver com as discrepâncias entre a nossa realidade e a realidade de lá. (...) Enfim... e isto é uma dificuldade muito grande, verem o terreno como ele é e não como eu imagino que é.” (E4)</p> <p>QUALIFICAÇÃO DOS RH</p> <p>“Outra questão que eu julgo que talvez hoje esteja mais facilitada, mas que continua a ser sempre um ponto sensível, tem a ver com a qualificação das pessoas que trabalham nestas organizações. E o seu conhecimento específico do que é o desenvolvimento, do que é a cooperação... a sua preparação em termos de competências específicas da área. Eu acho que isso é também um desafio grande.” (E5)</p> <p>RH LOCAIS</p> <p>“Continua a ser a utilização de recursos humanos cada vez mais locais, porque de vez em quando havia problemas com os vistos, ou com essas coisas que às vezes, são processos mais difíceis, mais demorados, e que geram algumas ineficiências...” (E5)</p>
Desenvolvimento	Condicionantes ao trabalho	<p>FINANCIAMENTO/ RH</p> <p>“Condiciona bastante. Porque é ... se não houver financiamento, é quase impossível, uma, uma... organização ou conjunto de organizações financiarem um projeto a 100%. Porque há projetos muito caros... e as organizações não têm... Não têm estrutura para suportar, ... o valor integral de um projeto ” (E1)</p> <p>“A maior parte, é tudo voluntário. Não ganhamos dinheiro com isso. Não somos pagos pelo trabalho... Isso é totalmente gratuito. Além disso, um projeto não vive só disso... não vive só de trabalho voluntário. Existe tecnologia, mobilização de recursos materiais, técnicos, ... não é? Infraestruturais, até. Logísticos. Que não dependem apenas do trabalho voluntário. Tem de haver algum suporte que permita isso... agora não havendo financiamento...</p>

		<p>para nós é muito difícil. Porque não temos um orçamento que permita desenvolver projetos. Já é bom termos capacidade para mantermos a estrutura da associação em funcionamento...” (E2)</p> <p>“Quer a falta de pessoas qualificadas, quer a questão dos financiamentos, também.” (E5)</p> <p>“Nós trabalhamos cada vez mais com, com... o setor privado também. Mas a verdade é que nós vemos noutros países, (...) há já uma grande diferença na cultura de parceria entre as ONG e por exemplo, as empresas, na promoção de uma postura de responsabilidade social, por exemplo, por parte das empresas, e isso cada vez, mais joga nos modelos de financiamento das ONG... em Portugal isso continua a ser uma dificuldade. Há cada vez mais a consciência daquilo que é um negócio com proporções de responsabilidade social, mas é também uma coisa recente. E portanto, as ONG continuam a ser olhadas, um pouco pelas empresas e pelo setor privado como uns amadores, como a caridadezinha, como pessoas que não são profissionais, que são mais obstáculos para eles, para a sua atividade privada, do que como parceiros. Embora parece-me que as coisas estão a mudar, e isso é muito importante, porque eu acho que são coisas complementares. Fazemos todos, parte da mesma realidade, e depois temos é especializações diferentes, mas isso tem sido nos últimos anos tem sido visto como dificuldade e que agora, começam a ser vistos como uma oportunidade, nomeadamente em Angola, na Guiné ou em Timor, nesta onda da internacionalização da economia portuguesa, das empresas portuguesas, na presença nesses mercados, a associação a projetos de responsabilidade social, e por essa via, uma aproximação às ONG é uma oportunidade.” (E5)</p> <p>DESORGANIZAÇÃO POLÍTICA</p> <p>“Quer muitas vezes até, a falar da indefinição política, não só económica e financeira, da ajuda pública ao desenvolvimento, mas em daquilo que são os objetivos que existem ou não e que também condicionam, neste momento, em que estamos numa situação complicada, nomeadamente, em termos dos rearranjos, em termos</p>
--	--	---

		da fusão dos institutos públicos que têm gerido a cooperação em termos políticos e que introduz aqui alguma, alguma ... insegurança, não é. E alguma imprevisibilidade ... que é preciso sempre ajustar.” (E5)
	Papel no terreno	<p>“Um papel de apoio, de suporte, de iniciativa... não é... de solidariedade (...) É portanto um ato de cidadania... de cidadãos para cidadãos, não é (...) Um conjunto de cidadãos imbuídos de um determinado espírito de solidariedade, de trabalho, não é, em prol do desenvolvimento de uma comunidade e isso é o primeiro cartão de apresentação... ” (E2)</p> <p>“O papel das ONG é dar uma resposta que o Estado não consegue dar, às problemáticas sociais (...) Há uma grande carência, de muitas coisas, na nossa sociedade e as ONG vêm colmatar essa necessidade, tanto cá, como fora.” (E3)</p> <p>“Nós chegamos onde o estado não chega. Seja o Estado ou seja outra organização, lá a história de que falávamos inicialmente, da duplicação de esforços. Acho que para projetos, seja cá, seja lá, devemos realmente ver oportunidades, que estão ligadas com necessidades. Ver se há alguém que já está a trabalhar em prol dessa necessidade específica, e tentarmos atuar. Tentarmos encontrar o nosso papel no tecido local” (E4)</p>
	Papel em Portugal	<p>“É sensibilizar para as questões do desenvolvimento, portanto em realidades culturais e sociais diferentes. Por exemplo, fez-se um documentário sobre a realidade angolana, que depois foi passado aqui em várias estruturas, escolas essencialmente e comunidades. Foi passado, portanto é um documentário que mostra, que sensibiliza para a realidade do sul.” (E2)</p> <p>“Empreendedorismo social. Cá a nível nacional a E&O pretende impor-se no plano do empreendedorismo e da inovação social. Quer dizer, não é bem impor-se, é afirmar-se. (risos) Nós somos um bocadinho diferentes das outras ONG portuguesas, porque nos é ...porque as linhas que queremos seguir são essas.” (E1)</p> <p>“isso também tem a ver com a tal mudança da maneira de trabalhar dos projetos para algo que é mais complexo que é, e que procura ter outro alcance que não só o projeto, que é o programa e</p>

		<p>depois a estratégia e a intervenção ao nível das políticas. Em termos do trabalho de advocacia, que é a maneira como nós podemos aqui influenciar as nossas políticas, de maneira a criar um contexto que seja favorável à cooperação no seu todo. e isso tem sido, pelo menos em Portugal algo bastante recente, que não tem talvez 10 anos. 5 anos assim talvez mais a sério e que é essa reflexão do que podemos nós fazer aqui... porque as pessoas aperceberam-se que as coisas que acontecem aqui condicionam aquilo que acontece lá. Não é só aquilo que se vai fazer lá que condiciona o que lá esta, mas é aquilo que fazemos ou deixamos de fazer aqui que condiciona isto” (E5)</p>
	<p>Desafios</p>	<p>FINANCIAMENTO</p> <p>“Podemos conseguir fontes de financiamento autónomas, mas isso é muito difícil...” (E2)</p> <p>“Numa altura em que está tudo tão complicado, é arranjar formas inventivas de angariações de fundos, porque as ONG dependem disso para sobreviver... E são cada vez mais as associações deste tipo a precisar de apoios e recorremos todas aos mesmos, logo precisamos de ser extremamente inventivos... As organizações não podem desesperar na procura de fundos, mas acima de tudo têm de inovar muito, na comunicação, nas estratégias de divulgação... nos projetos de forma a captar a atenção da sociedade civil e dos financiadores...” (E3)</p> <p>“A questão do financiamento a qualificação dos seus quadros, a questão da sua integração naquilo que é o modelo de mercado, da economia de mercado, neste sistema qual é o seu papel, qual é o seu domínio de intervenção, e que de facto têm uma vantagem qualitativa aos agentes económicos.” (E5)</p> <p>PROFISSIONALIZAÇÃO/ VOLUNTARIADO</p> <p>“A rotatividade nas organizações é por exemplo, também um problema. Porque funciona muito ao nível de voluntários, o que prejudica de certa forma...” (E1)</p> <p>“Isto é voluntariado... Era importante manter-se uma parte da</p>

		<p>equipa. Ter uma equipa responsável e estável, durante um período de tempo era o ideal. (...) É a falta de estabilidade orgânica das organizações por questões financeiras que as impede de ter uma equipa estável. Depois o desafio maior é conseguirmos fazer alguma coisa em torno, daquilo que nos move que é contribuir para um mundo melhor. É tentar de ver de que maneira nós contribuimos para um mundo melhor, mais solidário e mais justo. Esse é o nosso grande desafio...” (E2)</p> <p>“ É muito importante estarmos no terreno. Podemos apoiar de forma indireta, como nós o fazemos individualmente, ao apoiar a escola x ou o infantário y. Mas depois é um apoio muito limitado... e contido no tempo. Portanto eu acho que é importante que haja recursos humanos afetos à organização no terreno, onde as coisas acontecem, seja em Portugal, seja em Moçambique, seja em São Tomé e Príncipe é muito importante (...)Por outro lado, acho que as organizações que dependem só do voluntariado vão ter grandes dificuldades, porque eu não sei se é possível uma organização subsistir só de voluntariado. (...) Isso é ótimo, mas... mas a longo prazo não sei se essas organizações vão continuar a subsistir. E se pelo menos conseguem dar uma resposta tão grande... porque não havendo envolvimento a tempo inteiro, não estarão tão focados. Por isso, sim acho muito importante que haja um recurso humano afeto a cada departamento, pelo menos no início, tal como sucede aqui. ” (E3)</p> <p>“O amadorismo, com que algumas organizações trabalham, digamos que não são muito profissionais, acho que o caminho tem de ser profissionalizar estas organizações e os seus recursos humanos, onde há alguma rotatividade. Muitas organizações funcionam muito à base de estagiários, de voluntários. E depois, parece-me que há alguma desresponsabilização, porque a pessoa está ali por um ano, e a seguir vem outro... e acabamos por não ser muito profissionais.” (E4)</p> <p>“Apesar de sermos uma organização pequena temos uma estrutura de recursos humanos relativamente fixa, e mesmo assim quando sai alguém que está no terreno isso sente-se. Muda a forma como nos veem, como nos recebem, enfim... Depois, estas questões são</p>
--	--	---

		<p>muito importantes, porque têm consequências para todos, porque se uma organização faz alguma asneira isso tem repercussões, porque todos estão relacionados e associados. Porque tudo é posto no mesmo saco. Se há um problema numa organização, a tendência é fazer com que essa situação seja alerta para todas, porque para a população, elas são iguais. Os problemas acabam por ser de todos, por que o seu impacto é para todos” (E4)</p> <p>“(…) há recursos humanos bons e maus e estagiários e voluntários muito bons. Mas que me parece sedimentaria uma posição mais forte das ONG, sim... Acho mesmo que é muito importante a profissionalização, uma presença mais sólida e estável dos recursos humanos...” (E4)</p> <p>“(…) eu acho que a profissionalização crescente das equipas das ONG e isso vê-se aqui na fundação. Tem a ver com isso, olhar se vale a pena ou não vale a pena, que valor estamos a acrescentar à vida das pessoas, naquilo que fazemos. E depois chegamos a conclusão que só podemos melhorar isso se tivermos pessoas com mais competência, se tivermos pessoas com mais conhecimento, pessoas com mais tempo dedicadas, de compromisso, com mais responsabilidade e isso só é possível através da profissionalização. Agora, isto não quer dizer que os voluntários, não sejam importantes. Não. Até porque nem toda a gente pode ser profissional e portanto os voluntários são importantíssimos e continuarão a ser. Mas é importante que haja uma crescente profissionalização, pelo menos de uma parte das equipas destas organizações. Porque isso mexe, tem influência de facto na qualidade dos serviços prestados e do valor que produzem. . E é preciso dizer que nos últimos 10 anos em Portugal, isso tem sido ... tem havido uma evolução, porque não havia praticamente quadros, ou oportunidades ao nível dos mestrados, por exemplo, na área da cooperação e do desenvolvimento internacional, quem queria fazer uma formação nessa área tinha de ir para fora... e hoje em dia não, há formações específicas, quer do ponto de vista das políticas, ou do ponto de vista programático, do ponto de vista mais de gestão ... Esta oferta formativa nesse ponto de vista é importante, para a qualificação dos quadros. ” (E5)</p>
--	--	--

		<p>PERCEPÇÕES DO DESENVOLVIMENTO/ FINANCIAMENTO</p> <p>“Sente-se que há um fecho de hipóteses, porque o desenvolvimento ainda é encarado como solidariedade e por isso, num período de restrições é o primeiro afunilar. É o primeiro sítio onde cortam... Daí a importância de trabalharmos em rede. Ajuda-nos a ter estabilidade para dar o salto para novos projetos e desafios. Colaborar é cada vez mais importante, só se pode enriquecer através delas.” (E3)</p> <p>JUSTA UTILIZAÇÃO DOS FUNDOS</p> <p>“eu acho que é muito importante, ao lidar com dinheiros públicos ou dinheiros privados, estimar muito, muito o dinheiro, que por não ser nosso, tem de ser gerido com muita cautela, apesar de haver a tendência de não o cuidar como deveria ser cuidado. Acho que enquanto ONG temos de ter o dobro do cuidado na forma como lidamos com o dinheiro, e na forma como o gerimos e pensar no impacto que isso terá nos projetos. Os fundos, venham eles de privados ou de financiamentos públicos a têm sempre um objetivo, a cooperação, a educação ou a saúde, e é tendo em conta esse fator que deve ser gerido. Por um lado não é nosso e deve ser muito mais estimado, e por outro há uma necessidade que aquela verba pretende colmatar.” (E4)</p> <p>REDEFINIÇÃO DO PAPEL DAS ONGD</p> <p>“E portanto, o envolvimento das ONG nesse domínio é hoje talvez o maior desafio... é tentar perceber qual é o seu papel... nessa esfera de ação em particular, que relações temos com os nossos governos, que relações mantemos com as nossas comunidades e a opinião pública de forma a arranjar mecanismos e de regras de jogo que favoreçam o desenvolvimento e a cooperação e eu diria que esse é talvez o maior desafio que as ONG enfrentam hoje em dia e nos próximos anos ...”</p>
--	--	---